WWW.SLEDITORA.COM

ISSN: 2675-4193

SL EDUCACIONAL

DATA DE PUBLICAÇÃO: 10/06/2023

JUNHO DE 2023 V.5 N.6

"Eu sou diferente, igual a todo mundo"

Banda Fruto Sagrado

SL EDITORA

Revista SL Educacional

N° 6
Junho 2023
Publicação
Mensal (junho)
SL Editora
Rua Bactória, 164, Torre 2 - 85 – Jardim Vila Formosa 03472-100
São Paulo – SP – Brasil
www.sleditora.com
Editor Chefe
Neusa Sanches Limonge
Projeto Gráfico e capa
Lucas Sanches Limonge
Diagramação e Revisão
Rafael Sanches Limonge

Revista SL Educacional – Vol.5, n. 6 (2023) - São Paulo: SL Editora, 2023 – Mensal
Modo de acesso: https://www.sleditora.com/

ISSN 2675-4193 (online)

Data de publicação: 10/06/2023

1. Educação 2. Formação de Professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário - CRB/8 8090

SUMÁRIO

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUEM É A CRIANÇA, E COMO ELA APRENDE?
Fabiane Santos da Silva.....04
POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA RECONHECEDORA DA DIVERSIDADE ETNICORACIAL
Raquel Trindade dos Santos de Jesus.....15
A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO
Roseli Mendes Jardim de Oliveira.....31
A LONGEVIDADE DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN
Gleise Cristine Martins Vieira de Jesus.....41
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Patrícia Rodrigues da Silva Araujo.....54
O ENSINO DAS ARTES MARCIAIS NA ESCOLA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS
Anízio Alves dos Santos Júnior.....63
O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES
Maria Izabel De Oliveira Santos.....71
GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESTUDO
Silvia Aparecida Cezar.....79
A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
Helen Maciel de Oliveira.....90
PRÁTICAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL
Isabel Lopes Barbosa Anea.....95
MUSICALIDADE NA EDUCAÇÂO INFANTIL POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA
Leci Kleine de Oliveira.....100
O TRABALHO DO PEDAGOGO HOSPITALAR
Débora Romão Sanches.....109
A INFORMAÇÃO E A CULTURA ORGANIZACIONAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO
Juliana da Silva Dori.....118
PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
Andréa de Fátima Cabral de Souza.....135
PEDAGOGIA E MEIO AMBIENTE
Rogério Pereira de Oliveira.....149
ENSINO E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA BNCC PARA O LETRAMENTO MATEMÁTICO
Danilo Tarrão Cardoso.....162
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES
Alexis Caio Modesto Alves.....168

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUEM É A CRIANÇA, E COMO ELA APRENDE?

Fabiane Santos da Silva

Resumo

Ao longo da história das pessoas com Deficiência Intelectual, sua perspectiva perante a sociedade era como uma pessoa com doença mental, a partir da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONG) 2006, esta nomenclatura passa a não existir, e o termo deficiência mental ganha espaço para Deficiência Intelectual, tendo em vista que a pessoa não tem uma doença, e sim uma deficiência que não restringe todas as suas habilidades, mas sim limitações de funcionalidades intelectual e comportamental.

Palavras-chave: criança; aprendizagem; inclusão.

De acordo com a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual é caracterizada por limitações significativas tanto em **funcionamento intelectual** e no **comportamento adaptativo,** que abrange muitas habilidades sociais e práticas cotidianas. Esta deficiência origina **antes da idade de 18 anos. (LUCKASSON ,2002)**

Embora, a mesma definição de deficiência intelectual tenha a mesma proposta de deficiência mental, o termo se torna menos agressivo para a pessoa com tal deficiência, dando a ela dignidade e respeito. Segundo o AEE (2007), as definições da deficiência Intelectual, ainda são poucos esclarecedoras, pois não se definem em um diagnóstico preciso para classificar em qual grau de inteligência a pessoa foi afetada:

> O diagnóstico da deficiência mental não se esclarece por supostas categorias e tipos de inteligência. Teorias psicológicas desenvolvimentistas como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante da deficiência mental, mas ainda assim não se conseguiu fechar um conceito único que dê conta dessa intrincada condição.

No entanto, a AAIDD em seus estudos sobre a deficiência intelectual, declara que as avaliações devem adotar que as limitações dos indivíduos mesmo sendo considerados de fatores fortes, esta pessoa pode ter uma qualidade de vida com melhoras significativa em seu nível de funcionamento, se tiver acesso a apoios personalizados e apropriado que forem sendo fornecidos ao longo de um período significativo.

Luckasson (1994, apud MANTOAN, 1998), sugere que estes apoios, abandonem o grau do comprometimento intelectual, e pense em uma proposta interativa entre as limitações funcionais próprias da pessoa e as possibilidades adaptativas que o ambiente que convive pode lhe oferecer.

Mantoan (1998) , neste sentido , destaca que o apoio oferecido a pessoa com deficiência intelectual não se restringe apenas na intensidade, mas sim, os meios que a pessoa pode adquirir sua independência, produtividade e integração no contexto comunitário e no seu convivo social.

Partindo para o contexto escolar, sabemos que o processo de aprendizagem das crianças com deficiência intelectual é diferente das demais crianças que não apresenta tal deficiência. Para tanto, não queremos aqui, falar em limitações, mas em progressão. Para isso, precisamos entender como ocorre a aprendizagem das crianças em seu processo educativo.

De acordo com Matéria da Revista Ciranda da Inclusão (2011), O tempo de aprendizagem das crianças com deficiência intelectual passa por variações nos tempos de aprendizagem. Este tempo é considerado em 3 aspectos:

É *Aspecto quantitativo*: refere-se ao tempo de que acriança leva para realizar o exercício. Este aspecto está interligado ao tempo que pode ser contabilizado, que são horas, dias, meses, ou anos. Enquanto um aluno demora 30 minutos, por exemplo, para realizar uma atividade, o outro pode demorar 3 horas para realizar o mesmo exercício.

É *Aspecto quantitativo*: refere-se ao tempo interno, que cada indivíduo precisa para cada atividade, sendo na aprendizagem de algo ou realizar uma tarefa, sendo ela escolar ou no seu cotidiano.

É *Aspecto sequencial*: refere-se a tempo interno de realizar na prática o que aprendemos teoricamente. Podemos ter o exemplo de um aluno, que após a explicação de uma determinada atividade de um conteúdo, ele consegue realizar o exercício em 5 minutos com sucesso, o outro aluo pode levar 3 semanas para realizar atividade do conteúdo com mesmo sucesso.

Algo que precisa ser ressalto, é que a criança com deficiência intelectual tem condições de ter seu processo de aprendizagem significativo e tem capacidades para aprender, a diferença é o seu tempo de aprendizagem, seu ritmo em relação aos demais alunos é diferenciado, por isso cabe ao professor ter um planejamento flexível que atenda a todos ritmos de aprendizagem encontradas em sala de aula.

Os alunos com deficiência intelectual, assim como os demais alunos escolhem as atividades que lhe dão mais prazer, que estimulam, em outras palavras, que os despertem para realizar. Sabe-se, que a criança com deficiência tem sua maneira própria de aprender, diferente daquele que a escola preconiza. Sua aprendizagem curricular não ocorre nos padrões escolares.

O aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldade de construir seu conhecimento e demonstrar sua capacidade cognitiva, eles aprendem de maneira mais concreta, precisam fazer relações para conseguirem associar o que está sendo ensinado.

De acordo com as concepções de Vygotsky (1997) a mediação que a pessoa faz com seu ambiente é importante para todo indivíduo, e no caso da pessoa com deficiência torna-se imprescindível. O isolamento atrapalha em seu desenvolvimento quanto, mas relações de interação, maiores as oportunidades de aprendizagem.

> "No decorrer da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais; com base no comportamento natural defeituoso, técnicas e habilidades culturais passam a existir, dissimulando e compensando o defeito" (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 221)

A discriminação é outro fator que prejudica na aprendizagem, é necessário um olhar para além da deficiência, deixar de lado as “limitações” e enfatizar as habilidades e conhecimento que o aluno já obtém. Portanto, pensar no aluno com

um ser em desenvolvimento que durante esse processo pode apresentar dificuldades, mas pode supera-las, em seu momento, em seu ritmo.

De acordo com a visão da contribuição de Vygotsky para Educação especial, Costa (2006), relata que ele se refere a criança com deficiência como sendo um ser humano capaz de desenvolver-se independente de sua deficiência não o tratando como defeito ou algo do gênero, mas sim, tendo-o como um ser humano dotado de potencial.

> "Um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim, o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado, ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. Esta é uma lei geral, igualmente aplicável à biologia e à psicologia de um organismo: o caráter negativo de um defeito age como um estímulo para o aumento do desenvolvimento e da atividade". (Vygotsky ,1989, apud COSTA, 1998.)

Como podemos analisar, o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiência intelectual embora diferente dos demais alunos em sala de aula, traz o desafio educacional em trazer meios de aproxima-los da aprendizagem de maneira que lhe tragam significado e ao mesmo tempo, despertem o desejo pelo aprender potencializando suas habilidades, curiosidades, suas emoções, e seus desejos, refletindo em sua formação integral.

Interação entre: O brincar e a brinquedoteca na aprendizagem das crianças com deficiência intelectual.

O brincar desenvolve um papel importantíssimo na educação, tendo em vista que é por meio da brincadeira, do brinquedo e dos jogos, sendo eles de regras ou simbólicos que a criança desenvolve aspectos cognitivos e sociais, que favorecem em seu desenvolvimento físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo.

O ato de brincar não tem apenas um caráter de distração, vai muito além de um simples "passatempo", como afirmam profissionais da educação e da psicologia

entre autores que discutem o lúdico na educação. Quando a criança brinca, ela se integra em um mundo somente dela, no qual não existem diferenças nem limitações, elas se sentem à vontade e é neste momento que aprendizagem acontece de maneira espontânea e significativa.

Segundo Rau (2011) um dos motivos que justificam a ludicidade na educação básica é a gama de oportunidades de aprendizagem que as crianças obtêm quando o lúdico é visto pelo professor como um recurso pedagógico é não apenas como uma mera distração, essas ações lúdicas contribuem para as diversidades de aprendizagens que a escola precisa absorver.

Cunha (apud SANTOS,2000) nos aponta que o conhecimento pode ser construído de forma prazerosa, isso se dá quando observamos uma criança brincando, podemos notar suas expectativas, sua motivação e sua emoção. As crianças ao entrarem em contato com um espaço estruturado com brinquedos diversos, como o caso da brinquedoteca, elas correm para explorar e conhecer, já com as Crianças com necessidades especiais essa abordagem segue diferente.

> "[....] é bem diferente o que acontece quando as crianças são portadoras de
> deficiências, pois um certo nível de percepção e compreensão são necessários para que os estímulos existentes no espaço constituam desafios à participação."

 autora prossegue nesta mesma proposta que o brinquedo deve ser apresentado para a criança de modo que ela possa entender o que fazer com ele, e não simplesmente entregar em suas mãos, mas explicar o que ele é, para que serve, como a criança poderá brincar com aquele brinquedo.

E neste momento de interação a autora complementa que o professor deve brincar paralelamente com a criança, afim que ela possa compreender sua finalidade, e sentir animação em desenvolver atividade em momentos que ela não seja capaz de conduzi-lo sozinho. Isso trará uma expectativa diferente para a criança, porque sentirá segura em brincar e desenvolver as atividades lúdicas.

Para a criança aprender, ela precisa de estímulos, e esses estímulos não surtem efeitos apenas de maneira concreta, e muitas vezes desta forma ele acaba nem acontecendo. O aluno apenas em sala de aula sentando em uma cadeira, com

o livro didático nem sempre ocorrerá o desejo em aprender, e brincando, esse desejo tem a possibilidade de surtir sem ele nem perceber.

A criança com NEE (Necessidades Educativas Especiais) precisa de uma atenção voltada para seu déficit, e os obstáculos atribuídos á aprendizagem dessas crianças nem sempre estão ocasionadas apenas em sua deficiência. Nem todas as carências são detectáveis, nem sempre podemos equacionar os sentimentos que perturbam uma criança; mas um bom mergulho no brincar certamente poderá ajudar a superá-los, razão pela qual as oportunidades oferecidas devem ser bem variadas e a liberdade de escolha assegurada (...). (CUNHA, apud SANTOS, 2000: *Palestras parte I, IV Encontro sul-brasileiro sobre Brinquedoteca)*

Portanto, a criança sendo ela deficiente ou não, tem no brincar uma função indispensável, pois as ludicidades atribuem capacidades que vão além das aprendizagens curriculares. Brincando a criança cresce, interage e supera suas dificuldades, seus medos. Toda criança pode aprender brincando, mas claro que, é necessário fornecer brinquedos, brincadeiras e jogos que sejam adaptadas para atender suas necessidades.

> As crianças precisam brincar, independente- mente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, pois a brincadeira é essencial a sua vida. O brincar alegra e motiva as crianças, juntando-as e dando-lhes oportunidade de ficar felizes, trocar experiências, ajudarem-se mutuamente; as que enxergam e as que não enxergam, as que escutam muito bem e aquelas que não escutam, as que correm muito depressa e as que não podem correr. (SIAULYS, (2005)

O fato da interação ocorrer de modo diferenciado, não significa que ela não tenha possibilidade de brincar, pelo contrário, ela responde aos estímulos que forem oferecidos de modo que atendam a sua especificidade.

Cunha (1998), com sua experiência com a interação da brinquedoteca com o aprendizado das crianças com deficiência intelectual, em sua obra destaca que quando a motivação não ocorrer de modo espontâneo o professor precisará despertá-la utilizando 3 aspectos:

1) *sensibilidade*, que será para perceber qual as necessidades e sentimentos da criança,

2) conhecimento, sobre os recursos, os brinquedos e como ocorre o desenvolvimento infantil.

3) criatividade, para despertar a motivação da criança.

Montessori, (1869-1952) embasada nos princípios dos estudos de Frobel , mobilizou-se para uma renovação educacional diante sua experiência com as crianças com deficiência Intelectual, iniciou-se seus métodos de educação fundamentados na pré escola. Seu método Montessoriano favoreceu o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual, que referenciava uma educação de sentidos, que desperta a curiosidade, as sensações.

> Nosso objeto educativo deve ser o de ajudar o desenvolvimento da infância, não dar lhe cultura. Por istodepois de haver oferecido à criança o material didático adequad o para provocar o desenvolvimento dos sentidos:devemos esperar que se desenvolva a atividade de observação. (Ibid., p. 199, tradução de LANCILLOTTI, 2012) .

Por meio dos jogos e dos brinquedos, Montessori desenvolveu sua metodologia. E pôde observar um avanço na aprendizagem dos alunos. O jogo, devido sua especificidade possa contribuir como uma ferramenta na construção do conhecimento dos alunos com deficiência intelectual. O jogo simbólico que é aquele onde a criança faz relação entre a realidade e a fantasia, desperta na criança os sentimentos que no cotidiano escolar em sala de aula, essa interação talvez não seja observada.

Os jogos operatórios por desenvolver aspectos cognitivos, podem auxiliar a criança nesta nova descoberta de maneira prazerosa e sem o ato especifico da disciplina. Wallon, enfatiza em sua teoria interacionista, que o jogo só pode ser considerado algo de prazer, quando não cumpri um caráter de conteúdo de disciplina.

E porque a brinquedoteca como um espaço para essa interação?

Como já analisamos nesta pesquisa, a brinquedoteca possui uma gama de oportunidades para construção e reconstrução do conhecimento. Os objetivos e adjetivos são inúmeros quando falamos da brinquedoteca. Nela, o professor e o

educando podem ter uma interação privilegiada, pois é um momento que a criança consegue se integrar em um espaço que seja desenvolvido para ela. Cunha, destaca que o brinquedo pode ser um convite para essa interação:

> "A riqueza da situação lúdica e a melhor oportunidade para se atender ás necessidades especiais. Os brinquedos são uns convites para interação; portanto, devem merecer nossa atenção especial. (...). Certamente os brinquedos também podem ser ótimos recursos pedagógicos. Mas para isso precisamos conhece-los e refletir sobre eles. "(CUNHA,1998, apud Santos,2000)

Partindo para uma proposta interacionista, deixar de falar na contribuição dos estudos de Wallon seria quase que inegável. A relação da criança apontada em sua teoria do desenvolvimento infantil, mas propriamente dito, a infância, está interligado afetividade, motricidade, e inteligência.

De acordo com Galvão (1995), Wallon vê o desenvolvimento da pessoa como sendo um processo de progressão, em que se sucedem fases com predominância alternadamente afetiva e cognitiva. Exemplifica que cada estágio tem seu "colorido próprio", uma atividade solidária que é dada pelo predomínio de um tipo de atividade. Essas atividades predominantes condizem com os recursos que a criança vai utilizar na sua interação com o meio.

Sabe-se, que a criança com deficiência intelectual, tem um melhor desempenho quando trabalhado por meio de rotina e repetição, e o professor tendo um planejamento no qual possam incluir nesta rotina as atividades lúdicas na brinquedoteca, poderia facilitar a aprendizagem dessas crianças, uma vez que seu aprendizado ocorre de maneira concreta, que precisa fazer assimilação que possibilita sua compreensão.

Desenvolver o ato do brincar em um ambiente que ela tenha oportunidades de explorar, pode facilitar a reflexão sobre o espaço que está interagindo, fazendo a comparação do que ela já sabe e a atribuindo significado para os novos conhecimentos.

Para a criança, é muito mais prazeroso realizar as atividades em um ambiente que estimula a sua participação, por isso a proposta da brinquedoteca. A

transmissão do saber não pode ser restringir apenas com a sala de aula, existem outros ambientes na escola, que proporciona a interação e assimilação deste saber.

Considerações Finais

A escola como um espaço integrador e transmissor do conhecimento, precisa buscar novos caminhos para ensinar. Realizar este artigo, trouxe a oportunidade de conhecer como o saber não está limitado. Falar em uma escola que inclui, não está apenas em receber o aluno em sala de aula, mas tentar compreender seu mecanismo de aprendizagem, suas habilidades e acima de tudo, quem é este aluno, não apenas como um “Aluno de Inclusão”, mas, como um aluno que está em seu processo ensino- aprendizagem, como foi exposto neste artigo.

Pensar em um ambiente que possa favorecer seu autoconhecimento, sua reflexão, sua interação social, seu desenvolvimento integral e seu preparo para exercício além dos portões da escola. Nesta perspectiva, é indispensável para nós enquanto professores a reflexão, porque por meio desta, conseguimos analisar outros meios de ensinar, não apenas com aquele ensino engessado, mas com um olhar inovador. Pararmos de pensarmos apenas nas dificuldades dos alunos, mas em seu potencial e suas habilidades.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação Lúdica**: Técnicas e jogos Pedagógicos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

AZEVEDO, Antonia Cristina Peluso de. **Brinquedoteca:** no diagnóstico e intervenção edificuldades escolares. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2013. Ed. Especial.

BARROCO, S. M. S. **A Educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski:** implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais, 2007. 485f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Paulista, Faculdade de Ciências e Letras: UNESP de Araraquara, São Paulo, 2007.

CUNHA, N, H. S. **Brinquedoteca:** um mergulho no brincar. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2007.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon :** uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.

20.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2011.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação.** São Paulo: Cortez, 1999.

LATAILLE, Yves. (et. alli) . **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LUCKASSON, R. et al. **Mental Retardation** – Definition, Classification and Systems of Supports. 10.ed. Washington (DC): *American Association on Mental Retardation*, 2002.

MATOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? 1°. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MAÇANEIRO, J. ; BUEMO, E. A. B. **A criança e o jogo:** uma experiência de aprendizagem na infância. Florianópolis: Traços e Capturas, 2012.

RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. **A Ludicidade na Educação:** uma atitude pedagógica.2. ed. rev., atual. E ampl. Curitiba: Ibpex, 2011.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca:** a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

TEIXEIRA, S. R. de O. **Jogos, brinquedos, brincadeiras e brinquedoteca**: implicações no
processo de aprendizagem e desenvolvimento**.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

VIGOTSKII, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento na idade escolar. In: Vigotskii, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N., **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**.10. ed. São Paulo: Icone; 2006. p. 103-118.

Vygotsky, L. S. (1984) **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes.

Sites de referências:

Artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança: **O desenvolvimento infantil e o direito de brincar** . São Paulo, Abril de 2013. Disponível em : http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0C CIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fbrinquedoteca.net.br%2Fwp .< Acesso em : 23/05/2015>.

COSTA. Dóris Anita Freire. **Superando os limites** : a contribuição de Vygotsky para educação especial. Revista. psicopedagogia. vol.23 no.72 São Paulo 2006. *versão impressa* ISSN 0103-8486. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862006000300007&script=sci_arttext

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchéri . **Trabalho Didático na Educação de Alunos com Deficiência Mental**- As experiências Modeladoras de Montessori e Descoeudres. IX Seminário Educacional de Estudos e Pesquisas: "História, Sociedade e Educação no Brasil". Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em http: *www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PDFs/1.42.pdf* < acesso em 20/04/2015>.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Ministério da Educação: Disponível em: http:www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PDFs/1.42.pdf.<acesso *em: 20/04/205> .*

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Educação escolar de deficientes mentais**: Problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998. Disponível em : http: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101...<acesso em 20/04/2015> .

MENICUCCI, Maria do Carmo. **Apae e a Educação Inclusiva** . Disponivel Uni**apae**.**apae**brasil.org.br/arquivo.phtml?a=15498. < acesso em : 26/09/2014>
Em Revista . Ciranda da Inclusão. **Educação que inclui** : Deficiência Intelectual e as variações de aprendizagem. Ano : II. N°18. Junho de 2011. ISSN 2175-9634. P. 4-11.

Wallon, H. (1941-1995). **A evolução psicológica da criança**. Lisboa, Edições 70. Disponível em : http://www.efdeportes.com/efd195/jogos-para-piaget-wallon-e-vygotski.htm. <acesso em 23/05/2015>.

POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA RECONHECEDORA DA DIVERSIDADE ETNICORACIAL

Raquel Trindade dos Santos de Jesus

RESUMO

Possui este trabalho a finalidade de envolver e problematizar a diversidade étnico racial na prática pedagógica da Educação Infantil, com objetivo de Conscientização da docência sobre as ações pedagógicas que promova a desconstrução do preconceito que são também influenciados pela mídia, pela cultura do embranquecimento e pela não promoção de reconhecimento da identidade étnico racial nos espaços educacionais de educação infantil. Vislumbra a transformação do modo de agir e de pensar sobre a problemática racial desde os primórdios da infância, viabilização das propostas pedagógicas que contribuem para o currículo escolar que comtemple as questões étnico-raciais, olhar com criticidade para questão do racismo no Brasil e, sobretudo reconstruir as práticas pedagógicas para a formação dos cidadãos conscientes de direitos e deveres perante a sociedade em que se situa que possa contribuir para sua formação, construção integral da pessoa da infância, compreender que a sociedade é composta pela diversidade e pelo diferente que deve ser respeitado as distintas identidades.

Palavras-chave: etnia; educação, racismo.

1 PRATICAS PEDAGÓGICAS

1.1 Praticas Pedagógicas na Educação Infantil para a Construção da Identidade e a Não Prática da Homogeneização da Diversidade Étnico Racial.

No artigo escrito pela doutora em Educação Leni Vieira Dorneles, ela problematiza a questão dos estereótipos que as crianças acreditam ser

culturalmente o mais belo, pela hegemonia e predominância que a hierarquia do embranque cimento historicamente permeia a cultura brasileira.

A autora afirma que a interação na Educação Infantil exclusivamente com bonecos que se apresentam com raça, geração e corpos tidos e potencializados como normais reproduz uma consciência nas crianças que tudo que foge desse normal é feio, é do mal, ou sujo. A criança não se reconhece no ambiente da Educação Infantil, posto que não lhes é oferecido representante da diversidade que compõe a sociedade da qual ela é sujeito de direito e pertencente

Dornelles (2006) diz que Problematizar e proporcionar às crianças oportunidades, condições e acesso a bonecos que representem diferentes tipos de corpos, raças, gêneros e gerações possibilita desmistificar o modelo ideal de beleza, como a Barbie; magra, branca, e bela como as princesas do filme, revistas, dos desenhos, etc. A sociedade impõe cotidianamente os exemplares de beleza (bonecas loiras, cabelos louros, magra e branca) são vendidas em série para as crianças

A doutora em Educação Leni Vieira Dornelles afirma no 5º parágrafo página da revista Pátio na entrevista de tema “Existe fada negra”, aponta alguns questionamentos que favorece uma construção de trabalhos pedagógicos que norteie um currículo que favoreça a diversidade na educação infantil. “No que diz respeito à produção do sujeito racial, pergunta-se que efeito tem, na constituição pela criança de conceito de raça, o fato de ela interagir apenas com bonecas de um tipo, ou seja, bonecas que representa apenas a raça que, historicamente, é tida como a mais bela por ter a pele branca, longos cabelos louros e olhos azuis? Como as crianças manifestam seu entendimento sobre raça quando se deparam com bonecos diferentes da sua raça? Como é produzido o conceito de raça na sala de aula de crianças pequenas?”

Por que em um país tão miscigenado como o Brasil, rara ou dificilmente se encontram nas salas de aula bonecos que representem a diversidade brasileira? Que malefícios tal fator pode provocar a educação dessas crianças?

Qual a importância desse tema para o currículo da Educação Infantil?

A interação com bonecos representantes de diversas etnias, raça, gênero, anatomicamente diferenciados ou portadores de deficiência. Interagir com heterogeneidade através dos brinquedos oferece as crianças pequenas o convívio com a diversidade, os pequenos construirá sua consciência das diferenças de maneira lúdica e significativa ela perceberá as diferenças e se reconhecerá na diversidade. Construirá a identidade racial.

1.2 O que Ocorre Atualmente nos Espaços Educacionais da Educação Infantil.

Para Muniz Sodré a construção da identidade étnico racial se inicia ao combater o comportamento uniforme (todos são iguais) padronização negação das diferenças. O negro é visualizado na mídia, na literatura como ocupantes de posturas e papeis pobres, empregados, o negro nunca é o protagonista, está em demasia claramente voltados para participações menores, padronizados, legitimados aos legados da escravidão. A superficialização da consciência negra, não aprofundamento do conhecimento da cultura afrodescendente, visão estereotipada que negro: escravo, pobreza, doença, marginalizados.

A Sodré (1999) cita ainda que a mídia proporciona a superiorização de raça sobre a outra, a submissão a hegemonia branca. O desejo de pertença a cultura europeia faz com que o Brasil conserve e reproduza conceitos, ideias europeizadas e despreze a miscigenação de que de fato caracteriza a formação populacional.

Depreende-se então a importância de mudança de pensamento sobre tudo das Práticas Pedagógicas que norteia os trabalhos educacionais na educação infantil no intuito de transformar tais realidades. Envolver, questionar, falar do racismo, pressupõe discutir metodologias, confrontar ideias. A diferença está para as relações sociais, as intervenções educacionais estão para a mudanças de pensamentos e desconstrução do preconceito.

Possibilitar a criança a construção de valores de respeito ao diferente, agir socialmente compreendo as diversas identidades e multiplicidades de diferenças

> "Aqui aparecem dois problemas: o valor e a diferenciação. Por valor entendemos aqui a orientação prática do sujeito para a ação social, obtida por comparação de termos dentro de um quadro em que se confrontam e se escalonam equivalências diversas. Nenhum valor é neutro, pois espelha as convicções e as crenças de um sistema particular-é uma significação já estabelecida. Não basta, assim, afirmar a evidencia da multiplicidade humana. A percepção da diversidade vai além do mero registro da variedade das aparências, pois o olhar, ao mesmo tempo em que percebe, atribui um valor e, claro, determinada orientação de conduta. (Sodré, 1999.pagina 15)"

Não aceitável que a escola seja um espaço de legitimação de padrões, a educação deve propiciar igualdades de oportunidades e desigualdades de tratamento, possibilitar ambientes de reconstrução consciência cidadã, compreender a diversidade étnica racial que adentra e transpassa os muros da escola.

> "A escola em seu silêncio está permitindo a disseminação dos preconceitos raciais, gerando problemas psicológicos de rejeição, perda da autoestima, complexo de inferioridade e vergonha das crianças negras em relação a sua raça" (...) (Maria Zilá, Bonecas Negras cadê? O Negro no Currículo Escolar, pg. 09)

ENTREVISTA

Entrevista com representante da Unidade de educação infantil

Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Professora Sonia de Almeida Fernandes

Escola situada na zona norte de Osasco SP

Endereço: Avenida Luís Gatti, nº231 Baronesa Osasco SP

CNPJ: 03.134.716/0001-70 TEL: 3602-4286

Diretora: Cristiane Barros Gil Garcia RG: 30545584-9

1ª.Como é realizado o trabalho pedagógico na educação infantil na perspectiva da diversidade em particular a étnico-racial? Há preconceito por parte das crianças ou situações de constrangimento pela questão ética. Racial vivenciada por alguma criança da Unidade? Quais a intervenções?

Resposta: O trabalho pedagógico compreende essa temática, pois temos um público misto na Unidade, desde o quadro de funcionários às crianças bastante diversificado pessoas Negras, morenas, muito brancas, obesas, temos alunos estrangeiros como nigeriano, colombiano.

“As crianças não são preconceituosas elas são curiosas, ela inicia observando as diferenças e em sequência vai descobrindo o outro seja pela cor de pele, por deficiência temos inclusões na Instituição: cadeirantes” O que existe é uma situação em que as famílias exerce um poder cultural sobre as crianças situações por exemplo não abrace o colega porque ela é “fedida”. Se acontece alguma situação por motivos de etnia racial conversamos em sala.

As intervenções estão baseadas em projetos com Livro A menina do Laço de fita de Ana Maria machado.

2ª A escola ou alguma sala possui dentre os Brinquedos bonecas Negras e outros modelos de bonecas que representem a diversidade tendo em vista que criança construa sua identidade e se reconheça no ambiente educacional, compreenda que se situa no universo de diversidade e que as diferenças existem e devem ser respeitadas?

A nossa proposta Pedagógica trabalha com projetos e literaturas têm a preocupação com a construção da identidade.

3ª A proposta pedagógica com esse tipo de projeto é suficiente? Vocês não percebem a necessidade de interação com objetos mais concretos por exemplos com bonecas de etnias raciais variadas ou mesmo com alguma deficiência para melhor trabalhar a diversidade na Educação Infantil?

Temos fantoches também na unidade.

1.3. Quais as Práticas Devem Ser Compreendidas no Currículo da Educação Infantil?

Dornelles exemplifica uma prática pedagógica que pensa a diversidade étnico racial quando relata na sua entrevista à revista Pátio na página 36, a experiência realizada Fernanda Morais de Souza com turmas de crianças de 3 a 6 anos em duas escolas infantis de classe média de Porto Alegre (RS) e resultou em seu artigo de conclusão de curso de especialização em Educação Infantil no ano 2004.

Fernanda Morais de Souza levou para a sala de aula uma Barbie Fada Negra, de cabelos pretos, pele escura, um longo vestido rosa e uma asa de anjo também rosa. Ao se verem frente a frente com uma boneca Barbie Negra Fada Negra, os comentários de algumas crianças foram os seguintes: “Ela não pode ser fada. Fada negra não existe. Ela só pode ser do mal. Ela não é de verdade, tem que trocar a pele dela por uma pele branca”. (DORNELES,2006).

A cultura do enfraquecimento necessita ser combatida e a diversidade racial precisa ser implantada na Educação Infantil com o propósito da construção da identidade racial.

Atualmente o mundo está vivenciando o não reconhecimento a diversidade e não aceitação aos diferentes

> “A interação exclusivamente com bonecos que se apresentam com a raça, a geração e o corpo tidos como normais vem produzindo nas crianças efeitos que mostram que tudo o que foge desse normal é feio, é do mal, é sujo.” (Dornelles, revista Pátio ,2006, pagina35)

A interação na educação Infantil com bonecos representante da diversidade racial se torna fundamental para a construção de uma sociedade que respeite a multiplicidade de sujeitos que a compõe reduzido os atos de preconceito e de racismo que a assola e se evidência no Brasil e no mundo.

1.4-Formação do Professor para Prática Pedagógica Reconhecedora da Diversidade Etnicoracial.

Segundo ARROYO, o currículo possui uma pluralidade de normas, diretrizes curriculares e políticas que controlam, organizam e norteiam os trabalhos dos profissionais da educação e que está em constante transformação e restruturação para que possa acompanhar e adequar-se as mudanças sociais, históricas e culturais; sendo também um referencial de identidade dos profissionais da educação.

O currículo está presente no trabalho do professor, no cotidiano na sala de aula e de todos os profissionais da educação; tendo uma estreita interligação da teoria com a prática.

Os docentes e os alunos têm sido bem criativos e capazes de inventar projetos, propostas e oficinas, nas escolhas de temas que são geradores de estudo, na busca do conhecimento, ampliando e redefinindo o currículo na prática pedagógica. Esta relação estreita entre o currículo e o trabalho, tornam as escolas um território de disputas, sobre o que ensinar e inventar, com o objetivo de melhorar e enriquecer o trabalho no ambiente escolar.

Os professores e a equipe gestora se reúnem com frequência para discutir, propor e criar outros mecanismos de trabalhos que venham superar as dificuldades que surgem no dia a dia e suprir as necessidades existentes. Esta disputa para obter um ensino de qualidade, tem gerado a pluralidade de currículos, aonde os professores vão incorporando experiências sociais junto com os alunos, criando propostas e questionamentos, de forma que em uma dinâmica social, cultural e política, vão reestruturando os currículos e reformando as diretrizes. Paralelamente existe o currículo oficial, que possui núcleo comum que norteiam todo trabalho pedagógico na rede de ensino.

Todos os currículos tornam campo de disputa e de reorientação, no CNE, no MEC e nas secretarias municipais e estaduais de educação. A politização dessa disputa se origina das mudanças que ocorrem constantemente nas salas de aula, no trabalho pedagógico; das pesquisas coletivas e dos movimentos sociais que enriquecem os currículos, através de experiências e do conhecimento da diversidade cultural; dando ênfase e valorizando os eixos de maiores tensões e disputas, que estão em destaque os sujeitos atores: docentes, educadores e discentes. Com o objetivo de superar

a ausência de direitos e lutar pelo reconhecimento da existência destes; dar acesso ao conhecimento, direito à memorias e vivencias; entender suas lutas por um justo e digno viver; direito a cultura e conscientização das suas participações como sujeitos da diversidade cultural. Para conquistar o território que está em disputa, é necessário inserir no trabalho pedagógico, um projeto sociocultural mais digno e humano.

A busca e a apropriação do conhecimento sempre estiveram em disputas às relações sociais e políticas, por não haver o reconhecimento dos direitos coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero e de origem.

Não apenas foram negados direitos, mas também tem dificultado o acesso destes ao conhecimento; despojado suas histórias, culturas, modos de pensar e interpretar o mundo.

Os profissionais da educação e os alunos são os que mais lutam para o reconhecimento de direitos e do acesso ao conhecimento.

É na sala de aula que o currículo entra em prática, os indivíduos vivenciam realizações; e firmam compromissos ético-políticos que irão formar outros profissionais, educandos e cidadãos.

Os movimentos visam por um currículo de formação e de educação básica, aonde sejam reconhecidas as identidades coletivas, seus saberes e experiências, suas memorias, historias e culturas. Uma disputa e questionamento dos currículos e de como é colocado em prática no cotidiano da vida escolar; no processo de ensino-aprendizagem. Também vem pressionando as políticas públicas e as ações do Estado.

As lutas constantes na sociedade por direitos; reconhecimento das identidades e ações mais afirmativas foram criados cursos de formação profissional e cidadã, contemplando a história e as culturas africanas, indígenas e quilombolas, com a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

As diretrizes curriculares deram ênfase a diversidade em todos os currículos de formação profissional desde a educação infantil, tornando o trabalho docente mais rico.

Com as ações coletivas e a participação dos profissionais da educação no movimento que reconfiguram o território dos currículos, inserindo saberes, culturas, valores, histórias, interpretações de mundo, experiências e a diversidade.

Os educadores e os alunos participam na luta por direitos, reconfigurando outras identidades, na sala de aula, nas mídias, na cultura, nas ruas e na sociedade

1.5- Representações Sociais Sobre as Crianças Negras na Educação Infantil: Mudanças e Permanências a Partir da Prática Pedagógica De Uma Professora

Segundo a pesquisadora da Universidade de São Paulo (TELES, 2010), a pesquisa pretende contribuir para que as professoras da educação infantil possam refletir sobre as representações sociais que possuem a respeito das crianças negras e a partir disso, pensar em transformações tanto nas relações sociais estabelecidas com essas crianças quanto na prática pedagógica. Esta realizou a pesquisa em uma Escola de Educação Infantil (EMEI) na cidade de São Paulo, entre os meses de março e dezembro do ano de 2008, com objetivo também, verificar como tais representações se manifestam na prática pedagógica, como a professora observada representava a inserção da temática racial na educação infantil. Nesta pesquisa investigativa, a pesquisadora destaca- a importância de serem elaboradas novas propostas e materiais didáticos para enfrentar a questão, e que as relações sociais postas no ambiente de educação infantil possam ser construídas. Tais mudanças exigem que os professores mobilizem suas representações, desconstruam noções e concepções apreendidas durante anos de formação profissional e pessoal, além de enfrentarem o preconceito e discriminação que estão presentes também no ambiente escolar. As professoras participantes desta pesquisa elencaram cinco pressupostos pedagógicos que poderiam contribuir para uma prática que colabore para o combate ao racismo no ambiente escolar e que ofereça a todas as crianças e professores uma reeducação das relações raciais. Os pressupostos são: O trabalho com os temas deve ser contínuo e

fazer parte do dia a dia; O educador tem que ter coragem para trabalhar esse tema; O lúdico é importante no contexto da educação das relações étnico-raciais; A ideia de diferença deve ser construída junto à criança como algo positivo; A criança tem de ter elementos que colaborem na construção de sua identidade racial de modo positivo, já que essa identidade não deve ser imposta a ela.

A pesquisadora pode verificar a existência nessa EMEI de um discurso de valorização das diferenças. A diretora mostrou-se interessada, relatou que já estava elaborando e já havia realizado algumas atividades que pudessem de alguma forma, comtemplar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 (LDB/96) alterada pela Lei nº 10.639 de 2003. Mostrou o Projeto Pedagógico da escola e de alguns outros que deveriam ser desenvolvidos durante aquele ano. Um dos projetos previstos era sobre a identidade, que de acordo com a diretora, tinha como objetivo auxiliar e estimular as crianças no conhecimento de si e das diferenças.

A Lei n° 10.639 de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, podemos pensar em início de reconhecimento da diversidade.

Em 2008, houve uma nova alteração na LDB/96, por meio da Lei n° 11.645, que incluiu a história e cultura indígenas no currículo oficial da rede de ensino. Após alterar a LDB/96 com as Leis nº 10.639 e n° 11.645, o Estado parece se preocupar em incluir a diversidade como conteúdo essencial da educação, entendendo que se trata de conteúdos que não interessam apenas a negros ou indígenas, mas que têm a ver diretamente com a qualidade da educação, dizem respeito a toda a sociedade, e não apenas a um segmento ou outro.

No que tange ao município de São Paulo, temos ações mais pontuais a partir de 2001, atribuídas, sobretudo, à repercussão da Conferencia Mundial ocorrido em Durban[1]. Houve também a criação de um grupo de professores atuantes nas Coordenadorias de Educação das Subprefeituras que tinham a missão de pensar, com os professores de cada região da cidade, mudanças de postura em relação à temática. Entre 2002 e 2003 foram realizadas outras

[1] Conferencia Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância realizada em 31 de agosto de 2001 na África do Sul para mobilização das práticas contra o racismo.

ações pela SME de São Paulo e lançada a campanha Novembro Negro. Ainda em 2003, iniciou-se o diálogo sobre a Formação Permanente de professores da Rede Municipal de São Paulo na perspectiva étnico-racial, pensando-se o currículo na perspectiva da diversidade. Em 2004, constata-se o processo de formação destinado aos profissionais da educação por meio do projeto "Construindo uma prática de promoção da igualdade racial a partir da bibliografia afro-brasileira da SMESP"[2]. Em 2008, a SMESP lançou o caderno "Orientações curriculares: expectativa de aprendizagem para educação étnico-racial", que compõe o Programa Orientação Curricular.

Nesse contexto, a SMESP lançou o material objetivando que se configurasse como instrumento de sensibilização para a temática étnico-racial, bem como para o fortalecimento de uma educação antirracista e pluralista. Enfatiza-se ainda que o caderno foi elaborado para consolidar intervenções na prática pedagógica e não como um material prescritivo. O texto se inicia afirmando que as relações raciais devem ser também postas em discussão quando se trata de inclusão escolar, isto porque ao olharmos de maneira minuciosa percebemos o espaço escolar com atravessado pelo racismo, seja de forma explícita ou velada. Para tanto, o documento menciona pesquisas para demonstrar que o espaço da educação infantil não é tão democrático e fraterno como alguns acreditam; esclarece que ele pode também servir de reprodução do racismo e seus desdobramentos. Elenca alguns aspectos a serem observados no que tange a temática. Temos, desse modo, o alerta sobre a falta de representação da população negra nas ilustrações das histórias, atividades e cartazes expostos no ambiente escolar. Essa falta de representação é entendida como fator prejudicial à construção da autoestima das crianças negras, já que estas e suas características não são representadas e nem seus semelhantes. Em um segundo momento, propõe uma reflexão de como a questão étnico-racial poderia ser abordada na educação infantil. Para tanto, elege o brincar como estímulo para a inclusão da temática no cotidiano escolar. Apresenta uma série de questionamentos sobre o tipo de brinquedos que estão sendo oferecidos às crianças: Quem as bonecas (os) representam? Há bonecas negras? Livros com personagens negros? Lendas africanas são

[2] SMESP (Secretaria Municipal de Educação de São Paulo).

contadas às crianças? Entre outras. A expectativa é de que esses questionamentos possam permitir que os professores se questionem sobre sua autuação em relação à temática, visando sensibilizar o profissional e que ele passe a incluir o tema em seu planejamento.

Ao escrever como os professores poderiam abordar o racismo em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino, afirma que há muitas formas de abordar o tema: palestras, trabalhos monográficos, teatro, música, poesias, leitura de textos, histórias, brincadeiras. A escolha da metodologia mais adequada depende da idade dos alunos, da série em que se encontram, do tempo que se tem, do conteúdo a ser trabalhado. O fundamental é que o professor queira contribuir para diminuir o preconceito instalado na sociedade brasileira, esse deve ser o principal objetivo pedagógico.

O que ressaltamos é o fato de que, conforme a autora expôs, o fundamental é que os professores se sensibilizem e queiram de fato combater práticas racistas, presentes sobretudo na escola, o que inclui sua prática pedagógica. A predisposição dos professores em entender e se comprometer em abordar o tema no cotidiano escolar e ter conhecimento do significado das atitudes e representações que os professores possam ter das crianças negras, principalmente aquelas pertencentes aos grupos discriminados; não conhecer essas representações poderá dificultar a concretização de um trabalho que vise a superação de práticas racistas no ambiente escolar.

Estudar representações sociais implica compreender a realidade social representada para os sujeitos, considerando seus pensamentos, suas formas de estar e compreender o mundo, seus questionamentos, suas opções históricas, culturais e políticas. Portanto, as representações se tornam sociais quando levam em consideração todos os aspectos da sociedade, o que nos permite encontrar não só elementos estáveis e contraditórios do discurso social, como também elementos simbólicos presentes no senso comum, tais como a emoção, o entendimento e o sentido, que os indivíduos dão à sua realidade.

Segundo Moscovici (2003) acredita que para construirmos representações sociais é necessário um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum, isto é, realizado por meio do ajustamento da

atividade representativa, que nos permite tornar familiar e presente em nosso universo interior em objetivo distante (ausente).

Para Moscovici (1978), a educação é um dos meios pelos quais as representações sociais se constituem, e isso ocorre a partir de experiências, informações, conhecimento e modelo de pensamento que são difundidos na sociedade. Assim, é por meio dessas ideias difundidas que ocorrem as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar, que as representações se constituem e se perpetuam, são repensadas e reapresentadas.

Com estudo da teoria das representações sociais, compreendemos que estas regulam o comportamento e as ações, pode-se dizer que elas influenciam a autuação do professor, as relações sociais mantêm as suas expectativas, os conhecimentos e as atividades pedagógicas propostas.

As relações raciais nos contextos educativos têm revelado impasses e mudanças principalmente ao que tange ao potencial de práticas pedagógicas serem capazes de promover a igualdade racial no ambiente escolar, merecendo assim, muito estudo e uma contínua reflexão para que as conquistas já alcançadas não sejam perdidas e nem representem perdas para a população negra e branca.

A educação é vista como ferramenta, podendo viabilizar a igualdade racial e contribuir decisivamente para a mudança das representações sobre a população negra, presentes no imaginário coletivo da sociedade brasileira (TELES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade na Educação Infantil é uma proposta que requer uma formação docente comprometida com as transformações sociais, políticas e cultural, exige profissionais de Educação questionadores e que se posicione em favor ou contra situações que desfavoreça a educação para a diversidades. A diversidade também deve ser representada na Educação sobre tudo na modalidade Infantil, cuja fase corresponde a formação da personalidade e dos primeiros conceitos sociais, culturais.

Os profissionais do Magistério necessitam se posicionar diante das transformações sociais, econômicas e culturais, principalmente na esfera da Educação Infantil. As crianças são os sujeitos de uma sociedade multicultural e a oportunidade de construir sua identidade étnico racial na educação infantil reduz a possibilidade da intolerância se perpetuar em nossa sociedade, com episódios vexatórios de discriminação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, L. **Gênero e processo de socialização em creches comunitárias**. In cadernos de pesquisa, n 93, 1995.

AQUINO,SILVA,SANTANA E JUNIOR; 2011-Revista Biblionline-Retirando a pele da Memória, p.55. Disponível em http://periódicosUfpb.br/orgs/index/.php /biblo/artifice/ view/9709/5795 acesso 10 de janeiro de 2016.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa.-4.ed.-Petrópolis, RJ:vozes, 2012.

BARROS, Ricardo P. & Foguel, Miguel N. Focalização dos gastos públicos sociais em educação e erradicação da pobreza no Brasil. In: Financiamento da educação no Brasil. Em Aberto, nº 74, v. 18, julho, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais/Maria Aparecida Silva Bento, organizadora – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

BORDIEU P. & PASSERON, J.C. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index. php?option=comcontent&view=articleid=12716&Itemid=863. Acesso em: 19 mar 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação.LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei Nº 9.394/96**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU,Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antônio Flávio Moreira. Vera Maria Candal (orgs.) – 9º ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012

CARVALHO, C. Criança menorzinha... ninguém merece!: políticas da infância em espaços culturais. In: ROCHA, E. A.C. e KRAMER, S. (orgs.). *Educação infantil: enfoques em diálogo*.Campinas (SP): Papirus, 2011, p. 295-312.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silencio do lar ao silencio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Jurandir F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: Violência e psicanálise. Rio de Janeiro: Graal, 1986 2º Ed. (Biblioteca de Psicanálise e Sociedade, v. n.3)

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: Revista Brasileira de Educação, vol.13 no.39 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2008.

DORNOLLES, Leni Vieira. Existe Fada Negra. Revista Pátio Educação Infantil, São Paulo, v.10, n. 10, p.35-37, mar./jun.2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido.35 º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra,2003.

FREIRE, Paulo. Políticas e educação/Paulo Freire – 8ª edição – revisada e ampliada, Indaiatuba, SP- Villa das Letras, 2007(Coleção Dizer a Palavra)

GADOTTI. Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do Conflito.9º ed. São Paulo:Cortez,1984.

GILROY, Paul. Entre campos nações, culturas e o fascínio da raça:Tradução de Célia Marinho Azevedo et al.São Paulo: Annablume, 2007. pp.130

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Tradução Patrícia Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IANNI, Octavio. A QUESTÃO SOCIAL. In: Octavio Ianni-Pensamento Social no Brasil.Bauru, SP EDUSC,2004.

MATOS, Maria zilá Teixeira de. Bonecas negras-Cadê?:O negro no currículo escolar/sugestões práticas. Ed. Maza Edições,2004. 80 p.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais e investigações em Psicologia social; – Ed. Vozes.2003.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de marca – as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EDUSP, 1998.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROSEMBERG, F. Estatísticas educacionais e cor-raça na educação infantil e no ensino fundamental. Estudos em avaliação educacional. São Paulo: 2006.

ROSEMBERG, Flúvia. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil: classe, raça e gênero. Cadernos de pesquisa. São Paulo: n. 96, 1996, p. 3-86.

SILVA. Gladison, José; SILVA. Jair Batista, Identidade, Diferença e Racismo In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO-Pró reitoria de extensão. Especialização de politicas de promoção da igualdade racial na **escola**.1ª ed.São Paulo: universidade Federal de são Paulo;2015.

SINHORETTO, Jaqueline (coord.). **Desigualdade Racial e Segurança Pública em são Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante.** UFSCAR, 2 de abril de 2014 disponívelemhttp://www.ufscar.br/gevac/wpcontent/uploads/sum5C35A1rioExecutivo_final_01.04.2014.pdf, acesso em 18 de março de 2016.

SODRÉ, Muniz. Claros e escuros: identidade, povoe mídia no Brasil. 2.ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

SOUZA, Y. C. de. Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira. Porto Alegre: Mediação, 2002.

TELES, Carolina de Paula. Representações sociais sobre as crianças negras na educação infantil: mudanças e permanências a partir da prática pedagógica de uma professora. <Disponível em: w.w.w.teses.usp.br>Acesso em 24 de fev. 2016.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma perspectiva sociológica. Tradução Ana Arruda Callado, Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro: RelumeDumará. 2003.

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Roseli Mendes Jardim de Oliveira

RESUMO

A escola tem o papel fundamental na educação inclusiva, ela deverá oferecer vivências aos seus alunos no processo de inclusão, é importante que ela desenvolva a autonomia na criança, assim como aceitação, o conhecimento e a sua valorização do seu eu. É fundamental que os pais e educadores também valorizem os progressos alcançados pela criança, contribuindo para que ela não desanime e não perca a vontade de aprender, a escola tem que proporcionar ao aluno os conhecimentos, acadêmicos, sociais e culturais, adequando à capacidade de cada um estabelecendo objetivos simples aos demais, levando sempre em consideração as particularidades e a potencialidade de cada um.

Palavras-chaves: educação, inclusão; professor.

DESENVOLVIMENTO

> O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão, e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as acolham 29 livremente, de acordo com o interesse que têm por elas. (BATISTA, 2006, p. 13-14).

Ter um ambiente rico em estímulos e agradável para todos vem através do papel do professor que é uma figura muito importante na escola e na vida de seus alunos, pois a relação entre ele e as crianças sempre deverá ser estabelecida através do afeto, comunicação do olhar e do prazer de estar presente, isso leva as crianças a despertarem a psicomotricidade, que são funções cognitivas, sócios emocionais, psicolinguísticas, motoras e simbólicas.

Mas para obter um bom desenvolvimento o coordenador pedagógico da escola deverá trabalhar junto ao professor, orientando-o os pais, os deixando informados sobre o progresso educacional de seus filhos, como os métodos de ensino que são utilizados no cotidiano, assim a família também poderá contribuir para o aprendizado da criança o auxiliando em casa.

> Manter um espaço justo para tais procedimentos. É, sobretudo, despender energia e tempo e dispor das competências profissionais necessárias para imaginar e criar outros tipos de situações de aprendizagem, que as didáticas contemporâneas encaram como situações amplas, abertas, carregadas de sentido e de regulação, as quais requerem um método de pesquisa, de identificação e de resolução de problemas" (PERRENOUD, 2000, p. 25).

Para trabalhar com as crianças que tem a deficiência intelectual é necessário que se faça adaptações das atividades, como havíamos citado anteriormente as atividades lúdicas para esse grupo de aluno é interessante, pois essas crianças são como as outras, porém apresentam dificuldades no aprendizado e possuem seus próprios desafios, desafios esses que pode ser decorrente da deficiência, ou de suas limitações e privações causadas por ela. Mas as crenças de familiares sobre o que a criança é capaz ou não também é um fator.

O primeiro passo que o professor deve dar é procurar entender o seu aluno e suas limitações, é preciso fazer uma sondagem com a criança sobre o que ela gosta quem ela é, o que não gosta o que é importante para aquele aluno, quais as suas dificuldades e suas habilidades, desta maneira começa a investigar a forma de como será desenvolvida o modelo de suas atividades para sua aprendizagem, levando em consideração que cada um aprende de maneira diferente, é fundamental qual é o melhor modelo de aprendizagem para o aluno com deficiência intelectual.

Trabalhar a emoção é um fator imprescindível, caso o aluno goste de brincar no parque é interessante usar o parque como contexto do que quer ensinar a ele, como: formas dos brinquedos, quantidade as cores os nomes dos brinquedos entre outros, isso ajudara a conectar o aluno ao aprendizado de forma prazerosa e divertida. Mas se caso o aluno tiver emoção negativa associada ao parque, não é interessante fazer esse tipo de trabalho com a criança.

Dar significado ao aluno é importante, ter o olhar atento nas coisas que fazem sentido para ele e oferecer o auxílio positivo, sempre faça elogios isso ajuda a criança a continuar agindo positivamente naquilo em que ela conseguiu conquistar. A comunicação é o fator mais importante na vida escolar no contexto geral o aluno precisa entender de claramente o que está sendo transmitido a ele caso isso não ocorra não fara sentido para ele aquela aula que foi planejada, por este motivo a estratégia de ensino deve ser bem definida.

> Não existem “receitas” prontas para o trabalho com alunos tanto com deficiência intelectual, ou com outra deficiência, quanto com os sem deficiência. Devemos ter em mente que cada aluno é um e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre. (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107)

> Resumindo, a integração escolar, cuja metáfora
>
> é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor. Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos. A meta da inclusão é, desde o início não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora. (MANTOAN, p.3, 1993).

Como cita os autores cada um tem a sua particularidade e sua potencialidade cabe à escola montar estratégias positivas para conseguir êxito na inclusão dos alunos de maneira que abranja todos e não apenas a maioria. , “O aprendizado é mais do que a aquisição de capacidade para pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas.” (VYGOTSKY, 1991, p.55).

Percebe-se que a educação inclusiva vem obtendo avanços significativos, mas ainda há muito que se fazer, necessitando mais envolvimento político institucional e familiar, assim alcançaram resultados positivos. A pessoa que possui deficiência intelectual se depara com várias

barreiras que se torna decorrente, são pré-julgamento equivocado que dão resultados em procedimentos comportamental e pedagógico errado, muitas vezes acaba resultando na ausência do indivíduo nessa condição, a inclusão transfere o olhar de possíveis dificuldades e limitações na aprendizagem do aluno, com recursos específicos e a reorganização no espaço escolar para receber este aluno.

> Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constituí, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.3)

A diversidade implica na atuação e renovação nas percepções dos educadores sobre ensinar e como ensinar, pois na escola é possível criar alguns mecanismos para estimular as funções cognitivas, motor e social para qualquer criança criando possibilidades para um desenvolvimento global. Consequentemente a inclusão será ampliada para aprendizagem criando possibilidades para a inserção social.

É necessário que a escola tenha um AEE (Atendimento Educacional Especializado) é uma pessoa especializada para atender alunos com necessidades educacionais, o objetivo do AEE é eliminar barreiras, no processo de escolarização do educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Esse profissional deverá trabalhar em conjunto com o professor para dar um atendimento de qualidade e individualizado para criança que apresenta

deficiência intelectual, pois a sua capacidade de aprender é um pouco mais demorado e exige paciência, cautela e motivação para alcançar resultados positivos. O plano de ação deve ser sistematizado de pequenos passos, pois dessa maneira conseguira ampliar o campo de aprendizagem para criança, fazer uma avaliação do potencial cognitivo da criança é muito importante para descobrir sua potencialidade.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características “deficitárias”. (COLL et al., 1995 p.12)

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (SEESP/ SEED/ MEC, p. 17, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise dos estudos e conceitos percebe-se que é preciso uma reflexão sobre as atitudes de todos os envolvidos e interessados no procedimento ensino aprendizagem. Entende-se que um problema só pode ser passível de recurso quando o tomamos como nosso e no que se refere à aprendizagem não há como fugirmos deste contexto. Faz-se imprescindível rever as atitudes e postura ética diante da circunstância não esquecendo a responsabilidade acadêmica indispensável para o comprometimento com a qualidade do ensino, sempre enfatizando valores e princípios para formação, mesmo parecendo o óbvio que dialetos e literaturas constituem uma parceria inquestionável, nata, atestada pela cumplicidade firmada entre criadores, criações e diferentes estudos da linguagem, muitas vezes opera-se uma

dicotomia por força de contingências institucionais que dissimula a caráter dessa confluência incontornável.

Entende se que a introdução da interação na educação é uma prática importante e considerada uma abertura que induz a criança a destacar-se no contexto educacional levando-os ao desenvolvimento, aos sentimentos e as descobertas que o mundo tem a oferece-lhes um ponto considerado importante para introduzi-los no universo da linguagem é o hábito da leitura um método contínuo que se inicia na infância e se leva por toda vida, é decodificar e principalmente interpretar. Ao se ler um texto é necessário propor discussões que excitem a criatividade e a crítica infantil contribuindo assim para a formação de bons leitores.

É perceptível a importância do educador nessa fase, pois ele como mediador deve aplicar de forma prazerosa as atividades para o desenvolvimento do educando, envolver a criança em um universo de imaginações, despertar as fantasias, exercitar a criatividade, estimular o pensamento crítico, deixar nela um gosto de quero mais, instigar a capacidade criadora, conscientizá-la por meio da leitura que ela é um ser atuante e transformadora da sociedade e como tal sempre será um aprendiz.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

CADARELLA, P.; MERREL, K. W. Common dimensions of social skills of children and adolescents: a taxonomy of positive behaviors. School Psychology Review. n. 26. p. 264, 1997.

COLL C. et al., Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1995. v. 3

Ensaios Pedagógicos. III Seminário Nacional de Gestores e Educadores - Educação Inclusiva: Direito a Diversidade. Brasília, 2006.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

IDE, Sahda Marta. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, Tisuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2008. p. 89-107.

IZQUIERDO, Teresa Maria Rodrigues. *Necessidades educativas especiais: a mudança pelo*

relatório Warnock. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2006.

MANTOAN M. T. E., Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos.

Campinas, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar, eis a questão: Explicando o déficit Intelectual. Rio de Janeiro: WVA Editora e Distribuidora Ltda., 1997.

NJCLD - National Joint Committee for Learning Disabilitie .Learning Disabilities: Issue on definition, 1990. Disponível em: . Acesso em 10 de dezembro de 2011.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre, Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. [tradução Álvaro Cabral, 1975]. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SASSAKI R. S., Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. São Paulo: Prodef, 1997

SEESP/ SEED/ MEC, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual, Fascículo II, Brasília, 2010.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. Dificuldades De Aprendizagem de A a Z. Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis:

Vozes, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. A formação social da mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo:

Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, LEV S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000

_. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Pensamento e linguagem. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Vygotsky, L. S. (1984) *A Formação Social da Mente* São Paulo: Martins Fontes.

WINNICOTT, D.W. *A Criança e o seu Mundo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

A LONGEVIDADE DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

Gleise Cristine Martins Vieira de Jesus

RESUMO

Há uma preocupação generalizada, tanto de pais como de profissionais, sobre quais são as perspectivas futuras para a pessoa com Síndrome de Down desde a expectativa de vida o grau de independência que possa atingir.

A expectativa de vida aumentou consideravelmente hoje em dia, devido aos progressos na área médica. Anos atrás, a maioria das mortes era causada por problemas cardíacos e por infecções respiratórias. Hoje, as cirurgias e os tratamentos medicamentosos e profiláticos fazem parte da rotina da maioria dos hospitais especializados, garantindo um atendimento mais adequado.

Com melhores condições de saúde, a pessoa com Síndrome de Down pode ter um melhor desenvolvimento, resultando em uma maior independência.

Assim poderemos fazer um plano de ensino em que todos possam contribuir para a inclusão não apenas do portador de Down, e sim de outras necessidades especiais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Síndrome de Down; Aprendizagem

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do interesse pessoal de aprofundar os conhecimentos a respeito do distúrbio mental conhecido inicialmente como "mongolismo", mas atualmente denominado Síndrome de Down, um distúrbio genético que leva a deficiência mental.

Esta condição, chamada anteriormente de "mongolismo", devido a uma semelhança superficial com a raça oriental, foi uma das primeiras a ser associada às anormalidades genéticas.

Os deficientes mentais eram vistos como um único e homogêneo grupo. Assim foi até 1866, quando o Doutor John Langdon Down, através de observações, questionou o porquê de algumas crianças serem tão parecidas entre si e tem traços que lembravam a população da raça mongolóide.

Este cientista denominou-as como idiotas mongolóides, termo considerado pejorativo para as pessoas com esta síndrome e para a populaçãoda Mongólia.

Por muitos anos a criança portadora da Síndrome de Down era considerada como a retardada, a incapaz de possuir as condições necessárias para a aprendizagem.

No século XX, após inúmeros estudos sobre os cromossomos humanos o cientista francês Jerome Lejeune descobriu a verdadeira causa da Síndrome de Down. Percebendo que as pessoas portadoras desta síndrome, ao invés de terem 46 cromossomos por células agrupados em 23 pares tinham 47, isto é, um a mais. Alguns anos depois, ele identificou que este cromossomo extra se encontrava no par 21, por esta razão a Síndrome de Down é também denominada de Trissomia do par 21.

O objetivo deste estudo foi pesquisar a importância da educação especial para a formação e desenvolvimento de crianças portadoras de Síndrome de Down e a influência da estimulação precoce em relação à aquisição de linguagem.

Este trabalho investiga a possibilidade da construção do sistema de base alfabética em crianças portadoras de Síndrome de Down. Utiliza-se de uma perspectiva teórica baseada nos estudos sobre a psicogênese da leitura e da

escrita, desenvolvidos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, como suporte para as nossas questões e reflexões.

MÉTODOS

Este trabalho é uma revisão de literatura, com o objetivo de apresentar o tema Longevidade da pessoa com Síndrome de Down.

A Síndrome de Down é decorrente de uma alteração genética ocorrida durante ou imediatamente após a concepção. A alteração genética se caracteriza pela presença a mais do autossomo 21, ou seja, ao invés do indivíduo apresentar dois cromossomos 21, possui três. A esta alteração denominamos trissomia simples. "O cariótipo ou retrato preparado do padrão de cromossomos indica a presença de um cromossomo extra no par 21. Tal condição leva à deficiência mental moderada ou leve, acrescida de vários problemas de audição, formação do esqueleto e de coração" (KIRK & GALLAGUER, 2002, p. 129).

A SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down se caracteriza, em sua etiologia, por ser uma alteração na divisão cromossômica usual, resultando na triplicação – ao invés da duplicação - do material genético referente ao cromossomo 21. A causa dessa alteração ainda não é conhecida, mas sabe-se que ela pode ocorrer de três modos diferentes, tratados a seguir.

TIPOS DE TRISSOMIA

Através do exame de cariograma é possível analisarmos o cariótipo de uma pessoa com Síndrome de Down, podendo diagnosticar o tipo de trissomia presente neste indivíduo. Existem três tipos de cariótipos nestas pessoas, a sintomatologia é a mesma, embora suas causas sejam diferentes. São elas:

- Trissomia Simples - os dois cromossomos formando par 21 e o terceiro, extra, causando a síndrome. O detalhe é que os três ficam bem identificadose separados entre si e deriva-se de um erro na divisão celular do esperma ou do óvulo. Essa trissomia é responsável por 96% dos registros da síndrome.
- Trissomia por transiocação - esta trissomia é revelada pela técnica de bandeamento do cariótipo (visualiza de forma detalhada cada par de cromossomos), revelando que o cromossomo adicional está montado sobre o cromossomo de outro par. Clinicamente, esta criança não diferencia-se da anterior, exceto pelo fato desta tríssomía poder ocorrer de forma hereditária. Na realidade, há um excesso de material cromossômíco 21. Esse tipo de trissomia corresponde a 2 ou 4% da população com Síndrome de Down,
- Mosaicismo - são indivíduos que possuem células normais e células trissômicas. O mosaicismo consiste na derivação de um casal que seria trissomia simples ou por translocação, ele ocorre em cerca de 2% das pessoas com Síndrome de Down.

ASPECTOS CITOGÊNICOS

A trissomia do 21 livre é muito frequente e decorre de erros, que propiciam a formação de gametas com dois cromossomos 21 e normalmente é comum em mulheres de idade avançada (SILVA, 2002, SP).

A não disjunção na meiose materna é responsável por 67 a 73 por cento de todos

os casos de trissomia do 21 livre (ANTONORAKIS; SHERMAN, *apud* SCHWARTZAN, 1999, p. 38.

Na alteração por disjunção, o erro genético ocorre devido a não divisão cromossômica, quando os dois componentes do par cromossômico devem se separar originando células filhas. Neste caso, a divisão incorreta gera uma célula com excesso de cromossomos e outra com falta (SILVA, 2002, SP).

A célula que fica com dois cromossomos homólogos, que não sofrerão disjunção, se fecundada formará em um zigoto trissômico, por possuir três cromossomos equivalentes ao invés de apenas um par. E como já foi citado é muito comum em mulheres de idade avançada, devido o envelhecimento do óvulo (SILVA, 2002, SP).

Para explicar esta relação, entre o envelhecimento do óvulo e o fenômeno de disjunção, muitas teorias foram propostas.

Segundo alguns autores sugerem que a aneuplóide, já esta presente nos ovócitos por ocasião do nascimento das mulheres e se deve a não disjunção micótica, durante a embriogenese ovariana. (ZHENG; BYERS apud SCHWARTZAN, 1999, p.40).

As translocações, que compreende o processo de mutação genética, se dão pela ligação de um fragmento de um cromossoma a seu cromossoma homólogo. Estas ocorrem em menor frequência, sendo mais comuns entre cromossomos acrocêntricos, por fusão cítrica, as chamadas translocações robertsonianas. Segundo SCHWARTZAN, (1999), estas são responsáveis por 1,5 a 3 por cento dos casos de Síndrome de Down.

CAUSAS

Não foi exatamente esclarecida à causa da síndrome, no entanto, alguns fatores são considerados de riscos devido a grande incidência em que gestações na presença destes vêm apresentando alterações genéticas. Os fatores de riscos podem ser classificados como endógenos e exógenos.

Um dos principais fatores de risco endógenos é a idade da mãe, que em idade avançada apresentam índices bem mais altos de riscos, devido o fato de seus óvulos envelhecerem se tornando mais propensos a alterações.

Esta Síndrome trata-se de um acidente genético que pode acontecer com qualquer casal, em qualquer idade, mas estudos levantam a hipótese de que algum fator tem contribuído para o aparecimento desta síndrome, tais como: a idade materna ou paterna, a disposição para a hereditariedade, disfunções tireoidianas, uso indiscriminado de contraceptivos orais, álcool e fumo, a exposição aos Raios-X, substâncias químicas e agentes infecciosos. Algumas destas evidências são enfatizadas, por estudiosos norte-americanos, outras questionadas (SILVA, 2002, SP).

"De acordo com dados recentes, mais de 50 por cento das crianças com Síndrome de Down nasceram de mães com mais de 35 anos. Ainda não se saber bem a razão exata da relação entre a idade e essa condição" (KIRK & GALLAGUER, 2002, p. 129).

Apesar de as chances de gerar um bebê com Down serem maiores à medida em que a mulher envelhece, principalmente a partir dos 35 anos, cerca de 80% dos que nascem com a trissomia 21 são filhos de mulheres mais jovens. Esta anomalia genética atinge igualmente os brancos, negros e asiáticos (BBC BRASIL, 2005).

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NERVOSO

O sistema nervoso da criança com Síndrome de Down apresenta anormalidades estruturais e funcionais, que resultam em disfunções neurológicas variando quanto à manifestação e intensidade (SCHWARTZAN, 1999, p. 54).

O processo de desenvolvimento e maturação do sistema nervoso é um processo complexo, no entanto, a criança com Síndrome de Down ainda encontra-se no

estágio fetal, pois apresenta alterações no desenvolvimento do sistema nervoso central.

Segundo SCHIMIDT, citado por SCHWARTZAN (1999), em seus estudos com fetos normais e fetos com síndromes de Down, não observou alterações significativas no desenvolvimento e crescimento do sistemanervoso.

Outros estudiosos como WISNIEWSKI (1990), concluem que até os cinco anos o cérebro das crianças com Síndrome de Down, encontra-se anatomicamente similar ao de crianças normais, apresentando apenas alterações de peso, que nestas crianças encontra-se inferior a faixa de normalidade, que ocorre devido uma desaceleração do crescimento encefálico iniciado por volta dos três meses de idade.

Esta desaceleração encontra-se de forma mais acentuadas em meninas, onde observamos também, frequentes alterações cardíacas e gastrintestinais. WISNIEWSKI, citado por SCHWARTZAN, (1999, p.47), relata que há algumas evidencias de que durante o último trimestre de gestação existe uma lentificação no processo da neurogênese.

Apesar da afirmação descrita por WISNIEWSKI, as alterações de crescimentos e estruturação das redes neurais após nascimento são mais evidentes e estas se acentuam com o passar do tempo.

Segundo SCHWARTZAN (1999, p.51) As medidas de inteligência geral e as habilidades linguísticas normalmente encontram-se alterados e estão não possuem padrão definido, além de não se relacionarem com o volume encefálico podendo apresentar em diversos níveis intelectuais.

Também observamos nos sistema nervoso do paciente Down, alterações de hipocampo e a partir do quinto mês de vida quando se inicia o processo de desaceleração do crescimento e desenvolvimento do sistema nervoso ocorre uma diminuição da população neuronal (SILVA, 2002, s.p.).

O desenvolvimento braquicefálico também é marcante no paciente com Síndrome de Down e ainda podemos observar uma hipoplasia do lobo temporal. No paciente recém-nascido, muitas alterações não são evidenciadas, porém com o passar dos

anos se evidenciam tornando visíveis às reduções de volume dos hemisférios cerebrais e hemisférios cerebelares, da ponte, corpos mamilares e formações hipocampais (SILVA, 2002, s.p.).

Desta forma concluímos que as inúmeras alterações estruturais e funcionais do sistema nervoso da criança com Síndrome de Down, determinamalgumas de suas características mais marcantes como distúrbios de aprendizagem e desenvolvimento.

CARACTERÍSTICAS

A Síndrome de Down frequentemente acarreta complicações clínicas que acabam por interferir no desenvolvimento global da criança portadora, sendo que as mais comumente encontradas são alterações cardíacas, hipotonia, complicações respiratórias e alterações sensoriais, principalmente relacionadas à visão e à audição (BISSOTO, 2005, s.p.).

Segundo SCHWARTZAN (1999), a Síndrome de Down é marcada por muitas alterações associadas, que são observados em muitos casos. As principais alterações orgânicas, que acompanham a síndrome são: cardiopatias, prega palmar única, baixa estatura, atresia duodenal, comprimento reduzido do fêmur e úmero, bexiga pequena e hiperecongenica, ventriculomegalia cerebral, hidronefrose e dismorfismo da face e ombros.

Outras alterações como braquicefalia, fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, diâmetro fronto occipital reduzido, pescoço curto,língua protusa e hipotônica e distância aumentada entre o primeiro, o segundo dedo dos pés, crânio achatado, mais largo e comprido; narinas normalmente arrebitadas por falta de desenvolvimentos dos ossos nasais; quinto dedo da mão muito curto, curvado para dentro e formado com apenas uma articulação; mãos curtas; ouvido simplificado; lóbulo auricular aderente e coração anormal (SILVA, 2002, SP).

Quanto às alterações fisiológicas podemos observar nos primeiros dias de vida uma grande sonolência, dificuldade de despertar, dificuldades de realizar sucção e deglutição, porém estas alterações vão se atenuando ao longo do tempo, à medida que a criança fica mais velha e se torna mais alerta (SILVA, 2002, s.p.).

A criança Down normalmente apresenta grande hipotonia e segundo HOYER e LIMBROCK, citado por SCHWARTZAN (1999), o treino muscular precoce da musculatura poderá diminuir a hipotonia.

A hipotonia costuma ir se atenuando à medida que a criança fica mais velha e pode haver algum aumento na ativação muscular através da estimulação tátil. (LOTT apud SCHWARTZAN, 1999, p. 28)

Alterações fisiológicas também se manifestam através do retardo no desaparecimento de alguns reflexos como o de preensão, de marcha e de Moro. Este atraso no desaparecimento destes reflexos é patológico e resulta no atraso das aquisições motoras e cognitivas deste período, já que muitas atividades dependem da desta inibição reflexa para se desenvolverem como o reflexo de moro, que é substituído pela marcha voluntária (SILVA, 2002, s.p.).

O portador desta síndrome é um indivíduo calmo, afetivo, bem humorado e com prejuízos intelectuais, porém podem apresentar grandes variações no que se refere ao comportamento destes pacientes. A personalidade varia de indivíduo para indivíduo e estes podem apresentar distúrbios do comportamento, desordens de conduta e ainda seu comportamento podem variar quanto ao potencial genético e características culturais, que serão determinantes no comportamento (SILVA, 2002, s.p.).

DIAGNÓSTICO

Existem alguns exames feitos durante o pré-natal que são capazes de diagnosticar a presença desta síndrome no feto. Geralmente, eles são feitosem pacientes com predisposição aos fatores relatados acima. Os exames mais conhecidos são:

a) Amniocentese - é a análise de células recolhidas do líquido amniótico para um estudo cromossômico do bebê que está sendo gerado. Ela é feita após a 12ª ou 16ª semana de gestação, contadas a partir do primeiro dia da última menstruação e oferece risco referente a possibilidade de um parto prematuro nas primeiras 24 horas após a coleta do material, principalmente em grávidascom placenta prévia.

b) Biópsia do vilo-corial - este exame permite avaliar o tecido que constitui a placenta. Suas indicações são as mesmas da amniocentese e apresenta os mesmos riscos para o bebê. Ele pode ser feito por via vaginal (8a e 11ª semana) ou por via abdominal (11ª e 13ª semana).

c) Cordocentese - com a ajuda do ultrassom e através da punção do cordão umbilical obtém-se uma amostra do sangue do feto que possibilita um estudo genético imediato. Este exame é realizado a partir da vigésima semana e fornece o cariótipo do feto e diagnostica anemias, hemofilias e outras doenças do sangue.

A amniocentese e a biópsia do vilo-corial são testes genéticos realizados na 11ª semana de gravidez, mas implicam na inserção de uma fina agulha através do útero e apresentam risco de provocar aborto de 1%. Cientistas australianos desenvolveram um teste que pode vir a detectar se o feto tem anomalias como a Síndrome de Down a partir de apenas cinco semanas de gravidez, permitindo que o médico obtenha amostras de células fetais com um procedimento muito menos invasivo (BBC Brasil, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi guiado pela hipótese de que todos os conhecimentos supõem uma gênese, preocupando-se em averiguar quais são as formas iniciais da língua escrita. A questão central que nos colocou foi conhecer como a criança constrói a Base Alfabética. Por isso, temos a esperança de que os dados aqui analisados ajudem a restabelecer a prática pedagógica do ensino da língua escrita. Pois, para

chegar a compreensão da escrita as crianças raciocinaram inteligentemente, emitiram boas hipóteses a respeito do sistema de escrita, superaram conflitos, buscaram regras e concederam significados constantemente.

A proposta tradicional de ensino exigida pela maioria das escolas, ignora esta progressão natural e propõem um ingresso imediato ao código, acreditando facilitar a aquisição da língua escrita, considerando apenas os aspectos gráficos das produções escritas (qualidade do traço, distribuição espacial, orientação dos caracteres, etc.) ignorando os aspectos construtivos dessas produções (o que se quis representar, os meios utilizados para diferenciar as representações gráficas, etc.).

O que estas escolas pretendem ensinar nem sempre coincidem com o que as crianças conseguem aprender, principalmente, no caso das crianças portadoras da Síndrome de Down. Pois a maioria dos professores não tem formação e leitura reflexiva para tentar entender o processo de aquisição de conhecimento destas crianças. "Aprender a lê-las (escritas infantis) é um longo aprendizado que requer uma atitude teórica definida." (Ferreiro, 1985: 9)

Neste sentido, alfabetizar é reinventar a escrita, mantendo a sua função social. Tendo como prática psicopedagógica cotidiana o exercício de um olhar e uma escuta para as hipóteses e erros dos alunos, permitindo a estes que pensem, haja e compreendam a linguagem escrita. O professor neste viés é o mediador entre o aprendiz e o objeto de conhecimento, estruturando atividades que permitam às crianças pensarem sobre a escrita, recriando estas atividades em função dos erros, hipóteses e conflitos demonstrados por estas crianças.

Portanto, concluímos que as crianças com Síndrome de Down, assim como as crianças "normais" estudadas por FERREIRO & TEBEROSKY (1985) e Ferreiro (1994) passam pelos mesmos processos de aquisição do sistema da escrita alfabética.

Os dados obtidos nos levaram a conclusão de que a família é primordial para a aquisição de linguagem oral, principalmente nos primeiros anos de vida. Quando a criança encontra em período de maturação orgânica e seu sistema nervoso esta

sendo moldado pelas experiências e estímulos recebidos e internalizados. A estimulação do portador de deficiências especiais na fase inicial da vida é extremamente importante para o desenvolvimento normal da criança, e minimiza as ocorrências déficits de linguagem na primeira infância, que poderão trazer sérias consequências futuras. Pois no período da primeira infância, o cérebro humano é altamente flexível.

Enfim, a grande importância da estimulação se dá pela grande necessidade da criança de vivenciar experiências permitiram seu desenvolvimento, respeitando suas deficiências e explorando suas habilidades. Esse estudo permite aos familiares (mãe, pai, cuidadores, etc.), aumentar suas possibilidades de observação e intervenção, objetivando aprimorar a aprendizagem de seus filhos, que são crianças especiais, que tem dificuldades como qualquer outra pessoa e são também crianças capazes de vencer suas dificuldades e se desenvolverem.

Até o momento presente baseado nos conhecimentos sobre a Síndrome de Down e as principais características e habilidades e dificuldades do portador desta síndrome,

Enfim, a grande importância da estimulação se dá pela grande necessidade da criança de vivenciar experiências permitiram seu desenvolvimento, respeitando suas deficiências e explorando suas habilidades. Esse estudo permite aos familiares (mãe, pai, cuidadores), aumentar suas possibilidades de observação e intervenção, objetivando aprimorar a aprendizagem de seus filhos, que são crianças especiais, que tem dificuldades como qualquer outra pessoa e são também crianças capazes de vencer suas dificuldades e se desenvolverem.

Até o momento presente baseado nos conhecimentos sobre a Síndrome de Down e as principais características e habilidades e dificuldades do portador desta síndrome, aceitamos por verdade a proposta acima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUICKSHANK; JOHNSON. **A educação da criança e do jovem excepcional**. Porto Alegre: Globo, 1975.

MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. **Crianças com Síndrome de Down e a possível construção da base alfabética.** Revista do CEDU, Ano 8, n. 12, 12 jul. 2000.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. Mackenzie: Memon, 1999.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. **A educação especial da criança com Síndrome de Down.** In: BELLO, José Luiz de Paiva. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002.

KIRK, Samuel A.; GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

THOMPSON, M. W.; WCINNES, R. R.; WILLIARD, H. F. **Genética médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ARAUJO, Patrícia Rodrigues da Silva

Resumo

A adoção de ações de sustentabilidade garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações. Trazer este tema para as crianças desde os primeiros passos na educação visa torna-las cidadãos conscientes e ativos na defesa do meio ambiente

Palavras-chave: meio ambiente; educação infantil; sustentabilidade.

Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário”. E é isso o que se espera da Educação Ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988.

As recomendações, decisões e tratados internacionais evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade/natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para isso. Nesse contexto fica evidente a importância de educar os cidadãos para

que possam agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e no futuro; para saibam exigir e respeitar seus direitos e do próximo.

A preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno seu meio, sua comunidade — não é novidade. Ela vem crescendo especialmente desde a década de 60 no Brasil. Exemplo disso são atividades como os “estudos do meio”. Porém, a partir da década de 70, com o crescimento dos movimentos ambientalistas, passou-se a adotar explicitamente a expressão “Educação Ambiental” para qualificar iniciativas de universidades, escolas, instituições governamental e não governamentais por meio das quais se busca conscientizar setores da sociedade para as questões ambientais.

Um importante passo foi dado com a Constituição de 1988, quando a Educação Ambiental se tornou exigência a ser garantida pelos governos federais, estaduais e municipais (artigo 225, § 1o, VI). Neste final de século, de acordo com o depoimento de vários especialistas que vêm participando de encontros nacionais e internacionais, o Brasil é considerado um dos países com maior variedade de experiências em Educação Ambiental, com iniciativas originais que, muitas vezes, se associam a intervenções na realidade local. Portanto, qualquer política nacional, regional ou local que se estabeleça deve levar em consideração essa riqueza de experiências, investir nela, e não inibi-la ou descaracterizar sua diversidade. Segundo o RCNEI (Referencial Curricular Nacional na Educação Infantil).

No Brasil, existe uma lei específica que trata da Educação Ambiental. A lei nº 9795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a política nacional de educação ambiental. No dia 05 de junho comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia. A Educação Ambiental deve estar presente dentro de todos os níveis educacionais, com o objetivo de atingir todos os alunos em fase escolar inclusive os alunos da educação infantil.

Para Marangon (2002), a Educação Ambiental é aquela destinada a desenvolver nas pessoas conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente. No artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI da Constituição Federal de 1988, determina que a educação ambiental deva ser promovida em todos os níveis \de ensino e a conscientização pública para

preservação do meio ambiente, dispositivo regulamentado pela lei 9795/99, que institui a política nacional de educação ambiental. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a Educação Ambiental é um direito para todos, ela deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Portanto a educação ambiental é uma causa que se relaciona com outras causas da humanidade, como a justiça social, direitos humanos e paz. Envolve a sensibilidade, ética e o amor etc. A sociedade cada vez mais consumista traz consigo a concepção de que tudo aquilo que não pode ser utilizado é lixo e como tal, deve ser jogado fora.

> [...] Entretanto, vê-se que o lixo é rico e que alguns materiais podem e devem ser de alguma forma reaproveitada, evitando assim, o acelerado processo de degradação do planeta. Mas para isto, é primordial que haja uma mudança de comportamento e atitude, resultados estes, alcançados inicialmente por meio de uma conscientização da necessidade de mudança [...]. (MORIN, 2000).

Entender não basta, é preciso ter atitude. E, neste sentido, acredita-se que pequenas atitudes, como o trabalho com sucata (materiais como papelão, pets, latas, rolinhos de papel higiênico, entre outros) após ter sido utilizado podem fazer grandes diferenças em prol da proteção ambiental pode também. No âmbito educacional, se tornar uma importante estratégia pedagógica que contribui no desenvolvimento da criatividade, da coordenação motora, do relacionamento interpessoal, da necessidade de conscientização e preservação do meio ambiente, dentre vários outros aspectos educacionais relevantes para a formação e o equilíbrio do futuro adulto.

A conservação do meio ambiente e a manutenção de sua saúde são os pontos mais importantes para a sobrevivência humana, animal e vegetal. A saúde dos mares, rios e florestas, afeta várias populações de animais e vegetais, prejudicando todo o ecossistema. Os rios sofrem com a degradação através da poluição de esgoto residencial e industrial, e somente a espécie humana é capaz de reverter esse quadro. (MORIN, 2000).

A Importância da Educação Ambiental na Educação Infantil

O papel da Educação Ambiental na Educação Infantil è fundamental para trabalhar valores com as crianças, para transformarem suas atitudes perante o meio ambiente Seguindo a tradução popular que se diz: serem as crianças o futuro do nosso país; deve se considerar que as crianças apreciam o contato com a natureza, plantas bichos, árvores etc; qualquer ser vivo é admirado por elas, isso deve ser aproveitado o máximo, possibilitando atividades lúdicas , interativas e o contato direto com o meio ambiente , construindo valores, esclarecendo junto ás crianças fenômenos da natureza e da sociedade. As práticas adotadas nas instituições de ensino de Educação Infantil têm despertando interesse e imaginação e a capacidade da criança pequena para conhecer questões significativas e compreende-las de forma consciente; manifestando opiniões próprias e contribuindo com a preservação do planeta. A construção da personalidade moral da criança, com base na teoria piagetiana, ou seja, nas relações de cooperação e respeito mútuo, se torna suporte para o desenvolvimento das virtudes que são necessárias para a transformação da sociedade e de sua forma de perceber, compreender e lidar com o meio ambiente. A educação Ambiental já faz parte da educação de base. As crianças além de levarem esse ensinamento para suas, também aplicam o que sabem dentro de casa e ajudam os pais nesse papel tão importante para o planeta. A educadora Berenice G. Admans, criadora do livro Coletânea de Práticas da Educação Ambiental de 2011, relata:

> [...] Se realmente somos os animais mais inteligentes da terra chegou a hora de provar. Provar que pela inteligência a mesma que promoveu o caos, é capaz de uma reforma geral pela mudança do mundo, deixando o que está bom e excluindo o que está mal . Seria um começo. Seria o mínimo a fazer por essa divina esfera que nos permite experimentar essa maravilhosa viagem que se chama vida. Então... Ou mudamos para viver para simplesmente , consumi-la. A escolha... É de cada um! [...].

Trabalhar com crianças através das atividades recreativas com sucata, construindo instrumentos musicais em uma aula de arte é uma grande oportunidade pra que o docente em sala de aula desperte o senso crítico com o

objetivo de consciência da educação ambiental. Essa forma, por meio das vivências e brincadeiras musicais, é possível também trabalhar junto as crianças alguns conceitos ligados à importância da necessidade da preservação e o cuidado com o meio ambiente, relativos à vida na cidade e no dia-a-dia de seus moradores. Esses materiais recicláveis, que fazem parte do cotidiano das crianças e que iriam parar no lixo, ou, na melhor das hipóteses, seriam encaminhados para a reciclagem, ao se transformarem em brinquedo-sucata que passam ter outro significado para os pequenos. A educação ambiental é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo ensino /aprendizagem pretendido participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador.

Desafios da Educação Ambiental

"O desafio da Educação Ambiental, vai além de encontrar 'certo ou errado' 'culpados e inocentes', mas circunscreve-se na necessidade de reconhecer a limitação das potencialidades da educação ambiental" (...) (MAFFESOLI, 1995 p.13).

Segundo ainda o mesmo autor, o grande desafio da Educação Ambiental está em não dar ênfase a preservação do meio ambiente apenas no dia mundial do meio ambiente (5 de junho), mas proporcionar uma mudança realmente comportamental. No âmbito da Educação Ambiental para Educação Infantil, acrescenta aquisições de conhecimentos, habilidades, atitude se competências venham permeadas pela construção de valores e devem ser voltados pra a proposição de soluções que atuem nas causas dos problemas do planeta.

Segundo Sato e Tamaio (2000 p.23) o *primeiro passo para a preservação do meio ambiente está relacionado com o caráter entrelaçado do ser humano com a natureza* (...).

Sustentabilidade

Sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. Seguindo estes parâmetros, a humanidade pode garantir o desenvolvimento sustentável.

Ações relacionadas a sustentabilidade

- Exploração dos recursos vegetais de florestas e matas de forma controlada, garantindo o replantio sempre que necessário.
- Preservação total de áreas verdes não destinadas à exploração econômica.
- Ações que visem o incentivo a produção e consumo de alimentos orgânicos, pois estes não agridem a natureza além de serem benéficos à saúde dos seres humanos;
- Exploração dos recursos minerais (petróleo, carvão, minérios) de forma controlada, racionalizada e com planejamento.
- Uso de fontes de energia limpas e renováveis (eólica, geotérmica e hidráulica) para diminuir o consumo de combustíveis fósseis. Esta ação, além de preservar as reservas de recursos minerais, visa diminuir a poluição do ar.
- Criação de atitudes pessoais e empresarias voltada para a reciclagem de resíduos sólidos. Esta ação além de gerar renda e diminuir a quantidade de lixo no solo, possibilita a diminuição da retirada de recursos minerais do solo.
- Desenvolvimento da gestão sustentável nas empresas para diminuir o desperdício de matéria-prima e desenvolvimento de produtos com baixo consumo de energia.
- Atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício. Adoção de medidas que visem a não poluição dos recursos hídricos, assim como a despoluição daqueles que se encontram poluídos ou contaminados.

Considerações finais

A partir da elaboração desta pesquisa, foi possível concluirmos que, a Preservação Ambiental é assunto que cada vez mais deve ser abordado em sala de aula, o estudo das ciências naturais deve iniciar-se o quanto antes, pois o maior agravante, à destruição ambiental está ligada diretamente, a pouca valorização que se dá ao meio ambiente. O educador como mediador deve estimular em seus educandos o apreço pela natureza, buscando assim formar cidadãos conscientes. Sabendo-se que a educação ambiental é um direito de todos, é de fundamental importância que os professores de educação infantil criem desafios estimulantes, através de atividades lúdicas, como jogos, brincadeiras, músicas, confecção de jogos e brinquedos com sucata, experiências, para as crianças desenvolverem desde cedo hábitos de Preservação Ambiental. Através da utilização de atividades lúdicas, interativas é possível o educador alcançar os objetivos de maneira mais prazerosa e motivadora.

Esta pesquisa nos proporcionou, a aprender o quanto é apropriado o tema “Preservação Ambiental na Educação Infantil”; vivenciamos na prática através da pesquisa de campo que realizamos, acompanhamos um projeto elaborado pela escola, onde foram aplicadas atividades lúdicas e dinâmicas, brincadeiras dirigidas ao ar livre, com o objetivo de promover a interação com o grupo e a percepção do meio, os alunos desenvolveram noções de preservação do ambiente. As palavras chaves, Preservação Ambiental, Educação Infantil, Sustentabilidade e Conscientização, nos direcionou para ampliar os conhecimentos e entender a verdadeira importância de cada uma. Experiências aqui vividas que muito nos ensinou a ver o nosso planeta com outros olhos.

Referências bibliográficas

BARCELOS, V.H.L. (Org.) **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**, Santa Cruz, EDUNISC: 1998.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 29. <http://Portalmec.gov.br/diretrizes>. Acesso: em 6 Abril 2011

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto Secretaria da Educação Fundamental – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasília, MEC/SEF, 1998,Vol Introdução. Disponível em <http://wikipedia.org.wiki/educaçaoinfantil> Acesso em: 18 Agosto 2011.

_____, **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lex:** Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB), Brasília, MEC: 1996.

_____, Ministério Da Educação E Deporto. Secretaria De Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC: 1998

CARVALHO, M.I.C. – **Educação Ambiental: Formação do Sujeito Ecológico** – 5ª Ed. São Paulo, Cortez: 2011.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Gaia: 2003.

KLOETZEL, K.O. **O que é meio ambiente**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense: 1998.

KUHLMANN, A. Professora Língua Portuguesa "**Educar e amar e não desistir"**, 1991

LEITE, L. H. A. A **Pedagogia de Projetos Intervenção no presente**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, 1996.

MAFESSOLI, M. **Elogio da Razão sensível**. São Paulo, Editora Vozes: 2005.

MARAGON, C. **Preservar também é coisa de criança.** Nova Escola, São Paulo, Abril 158: Dez.(2002) .

MORIN Edgar. **Os setes saberes necessários á educação do futuro**. 3º Ed. P.9-10. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTEIRO, A.; LEAL, G.B. **Biodiversidade: a segurança da terra viva**. V. 1. Brasília, Instituto Teotônio Vilela: 1999.

Psicologia da Educação – 2008 – Fundação Hermínio Ometto – Uniararas.

REIGOTA, M. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC: 1998.

REVISTA Nova Escola "Sustentabilidade". Você faz: o planeta sente. São Paulo. Editora Abril. Edição 252 Maio 2011. http://revistaescola.abril.com.b/...>. Acesso em 15 Maio 2012.

SCHULTZ, T. **Professor.** Prêmio Ciências de Econômicas, 1991.

SATO, M.; TAMOIO, M. H. **Educação Ambiental Pesquisas e Desafios**. São Paulo, Artmed Editora: 2002.

SCHULTZ Theodore. Professor. Prêmio Ciências de Econômicas (1991).

VYGOSTKY, A. L. & LEONITIEV, A.N (org.), **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, Ícone: 1989.

O ENSINO DAS ARTES MARCIAIS NA ESCOLA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Anízio Alves dos Santos Júnior

RESUMO

Estudos sobre as artes marciais vem crescendo cada vez mais, sendo o tema muito discutido no meio acadêmico inclusive em cursos de pós-graduação em lutas e artes marciais, vários recursos contribuem para que as artes marciais sejam conteúdos abordados nas escolas, já que este tema está dentro dos parâmetros curriculares nacionais, bem como na Base Nacional Comum Curricular e outros documentos da rede pública de ensino.

O objetivo deste artigo é chamar a atenção sobre os benefícios das artes marciais na escola. E refletir se a arte marcial tem sido abordada nas aulas de acordo com o que é proposto nos documentos oficiais.

Palavras-chave: Lutas; Educação Física Escolar; Pedagogia; Aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

“A dualidade é a condição da vida. Sem oposto nem contrastes, a vida não é vida. ”. “É somente através da ajuda mútua e das concessões recíprocas que um organismo agrupando indivíduos em número grande ou pequeno pode encontrar sua harmonia plena e realizar verdadeiros progressos. ” Dr Jigoro Kano

A Arte Marcial é um universo muito amplo e todas as pessoas podem se beneficiar dela, seja pela prática ou mesmo conhecendo a sua filosofia e aplicando seus princípios de disciplina e autocontrole nas questões cotidianas.

A luta é considerada uma manifestação cultural transmitida desde a antiguidade de geração em geração. Não existem registros escritos precisos sobre a origem das artes marciais, desde os tempos mais antigos o homem luta, para sobreviver, para disputar territórios ou mesmo para se exercitar e por diversão.

É possível encontrar pinturas nas cavernas com cenas de lutas que faziam parte do cotidiano dos povos da pré-história, também podemos encontrar a luta presente nos escritos sagrados das diversas religiões, em vasos, na literatura e outras formas de arte.

“A arte marcial tal qual conhecemos hoje, que incorpora aspectos históricos, culturais e filosóficos muito provavelmente tenha suas raízes mais remotas na Índia, há mais de dois mil anos atrás. Há indícios de que nessa época tenha surgido a primeira forma de luta organizada, que seria

um sistema de defesa pessoal criada por monges para defender os templos de salteadores. Uma vez que por motivos religiosos os monges não podiam atacar ninguém podendo apenas se defender – por essa razão a mensagem da não violência é muito presente nas Artes Marciais. ”

Na antiga China, apesar de já existirem algumas formas de boxe chinês, o Templo de Shaolin do Norte foi o maior centro de ensino de artes marciais do país. Porém, por ser um templo, seus integrantes eram todos monges e, como tais, praticavam a meditação, a caligrafia, a pintura e, em um último plano, as artes marciais, que tinham como objetivo melhorar a saúde do corpo fortificando-o para que pudesse dar moradia a um espírito em paz.

Os monges treinavam a Arte da Guerra ao mesmo tempo que praticavam os movimentos suaves da Caligrafia, os fortes exercícios de força física e a suavidade da meditação.

Essa prática demonstra o perfeito equilíbrio presente em uma vida saudável.

“ ... a pena e a espada são inseparáveis como duas rodas de uma carroça. *” (Gichin Funakoshi na introdução de seu livro Ryukyu Kempo* Karatê).

“... antigamente, falava-se em dois caminhos das letras e das armas. Porém, na realidade, só pode haver um único caminho das letras e das armas. Uma coisa complementa a outra. O homem não é perfeito sem ambas” (Sensei Mifume, livro O pai da Educação Integral e o universo do Judô - página 33 / Eico Suzuki – Ed, Luz e Silva/SP)

O Japão sofreu forte influência da China no que diz respeito as técnicas de luta havendo forte intercambio entre essas nações.

Principalmente durante o período de modernização do Japão houve uma verdadeira mudança na mentalidade dos antigos samurais transformando as artes marciais em um instrumento de desenvolvimento pessoal.

Hoje mais do que buscar a invencibilidade em um combate corpo a corpo os praticantes se esforçam para se tornarem seres humanos melhores, reconhecendo seus próprios conflitos e buscando a harmonia interior e em consequência a paz com as demais pessoas.

A ARTE MARCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) definem lutas como disputas em que o oponente deve ser subjugado, mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica, a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade.

No mesmo documento são citados como exemplo de lutas as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do karatê. (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. 114 p.)

De acordo com as orientações da BNCC, as lutas compõem o repertório de práticas corporais a serem abordadas ao longo das aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A unidade temática "lutas" focaliza as disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jítsu, *muay thai*, boxe, *chinese boxing*, esgrima, *kendo* etc.) (BRASIL, 2017, p. 216).

Portanto descrita tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) as lutas devem ser inseridas nas aulas de educação física escolar arte marcial pode ser considerada um conteúdo importante no cenário escolar, pois visa preparar um cidadão crítico e solidário nos diversos momentos da vida, por preparar o aluno para conviver em sociedade, aprendendo a manter o controle do seu corpo e da sua mente.

Um grande desafio encontrado para a implantação da arte marcial na escola é o preconceito por parte de alguns por associar as lutas e artes marciais com notícias veiculadas pela imprensa de episódios de violência envolvendo lutadores. É comum encontrarmos no mercado vários professores sem a formação adequada ensinando as lutas, muitas vezes de forma impensada e irresponsável, dando ênfase apenas ao caráter competitivo, desviando assim do objetivo mais amplo da arte que é contribuir para o processo de formação plena dos praticantes colaborando com o seu desenvolvimento pleno e buscando sempre o autoconhecimento e superação de seus limites.

> *"Um dos pontos mais importantes na jornada de quem inicia o assunto luta/artes marciais é quebrar o rótulo de "Briga". Portanto diferenciar "Briga" de "Luta" é extremamente importante.*
>
> *É necessário a constatação de que onde existe "briga", existe a violência e o ônus que isso implica, como por exemplo as punições previstas aos que incorrem nesse erro. Já as lutas, apresentam uma conotação diferente, são tratadas como bônus sempre, um medalhista, um campeão.*
>
> *Precisamos também entender e saber distinguir o termo Lutas e Artes Marciais, visto que muitas vezes são compreendidos como sinônimos. O termo "Luta" pode ser identificado de diferentes maneiras. Como nos afirma Correia e Franchini (2010) o mesmo tem uma dimensão polissêmica, o qual possibilita uma diversidade de representações e significados.*
>
> *Podemos citar como exemplo desta polissemia a utilização do termo quando nos referimos a lutas dos sem-terra, luta de classes, luta dos trabalhadores, luta pelo direito das crianças, entre outros. Neste contexto a expressão "lutas" é genérica.*
>
> *Já as artes marciais podem ser entendidas como um conjunto de técnicas corporais que visam à utilização especifica em situações de ataque e defesa, tendo muitas vezes aspectos filosóficos e religiosos no cerne de sua criação. Para Correia e Franchini (2010) a expressão "arte" nos remete a uma demanda expressiva, imaginária, lúdica e criativa que se inserem no processo de*

> *construção das manifestações corporais ligadas ao universo das artes marciais. Já o termo "marcial" está ligado às dimensões conflituosas das relações humanas e origina-se do deus Marte (deus romano da guerra; Ares para os gregos).*
>
> *Neste sentido, as lutas e as artes marciais podem ser compreendidas como manifestações antropológicas distintas e multifacetadas, sendo que em nossa sociedade atual suas representações são carregadas de sentidos e significados decorrentes de diversas fontes de estimulo que o sujeito tem acesso.*
>
> *Alguns trabalhos sobre lutas e artes marciais nas aulas de educação física foram publicados nos últimos anos, o que nos permite inferir que esta manifestação corporal vem sendo aos poucos reconhecida pelos professores e muitos destes, vem se "arriscando" neste campo de trabalho com os alunos. " (Pollyanna Silva / mar 20, 2017)*

É importante ressaltar que a abordagem das lutas e artes marciais na escola se dá de forma diferente daquela tratada em clubes e academias.

A cultura das artes marciais inserida no âmbito escolar, em particular nas aulas de educação física, deve abordar além de movimentos e golpes todo o contexto histórico e cultural presente na luta, inclusive os valores, normas e atitudes que permeiam a sua prática. Ou seja, na atividade escolar devemos trabalhar a arte marcial dentro das três dimensões: Conceitual, Procedimental e Atitudinal. Convém destacar que embora essas três dimensões estejam divididas, dentro do processo de ensino aprendizagem elas devem estar conectadas não sendo possível apresenta-las de forma separada.

CONCEITUAL

Dimensão conceitual das lutas abrangem os aspectos históricos, culturais, os conceitos e regras de cada modalidade, o aluno irá perceber que a luta é uma criação humana, que contou com a participação dos diversos povos, nas mais variadas épocas.

Conforme argumenta Neuenfeldt (2008, p. 153): [...] os alunos necessitam adquirir conhecimentos, não apenas de como fazerem exercícios físicos, de como praticarem esportes, mas de serem capazes de entender e analisar sua condição de sujeito cultural e histórico, numa sociedade que possui uma cultura de movimento da qual ele faz parte.

A dimensão conceitual é aquela que dará sentido a prática, permitindo que os alunos possam refletir diversas questões desde como surgiram as diversas formas de luta, quais as necessidades dos homens em cada época bem como como a luta evoluiu de um simples confronto de sobrevivência a arte marcial que temos hoje.

Diversas estratégias podem ser utilizadas no tratamento desses conteúdos desde exposições de filmes, produção de textos, discussão, apresentação de seminários etc. Esses conteúdos devidamente trabalhados poderão auxiliar os alunos a conhecer as diversas formas de luta construídas sócio historicamente, reconhecendo suas diferenças técnicas por meio de vivências e outras situações de aprendizagem, perceber a luta como forma de expressão de significados culturais,

repudiando qualquer forma de violência, atribuir significado pessoal a pratica de lutas e ainda comparar os objetos culturais investigados com o seu próprio patrimônio

ATITUDINAL

Um campo muito importante a ser trabalhado, com diversas questões que o professor pode apresentar e discutir com os alunos, como por exemplo: as atitudes que os alunos devem ter em relação uns aos outros durante as aulas e em sociedade. As relações que os atletas devem ter em relação uns aos outros nas competições. O respeito pelos limites do próprio corpo e do adversário, mostrando a importância em respeitar esses limites para que não ocorram lesões. A diferença entre luta e briga.

Esta dimensão é a que trata dos valores, normas e atitudes que estão vinculados a prática, nela buscamos responder à pergunta "como se deve ser", por exemplo dentro da prática do Judô temos o princípio do "uso da energia para o bem e o progresso contínuo, próprio e dos outros como declara o próprio criador do judô Jigoro Kano _ " O judô não desaparecera com a minha morte. Basta pesquisar e estudar com base naqueles conceitos" o judô traz valores e tradições para melhorar a formação do indivíduo. O judô é baseado em alguns princípios básicos que promovem a evolução filosófica de quem o pratica: a cortesia, coragem, honestidade, honra, modéstia, respeito, autocontrole e a amizade.

Dentro da dimensão atitudinal é importante diferenciar Luta e Briga. As lutas competem regras, filosofias, atitudes de respeito, cuidados e proteção. Já nas brigas, não existem regras, promovem sentimentos de raiva, aversão e ódio. É necessário a constatação de que onde existe "briga", existe a violência e as consequências que isso pode causar, como por exemplo as punições previstas aos que praticam violência. Já as lutas, apresentam uma conotação diferente, são tratadas como bônus sempre, um medalhista, um campeão.

> "*Uma das maiores barreiras para a iniciação da criança nas artes marciais é o preconceito, pois sua associação com a violência ainda é muito forte. Uma parte deste preconceito advém do conhecimento superficial da população sobre o tema. A outra parte desta responsabilidade é dos próprios praticantes e professores que, muitas vezes, utilizam de forma errônea os conhecimentos adquiridos (brigas, confusões...). Ainda, por falta de conhecimento pedagógico, esses professores utilizam metodologias de ensino inadequadas à faixa etária da criança, pulando etapas do desenvolvimento humano, tornando o aprendizado desgastante e pouco prazeroso, o que contribui para a evasão das crianças das aulas de artes marciais. (Rosseto, Neuenfeldt O ensino de artes marciais para crianças: uma proposta pedagógica).*

É impossível se falar em arte marcial sem citar as competições que se bem trabalhadas podem colaborar muito com a formação do ser humano integral, porém é importante ressaltar que a competição é apenas uma parte da arte marcial, como vimos anteriormente a arte vai muito além disso.

Quando tratamos de competição devemos lembrar que existe vitória e derrota, que a vitória não deve conduzir ao orgulho assim como a derrota não pode ser encarada como um fracasso, pois ambos resultados levam o praticante a evoluir como aprendiz.

As artes marciais têm como características o desenvolvimento espiritual, físico e técnico do praticante, o praticante de uma arte marcial nunca deve ferir o outro intencionalmente, mas deve estar "preparado para a guerra" por assim dizer. O principal objetivo é o desenvolvimento motor e espiritual do praticante, buscando melhorar seu potencial próprio e amenizando a competividade com o oponente (SIMPKINS e SIMPKINS, 2007).

As lutas fazem parte da história e da cultura dos diferentes povos e carregam valores e códigos inerentes a suas épocas e lugares.

Ferreira, relata em seu estudo que as lutas abrangem aspectos afetivos e sociais, de modo que tais aspectos podem ser encontrados através da postura social, responsabilidade, respeito, perseverança e determinação nos alunos que praticam. Tal fato pode ser explicado, como exemplo, através dos princípios do Taekwondo como: Cortesia; Integridade; Perseverança, Autocontrole e Espírito Indomável. (Ferreira HS. As lutas na educação física escolar. Fortaleza – CE. Revista EF. 2006.)

PROCEDIMENTAL

A dimensão procedimental é composta por técnicas, habilidades ou procedimentos que são executados de acordo com uma determinada finalidade (Freire e Oliveira 2004), e também como salienta Darido (2005, p. 66) "Vivenciar e adquirir alguns fundamentos básicos dos esportes, danças, ginásticas, lutas, capoeira. (...)", essa dimensão procedimental é essencial, entretanto, a finalidade deve estar definida para que não seja executada simplesmente pelo fazer e como diz Zabala (1998) "(...) é imprescindível que este conteúdo tenha sentido para o aluno: ele deve saber para que serve e que função tem (...)".

Nesse contexto, a dimensão procedimental é o saber fazer, o conjunto de ações ordenadas e destinadas à realização de um determinado fim, a aprendizagem de procedimentos implica a aprendizagem de ações, gestos ou movimentos das atividades que se fundamentem em sua realização.

Por muitos anos a prática das lutas foram focadas somente nessa dimensão, focando no saber fazer e não em refletir a respeito da cultura corporal e sobre como se deve ser. Hoje isso tem mudado e muito tem se estudado e discutido a respeito do ensino das lutas e de suas características básicas: Enfrentamento, Regras, Oposição entre indivíduos, Objetivo centrado no corpo de outra pessoa, Ações de caráter simultâneo e Imprevisibilidade.

1. Enfrentamento físico direto: As lutas exigem contato físico com outra pessoa gerando enfrentamentos
2. Regras: Cada modalidade possui suas regras próprias e estabelecidas sobre competição, conduta e graduação
3. Oposição entre indivíduos: Os praticantes de enfrentam durante um combate, em caráter de oposição um ao outro, sempre com o objetivo de sobrepor o oponente, o que pode ser feito de diferentes maneiras, dependendo da modalidade.
4. Objetivo centrado no corpo da outra pessoa: Durante um combate, toda a atenção está voltada para as ações e os movimentos de seu oponente, uma vez que ele é o alvo e dever ser atingido

5. Ações de caráter simultâneo: Ao mesmo tempo, acontecem movimentos de ataque e defesa, não havendo um momento específico para que cada um aconteça, o que faz com que seja necessário sempre estar atento.
6. Imprevisibilidade: Por conta da simultaneidade, as lutas se tornam imprevisíveis, pois não há como saber qual será o próximo movimento.

Dentro dessa dimensão é que poderão ser trabalhados os jogos de oposição e as competições, apesar da luta se tratar de uma prática coletiva carrega também uma parte de individualidade, onde as crianças quando bem acompanhadas poderão observar o seu progresso e aprenderão o sentido da competição não como uma maneira de se comparar com os outros, mas sim como uma forma de superar seus próprios limites.

A competição se bem trabalhada pode ser um excelente recurso para o desenvolvimento das crianças e jovens, o grande desafio da educação nos nossos dias é apresentar o conhecimento ao alcance de todos, cada indivíduo tem as suas próprias características, seus anseios e suas próprias dificuldades. Cada criança aprende em ritmos e de maneiras diferentes, como educadores temos que estar atentos para identificar essas peculiaridades e fazer com que cada pessoa independente de biótipo, idade, gênero ou maturidade melhorem a cada dia o seu desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas fazem parte da história do ser humano. Podemos reconhecê-las tanto nas culturas milenares, quanto nas pinturas encontradas em cavernas e sítios arqueológicos que remontam a pré-história. Durante milhares de anos o homem lutou pelos mais variados motivos e dessa forma muito conhecimento foi produzido. As lutas surgem da necessidade do homem se defender, porém, para dialogar com as crianças devemos adaptar essa linguagem de uma forma que elas possam entender. Podemos apresentar a luta de uma forma lúdica, a brincadeira é uma oportunidade de desenvolvimento para a criança. Através do brincar ela aprende, experimenta o mundo, possibilidades, relações sociais, elabora sua autonomia de ação, organiza emoções.

Com o passar do tempo as técnicas de luta sofreram muitas transformações e ajustes colocando uma nova roupagem para dialogar com as novas gerações, porém mantendo sempre parte da sua tradição e códigos. Hoje as artes marciais não compreendem somente um apanhado de técnicas (golpes com as mãos, pés, etc.), mas também um conjunto de filosofias e ensinamentos.

Sua prática é riquíssima em recursos e possibilidades, a própria definição da palavra “arte” carrega uma vastidão de elementos relacionados a expressão e criatividade. Apesar de ser de natureza livre e espontânea sua prática deve ser devidamente orientada, a função do educador nesse caso deve ser a de direcionar a busca.

Em tempos onde tem sido discutido o conceito de educação integral onde pensamos o ser humano em todas as suas dimensões – cognitiva, estética, ética, física, social, afetiva, ou seja, que possibilite a formação integral do ser humano, em todos os seus aspectos, a Arte Marcial pode ser vista como uma excelente ferramenta pois ela vai muito além do simples fato de aprender a “lutar” ela vem carregada de história, filosofia, e códigos que levam o praticante a lidar com diversos aspectos como por exemplo o aspecto emocional e os sentimentos que afloram durante uma situação de disputa ou de desconforto durante uma luta. Todos os aspectos citados nesse estudo

poderão ser trabalhados quando o professor criar condições para que o aluno veja a luta como algo que vai muito além do que o vencer ou perder, mas toda a vivência e sentimentos envolvidos na sua prática.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998. 114 p.

SIMPKINS, C. A.; SIMPKINS, A.M. **Confucianism and the asian martial traditions. Journal of Asian Marcial Arts,** v. 16, n. 1, 2007.

Ferreira HS. **As lutas na educação física escolar**. Fortaleza – CE. Revista EF. 2006;4(135):36-44.

Eico Suzuki **O pai da Educação Integral e o universo do Judô** /– Ed, Luz e Silva/SP

Stanlei Virgilio, **A arte do Judô** / Campinas SP, Ed. Papirus 1986.

Marcelo Rosseto, Derli Juliano Neuenfeldt **O ENSINO DE ARTES MARCIAIS PARA CRIANÇAS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA UNIVATE**S, revista

NEUENFELDT, Derli Juliano**. Esporte, Educação Física e Formação Profissional**. Lajeado: UNIVATES, 2008.

FREIRE, E. L.; OLIVEIRA, J. G. M. **Educação Física no Ensino Fundamental: identificando o conhecimento de natureza conceitual, procedimental e atitudinal**. Revista Motriz, Rio Claro, v.10, n.3, p. 140-151, set. /Dez. 2004.

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física na escola**. In DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Coord.). Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

ZABALA, A. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

https://blogeducacaofisica.com.br/author/pollyana-silva

O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Maria Izabel De Oliveira Santos

RESUMO

O uso crescente da tecnologia na sala de aula tem gerado impactos significativos no processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa aborda o tema "O Impacto da Tecnologia na Sala de Aula: Desafios e Oportunidades" com o objetivo de analisar as consequências dessa integração tecnológica e explorar as vantagens e desafios associados a ela.

Uma das principais oportunidades proporcionadas pela tecnologia é a possibilidade de acesso a informações e recursos educacionais em tempo real. Os dispositivos eletrônicos, como tablets e laptops, permitem que os alunos pesquisem e acessem uma vasta gama de materiais de aprendizagem. Isso amplia o acesso ao conhecimento e oferece uma maior personalização do ensino, permitindo que os alunos avancem em seu próprio ritmo.

Além disso, a tecnologia oferece uma variedade de ferramentas interativas, como softwares educacionais e plataformas de aprendizagem online, que tornam as aulas mais dinâmicas e envolventes. Através de recursos multimídia, os estudantes podem experimentar simulações, assistir a vídeos educativos eparticipar de atividades interativas, tornando o processo de aprendizagem mais estimulante.

No entanto, o uso da tecnologia na sala de aula também apresenta desafiossignificativos. A falta de acesso equitativo à tecnologia pode criar uma disparidade digital entre os alunos, agravando as desigualdades educacionais. Além disso, a distração causada pelos dispositivos eletrônicos e a dificuldade em avaliar a qualidade das informações online

são preocupações adicionais.
Portanto, é essencial que os educadores sejam capacitados para integrar efetivamente a tecnologia no ambiente de aprendizagem, identificando as melhores práticas e adaptando-as às necessidades individuais dos alunos. A colaboração entre professores, alunos e pais também é fundamental para maximizar os benefícios da tecnologia e superar os desafios associados.

Em suma, a tecnologia na sala de aula oferece oportunidades empolgantes para melhorar a educação, proporcionando acesso a recursos educacionais avançados e tornando o aprendizado mais interativo. No entanto, é necessário abordar os desafios relacionados à equidade e ao uso adequado da tecnologia, garantindo que todos os alunos se beneficiem igualmente dessa integração tecnológica.

Palavras-chave: Tecnologia. Sala de aula. Oportunidades.

1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, a tecnologia está transformando diversos aspectos da sociedade, e a educação não é exceção. A crescente integração da tecnologia na sala de aula tem gerado um impacto significativo na forma como os estudantes aprendem e os professores ensinam. Nesse cenário de constantes avanços tecnológicos, é essencial compreender o papel do professor na era digital e explorar os desafios e oportunidades que surgem nesse contexto. Um dos principaisdesafios enfrentados pelos professores é se adaptar e incorporar efetivamente as ferramentas tecnológicas em seu processo de ensino. O papel do professor evoluiu de um transmissor de conhecimento para um facilitador do aprendizado, onde a tecnologia pode ser uma aliada fundamental

nesse processo. Além disso, é necessário considerar a motivação dos alunos e seu engajamento na era digital, uma vez que o uso de tecnologia pode tornar a aprendizagem mais atraente e interativa. No entanto, é crucial abordar a questão da acessibilidade e inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham igual acesso às tecnologias educacionais, evitando assim a criação de uma nova forma de exclusão digital. Além disso, é importante investigar os resultados de aprendizagem obtidos por meio da integração da tecnologia na sala de aula, avaliando o impacto dessas ferramentas no desenvolvimento dos estudantes.

A tecnologia oferece uma série de oportunidades para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Recursos digitais, como simulações, jogos educacionais e ambientes virtuais, proporcionam experiências de aprendizagem mais imersivas e personalizadas. Além disso, a tecnologia permite a colaboração entre alunos e professores em diferentes locais geográficos, ampliando as possibilidades de troca de conhecimento e experiências. Em contra partida, a adoção da tecnologiana sala de aula também apresenta desafios e considerações éticas.
Questões relacionadas à privacidade dos alunos, segurança dos dados e a dependência excessiva da tecnologia devem ser cuidadosamente consideradas e abordadas.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo explorar o impacto da tecnologia na sala de aula, analisando o papel do professor na era digital, a motivação dos alunos e seu engajamento, a acessibilidade e inclusão, os resultados de aprendizagem, as oportunidades proporcionadas pela tecnologia, bem como os desafios e considerações éticas envolvidos nesse processo.

1.1 OPORTUNIDADES PROPORCIONADAS PELA TECNOLOGIA

As oportunidades proporcionadas pela tecnologia têm desempenhado um papel fundamental na educação contemporânea, transformando a forma como aprendemos, ensinamos e nos envolvemos com o conhecimento, neste texto, discutiremos três aspectos importantes: acesso a recursos educacionais abertos, personalização do ensino com base nas necessidades individuais dos alunos e colaboração entre alunos e aprendizagem social com o uso da tecnologia.

Em primeiro lugar, a tecnologia tem democratizado o acesso a recursos educacionais abertos, permitindo que pessoas de diversas origens tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver, antigamente, o acesso a materiais didáticos e recursos educacionais era limitado, restrito por barreiras físicas e econômicas. No entanto, com o avanço da tecnologia, o conhecimento está disponível de forma ampla e acessível. A internet, por exemplo, oferece uma infinidade de recursos educacionais gratuitos, desde aulas em vídeo até materiais interativos e livros digitais. Isso possibilita que qualquer pessoa, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica, tenha a oportunidade de aprender e se capacitar.

Em segundo lugar, a tecnologia tem permitido a personalização do ensino com base nas necessidades individuais dos alunos, cada aluno possui habilidades, ritmos e estilos de aprendizagem diferentes, e a tecnologia pode ser uma ferramenta valiosa para atender a essas diferenças. Plataformas de aprendizagem adaptativa, por exemplo, podem monitorar o progresso do aluno e ajustar o conteúdo e as atividades de acordo com suas necessidades específicas. Isso garante que cada aluno receba um ensino personalizado, permitindo que eles avancem no seu próprio ritmo e explorem áreas que lhes interessem particularmente. Além disso, a tecnologia também permite a incorporação de recursos multimídia, como vídeos, jogos interativos e simulações, que podem tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e estimulante.

Por fim, a tecnologia tem facilitado a colaboração entre alunos e promovido a aprendizagem social, antigamente, os alunos estavam

limitados às interações em sala de aula e às discussões presenciais. No entanto, com o advento da tecnologia, os alunos podem se conectar virtualmente e colaborar em projetos, compartilhar ideias e discutir tópicos em fóruns online e plataformas de aprendizagem colaborativa, essas ferramentas promovem a aprendizagem social, permitindo que os alunos troquem conhecimentos e perspectivas, desenvolvam habilidades de comunicação e trabalhem em equipe, mesmo que estejam fisicamente distantes, além disso, as redes sociais educacionais têm criado comunidades de aprendizagem, onde os alunos podem se conectar com colegas que compartilham interesses semelhantes e buscar apoio mútuo no processo de aprendizagem. Em suma, as oportunidades proporcionadas pela tecnologia na educação são vastas e impactantes, o acesso a recursos educacionais abertos democratiza o conhecimento, a personalização do ensino atende às necessidades individuais dos alunos e a colaboração entre alunos promove a aprendizagem social e continuamos a avançar em um mundo cada vez mais tecnológico, é fundamental explorar e aproveitar ao máximo essas oportunidades, a fim de criar um ambiente educacional inclusivo, personalizado e colaborativo, preparando assim os alunos para os desafios do século XXI.

1.2 DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A evolução tecnológica trouxe inúmeros benefícios e avanços para a sociedade, transformando nossas vidas de maneiras que antes pareciam impossíveis, no entanto, juntamente com esses avanços, surgem desafios e considerações éticas que devem ser cuidadosamente abordados. Dois desses desafios importantes são a questão da privacidade e proteção de dados, bem como a dependência excessiva da tecnologia e seus impactos psicossociais, além da necessidade de equidade no acesso à tecnologia.

A questão da privacidade e proteção de dados se tornou cada vez

mais relevante na era digital. Com o advento da internet, dispositivos móveis e redessociais, uma quantidade massiva de informações pessoais está disponível online. Empresas e governos têm acesso a dados sensíveis dos indivíduos, o que levanta preocupações sobre como essas informações são coletadas, armazenadas, compartilhadas e usadas, a falta de proteção adequada pode resultar em violações de privacidade, roubos de identidade e manipulação de dados para fins maliciosos. Portanto, é essencial que as políticas e regulamentações adequadas sejam implementadas para garantir a privacidade dos indivíduos e a segurança de suas informações pessoais.

Além disso, a dependência excessiva da tecnologia é um desafio significativo que afeta cada vez mais a sociedade moderna. A tecnologia se tornou uma parte integrante de nossas vidas diárias, desde a comunicação até o trabalho, entretenimento e até mesmo tarefas básicas. Embora a tecnologia tenha trazido inúmeros benefícios, também existem impactos psicossociais negativos associados a essa dependência, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos pode levar ao isolamento social, falta de interação face a face, ansiedade, vício em internet e até mesmo problemas de saúde mental, como depressão e baixa autoestima, sendo assim, é fundamental que os indivíduos encontrem um equilíbrio saudável no uso da tecnologia, estabelecendo limites egarantindo um estilo de vida equilibrado. E também, é necessário considerar a necessidade de equidade no acesso à tecnologia, em um mundo cada vez maisconectado, aqueles que não têm acesso à tecnologia correm o risco de serem excluídos de oportunidades educacionais, de trabalho e de participação na sociedade digital, a falta de acesso à tecnologia pode acentuar as desigualdades existentes e criar uma divisão digital entre os que têm e os que não têm. Portanto, é crucial que os governos, organizações e comunidades trabalhem juntos para garantir que todos tenham acesso igualitário a recursos tecnológicos, promovendo assim a inclusão digital e reduzindo as disparidades sociais.

CONCLUSÃO

Em resumo, a evolução tecnológica trouxe benefícios significativos, mas também desafios éticos que exigem atenção, a privacidade e proteção de dados devem ser garantidas para proteger os indivíduos de violações e abusos, a dependência excessiva da tecnologia exige um equilíbrio saudável para evitar impactos psicossociais negativos, além disso, a equidade no acesso à tecnologia é essencial para promover a inclusão digital e combater as desigualdades sociais, ao enfrentar esses desafios com responsabilidade e considerações éticas, podemos colher os benefícios da tecnologia de forma justa e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ***CAPÍTULOS DE LIVROS***

Dom Bosco O Impacto Da Tecnologia Em Sala.Disponível em:< https://www.dombosco.com.br/noticias/o-impacto-da-tecnologia-na-sala-de-aula.html#:~:text=A%20tecnologia%20permite%20acompanhar%20melhor,processo%20de%20ensino%20e%20aprendizagem.> Acesso em 01/06/2023

Qual o Papel do Professor na Era Digital? Disponível em: <https://horario.com.br/blog/qual-o-papel-do-professor-na-era-digital/>Acesso em 02/06/2023

Motivacao de Alunos na Era Digital. Disponível em: https://hed.pearson.com.br/blog/plataformas-de-aprendizagem/3-maneiras-de-engajar-e-motivar-os-alunos-na-educacao-a-distancia Acesso em 02/06/2023

Acessibilidade e Inclusão Na Era Digital. Disponível em: <https://blog.algartelecom.com.br/gestao/acessibilidade-e-a-

importancia-da-inclusao-digital/>
Acesso em 02/06/2023

Educação Continuada Na Era Digital. Disponível em: <https://dnaconteudo.com/ferramentas-de-aprendizagem/educacao-continuada-era-digital/>
Acesso em 05/06/2023

Oportunidades da Era Digital. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-uso-recursos-tecnologicos-na-educacao-jovens-adultos.htm#:~:text=O%20acesso%20as%20Tecnologias%20da,todos%20os%20n%C3%ADveis%20de%20ensino.>
Acesso em 05/06/2023

Ética e Desafios No Digital. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gpbc/pospucdigital/etica-na-era-digital-e-tema-de-masterclass-da-pucpr-sobre-impacto-da-tecnologia/>
Acesso em 05/06/2023

GESTÃO DEMOCRÁTICA EM ESTUDO

Silvia Aparecida Cezar

RESUMO

O presente trabalho objetiva pontuar a respeito de gestão democrática nas escolas, a importância de um projeto político-pedagógico como uma construção coletiva pautada, consequentemente, numa responsabilidade também coletiva; as ações que norteiam este projeto e como este influencia a gestão democrática. A pesquisa busca ainda elencar a autonomia da instituição escolar no sentido de atribuir este modelo de gestão e como este pode melhorar a qualidade de ensino e ainda, qual o papel dos Conselhos em relação à determinação de uma gestão democrática dentro das unidades escolares.

Palavras-chave: projeto político-pedagógico; gestão escolar democrática; Conselhos.

> "No fundo, o essencial nas relações entre educadores e educandos, entre autoridade e liberdade, entre pai e mãe e filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia".
>
> Paulo Freire

INTRODUÇÃO

O sucesso de nossas escolas hoje, como anunciado nos vários meios de educação à nossa volta, volta-se para um modelo de gestão inovador e diferente ao que estamos acostumados em nossa prática cotidiana: o de gestão escolar democrática.

Por se tratar de algo onde a comunidade, a equipe docente e discente, os pares e Parceiros contribuem, deixando de existir um poder centralizado sob a responsabilidade de uma única pessoa, a figura do diretor, o sucesso da gestão democrática pode ser considerado como certo.

Entretanto, sabemos que não se trata de um assunto fácil, polêmico, por sinal; por outro lado, de acordo com seus moldes, é possível considerarmos que traz benefícios para a comunidade.

Escolhemos este tema por se tratar de algo que pode ocorrer em breve nas unidades escolares, já que existem exemplos de alguns municípios espalhados pelo país que atuam desta forma e obtêm bons resultados. Além disso, trata-se de um modelo o qual o município a que pertencemos pretende implantar em suas escolas.

Por esta razão, acreditamos ser de crescimento profissional adentrar pelas trilhas que permeiam a gestão democrática pelo fato de estarmos inseridos na coordenação pedagógica da cidade e por darmos respaldo pedagógico aos nossos professores.

Neste sentido, o presente trabalho busca, bibliograficamente, pontuar as considerações de autores já consagrados no tema, ressaltar como se dá a gestão escolar democrática, como os Conselhos atuam e quais são as colocações a respeito de documentos que regem a educação nacional.

Acreditamos que um estudo mais aprofundado sobre o tema contribui muito para o nosso crescimento profissional e para nosso desenvolvimento humano, haja vista, pela participação coletiva, termos a oportunidade de multiplicar e dividir papéis dentro de uma sociedade que exige um cidadão em sua completude.

Acreditamos ainda que um estudo radicado na compreensão de nosso papel social, o de educadores, faz com que saibamos lidar com mais facilidade com os problemas gerados dentro e fora da escola, mas, mais especificamente, com os que afetam as nossas unidades escolares e nossos alunos diretamente.

Tendo em vista a importância de uma gestão democrática, nós, enquanto educadores, temos a necessidade de estarmos envolvidos com tudo o que possa otimizar nossa prática. Deste modo, este tema é importante por se tratar de um começo de uma nova concepção de poderes: o poder descentralizado, participativo.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é discutir como se dão estes processos e em que influenciam nosso cotidiano escolar e pontuar nossas opiniões a respeito do tema, haja vista sua relevância.

Um outro fato importante é que a monografia caracterizar-se-á apenas como bibliográfica, não contendo pesquisas de campo, nem levantamento de dados, seja por gráficos ou por outros meios.

Em se tratando dos procedimentos usados para a sua elaboração e do tipo de pesquisa bibliográfica, nos apoiaremos em documentos escolares, publicações relacionadas ao tema, legislações pertinentes, livros relacionados ao assunto, artigos publicados em revistas de educação, pesquisas a Internet, bem como outros materiais que puderam contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

O tema da presente monografia, Gestão Escolar Democrática em estudo, foi escolhido pelo fato da relevância do assunto, uma vez que se trata de um elemento fundamental para o bom funcionamento da escola, a preocupação com a qualidade de ensino.

Entretanto, consideramos importante iniciar nossa pesquisa destacando a importância e o processo de um projeto político-pedagógico antes de adentrarmos em gestão pedagógica, bem como as leis que a norteiam no Brasil, pelo fato de um assunto estar relacionado ao outro e, consequentemente, caminharem juntos, o que justifica o fato de, no primeiro capítulo, discorrermos, sobre este assunto 9 projeto político-pegagógico).

Além disso, enquanto educadores, necessitamos estar envolvidos com todo o processo educativo pelo qual passam nossas escolas, já que à frente da sala aula, assumimos o compromisso de formarmos cidadãos conscientes, críticos e partícipativos.

A AUTONOMIA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR E OS PRINCÍPIOS DA

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A autonomia da instituição escolar em formular seu projeto apóia-se na contribuição de todo o colegiado a fim de garantir a qualidade de ensino oferecida a seus alunos, como Silva Jr (1984) nos orienta:

> A centralidade da ideia de projeto pedagógico e sua implicação junto às demais conduz a duas leituras reiterativas. Pode-se argumentar também que o a autonomia da escola pressupõe a elaboração de seu projeto pedagógico e que este, para ser autentico e se tomar viável, pressupõe o trabalho coletivo como seu modo de organização. Na direção oposta e complementar, pode-se argumentar também que o trabalho coletivo é uma condição preliminar e necessária para a elaboração do projeto pedagógico e que este é indispensável para a conquista da autonomia da escola (Silva Jr, 1_984, 231).

Assim, se o projeto político-pedagógico da escola busca melhoria da qualidade de ensino, ao construirmos os projetos das nossas escolas é preciso planejar o que fazer e o que realizar, buscando o que for possível para seu sucesso. Neste momento também entra a gestão pedagógica a qual orienta e traça diretrizes com a escola, a fim de alcançar os objetivos propostos com mais ênfase.

Pelo fato de o projeto político-pedagógico ir além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo educativo da escola e ser de suma importância para a escola, o diálogo é essencial à instituição para se organizar e se articular.

Diante disso, como Silva Jr. (1984, p.232) postula que "O projeto pedagógico é pensar no futuro da escola, delinear o horizonte para o qual ela encaminhará sua trajetória, é pensar 'o que a escola quer ser quando crescer'."

Além disso, autores como Veiga (1996), Thurler (2001) e Silva Jr.(1984) enfatizam que o projeto político-pedagógico é definido coletivamente por estar articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da

população escolar e, sobre sua dimensão política, esta se constitui pela formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, critico e criativo.

A vivência democrática é necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar , Juntamente com a equipe gestora e Diretoria de Ensino para o envolvimento de sua cidadania, e preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico, a fim de superar os conflitos, eliminando as competiçõese o autoritarismo dentro da escola, descentralizando os poderes de decisão
(Thurter, 2001).

O estudo de Regina Rodrigues Godoy Serapião, "Aspecto escolar motivacionais na relação gestor escolar, equipe de ap,oio e corpo docente.... um estudo de caso" nos esclarece a importância da motivação do grupo escolar - ou em qualquer grupo onde pessoas trabalhem juntas.

De acordo com Serapião (2007), a função do administrador é responsabilizar-se pelo êxito das ações -dos que trabalham em uma organização sob .seu comando. A administração de uma instituição (empresarial ou, no caso, escolar) apóia-se no binômio: superior/subordinado, tendo a autoridade como base.

Diante desta constatação, começaram a surgir soluções alternativas para a condução dos empreendimentos humanos. Falava-se apenas em administração (escolar) que compreendia as atividades de planejamento, direção e controle, porém, hoje o conceito de gestão envolve as atividades da administração, mas incorpora certa dose de filosofia e política.

Desta forma, para Serapião (2007), a função do gestor, no caso escolar, consiste em conduzir os destinos de um empreendimento-escola a fim de alcançar os objetivos, buscando eficiência, eficácia e qualidade nos serviços prestados. Então, o termo gestão tem maior amplitude que o termo administração.

E, por ser uma palavra abrangente, incorpora a conotação de administrador e a de diretor de escola; já Diretor é uma terminologia que compreende apenas os aspectos de educador e de autoridade.

Assim sendo, como resalta Serapião (2007), a figura do gestor escolar

tem importância para a vida da escola, que se apresenta não apenas como uma instituição de ensino, maos como uma organização empresarial e uma instituição social.

Diante deste quadro, um gestor participativo é necessário hoje em nossas escolaspara utilizar novas motivações e novos significados, a fim de incorporar as mudanças e transformá-las.

Para Serapião (2007), gestor participativo é aquele que sabe motivar, usa a lógica, a persuasão e procura evitar os extremos, cede em determinados pontos para ganhar terreno, e, em outros, serve-se de acordos, além de que planeja o trabalho, deixando margem à responsabilidade e à iniciativa.

Quando há conflito entre as condições de aprendizado e as aspirações dos alunos, esta autora enfatiza que o gestor participativo modifica a situação, motivando o ,;orpo docente e o aluno para que se chegue a um equilíbrio, através do consenso.

Com estas atitudes, . o gestor participativo busca cada vez mais motivar professores, alunos, funcionários e pais para um processo de educação global, eficiente, efetivo, incentivador da atitude criadora, da crítica, da discussão produtiva, da participação nas decisões mais significativas de seu processo.

De acordo com Serapião (2007), o papel da Educação no mundo atual-coloca, para a escola, um horizonte mais amplo e diversificado: uma formação de estudantes capazes de adquirir e desenvolver novas competências, em função de novos saberes que se produzem e que demandam, um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capazes de responder a novos ritmos e processos.

Como a autora ressalta, nas organizações de sucesso, o trabalho de equipe aumenta a qualidade das decisões tomadas e das ações empreendidas, ao passo que diminui o risco de fracasso, uma vez que o trabalho em equipe é uma motivação para o gestor, porque aumenta o nível de compromisso do grupo com as decisões e as ações e melhora a vida dos trabalhadores.

Deste modo, uma gestão democrática, pautada no compromisso em otimizar o cotidiano da educação e do ensino na escola, deve estar ligado aos interesses da maioria da população, e como destaca Thurler (2001), é necessário mostrar à comunidade esclar a importância deste política dentro da escola, deixando claro o papel de cada um, conscientizando professores,

comunidade, poisb a escola precisaser dirigida de modo horizoltal, visando uma qualidade em todo o processo vivido.

A gestão democrática ajuda a instaurar uma escola de qualidade, na luta, dentre outras, contra todas as maneiras possíveis à evasão e a repetência, garantindo qualidade no desempenho satisfatório de todos, afinal, é preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem.

Em se tratando das finalidades, da gestão participativa, é necessário também a equipe docente assumir o trabalho de refletir sobre a intencionalidade educativa, buscando autonomia para a criação da identidade da escola:

Um outro aspecto importante é destacado por Alves (1984) no que tange ao processo de decisão, o qual deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos neste processo por meio da estrutura administrativa da escola e por meio da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão, visando a participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola, com representação de alunos, pais, associações de pais, professores, grêmio estudantil, entre outros.

Alves (1984) complementa que estas relações deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva e todo o esforço deve levar em consideração as condições concretas presentes na escola, propiciando a construção de uma reflexão coletiva que favoreça o diálogo, e a comunicação.

Por fim, tanto Veiga (1996tquanto Alves (1984) enfatizam a importância de uma avaliação que parta da necessidade de conhecer a realidade escolar e compreender a causa e as conseqüências dos problemas existentes por meio da autocrítica; além disso, pressupõe acompanhar e avaliar as ações da equipe escolar, dos educandos, da comunidade, um termômetro sobre o andamento das ações tomadas pela escola.

Por ser um compromisso de todos, a gestão democrática é uma forma de otimizar as relações, uma vez que dividir responsabilidades acarreta em assumir responsabilidades, o que traz satisfação pelo fato de estas mesmas responsabilidades serem socializadas.

Neste sentido, de acordo com Thurler (2001)., Alves (1984). e Santos (2006). È necessário que a ação coletiva seja ponto de pártida e execução e elaboração do projeto de uma gestão democrática, uma vez que ela estabelece, dentro da unidade escolar, diretrizes para a qualidade de ensino, bem como a participação de todo o grupo escolar para o seu efetivo sucesso.

Alves (1984) propõe o diálogo constante entre colegiados a fim de otimizar todas as conquistas, as quais possam trazer benefícios à ação educadora, bem como, a fonnação de uma atuação didático-pedagógica criticamente reflexiva, ao atribuir a união dos grupos na ação coletiva que norteia a gestão democrática e cabe à equipe escolar a função de traçar propósitos para o bom andamento da escola, frente à responsabilidade destes profissionais, a fim de encontrar o melhor caminho.

No que concerne aos princípios da gestão democrática na educação, a LDB atribui a cada ente federado, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a competência para organizar seus sistemas de ensino (art. 8°). A tradição brasileira instituiu os conselhos de educação como parte integrante dos sistemas com funções deliberativas e de assessoramento superior.

O exercício da democracia requer participação da sociedade na gestão das instituições públicas e os conselhos se constituem nos fóruns apropriados de expressão das aspirações da cidadania, pela voz da pluralidade social.

Considerando que a Constituição e a LDB atribuem funções prioritárias a cada sistema de ensino, com vistas à realização dos objetivos nacionais expressos no plano, é essencial que cada sistema tenha seu plano, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania.

Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática: escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola.

A qualidade da educação está referida ao exercício da cidadania, o que estabelece uma dimensão social da qualidade da educação, o que está

presente na LDB, ao definir como diretrizes para os sistemas de ensino a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos Escolares (art. 14) e a progressiva autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira das escolas (art. 15).

A LDB, ao estabelecer as diretrizes nacionais para os sistemas de ensino, limita a gestão democrática à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e das comunidades escolar e local no conselho escolar e nada aponta com relação à eleição de diretores da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aceitando que a escola pública pertence aos cidadãos, a participação da comunidade na escolha dos dirigentes escolares se torna relevante. Afinal, o compromisso, a lealdade do dirigente, tende a apontar para a direção de onde deriva seu poder.

Entretanto, como citado anteriormente, a eleição do dirigente escolar por sua comunidade, diretamente ou por meio do conselho escolar, não é suficiente para garantir gestão democrática, mas seguramente é importante e necessária.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica , **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez , 2003.

ALVES, Nilda(org**.) Educação e supervisão- trabalho coletivo na escola**. Editora autores associados, São Paulo, 1984.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão democrática da escola cidadã**. In: FRIGOTTO, Gaud ncio e CIAVATTA, Maria (Orgs.). Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SEMTEC,2004.<Disponível em

www.tvebrasil.eom.br/salto/boletins2005> Acessado em 13/09/2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura /SEB. **Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Elaboração de Genuíno Bordignon. Brasília, MEC/SEB, 2004. <Disponível em www.tvebrasil.eom.br/salto/boletins2005> Acessado em 13/09/2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura /SEB. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Elaboração Genuíno Bordignon - Brasília, 2004.

CENTRO DE PESQUISAS PARA EDUCAÇÃO E CULTURA - CENPEC, **Raízes e Asas. v.1. A escola e sua função socia**l; v.2. Gestão, compromisso de todos; v.3. Trabalho coletivo na escola; v.4. Projeto de escola. São Paulo: SE/CENPEC, 1994.

CURY, Carlos R. Jamil Cury**. Documenta (471)**. Brasília, jan. 2001. <Disponível em: www.bibliotecadigital.com.br - Biblioteca Digital> Acessado em 13/10/2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola - teoria e prãtica**. Capítulo XII, p. 197-220. Goiânia: Alternativa, 2001.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquívos/pdf/ceb004_2001.pdf> Acessado em 13/09/2007.

Parecer CNE/CEB 4/2001 - HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 22/2/2001, publicado no Diário Oficial da União de 23/2/2001, Seção 1, p. 27. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <Disponível em

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ceb004 2001.pdf> Acessado em 13/09/2007.

Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. <Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acessado em 13/09/2007

SERAPIÃO, Regina Rodrigues Godoy. **Aspecto escolar motivacionais na relação gestão escolar, equipe de apoio e corpo docente... um estudo de caso**. <disponível em http://www.fatea.br/angulo97_artigo03.htm> acessado em 13/09/2007.

SILVA JR. Celestino Alves da. **Supervisão da educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva**. 1 ed. São Paulo: Loyola.1984.

THURLER, Mônica Gather. **Inovar no interior da escola**. Capítulo 3: A relação coma mudança na cultura do estabelecimento escolar. p. 89-113. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** p. 11-33. In Projeto político-pedagógico da Escola: uma construção possível. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Helen Maciel de Oliveira[3]

Resumo

Nossas crianças, principalmente as menores, se deliciam em meio às tintas, pincéis, lápis coloridos, papéis diversos, instrumentos musicais, enfim, atividades que lhes desperte a possibilidade de expressar suas emoções e, todas as escolas possuem em sua grade curricular, o ensino de Arte, porém, na prática, seu estudo, tão importante para a formação integral dos indivíduos, é desenvolvido de forma incompleta e muitas vezes, até errônea em nossas escolas.

Palavras-chave: Desafio, Arte, Educação,

Desenvolvimento

Através das Práticas Pedagógicas, de acordo com Souza (2005) "(...) envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na

[3] Graduada em Pedagogia pela CENtRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO -SP E-mail (helenmaciel72@gmail.com) Professora da Rede Municipal de São Paulo

dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o ‘educativo’”.

As Práticas Pedagógicas para o ensino de arte devem ser embasadas em métodos que instiguem os alunos, com a utilização de objetos que os estimulem a desenvolver determinadas percepções, tais como a visão, a audição e o tato, a partirdos quais estes terão a capacidade empírica mínima para adquirir uma base bem estruturada, conciliando mais facilmente os conteúdos teóricos aos práticos ao longode sua formação acadêmica.

Segundo HOLM (2004), o desenvolvimento mais eficaz dos conteúdos de arte depende de fatores fundamentais que devem ser trabalhados pelos próprios discentes e apoiados pelos professores, tais como a movimentação livre do corpo, a escolha individual de instrumentos utilizados em suas produções, a oportunidade de experimentar novas sensações e consequentemente agirem espontaneamente, portanto, orientar seus alunos para que estes desenvolvam capacidades necessárias para a produção de suas atividades, mas ao mesmo tempo, deve conduzir seus alunos às práticas autônomas sobre a importância da arte na educação de crianças, é também necessário abordar sobre a atuação do professor neste contexto, sobre sua importância no aprendizado e desenvolvimento dos alunos, assim como, sobre sua formação nesse processo a cultura é construída e transmitida por meio das relações que se estabelecem socialmente, inclusive em sala de aula, assim, professores e alunos também são produtores e assimiladores de cultura (Lopes, 1999), e de acordo com Ketzer:

Ter cultura independe de ter erudição, trata-se de uma

> condição inerente a todo ser vivo que, com suas experiências, produz significados individual e coletivamente no conjunto de atores sociais de seu tempo. (KETZER, 2003, P. 12)

Para exercer qualquer profissão ou função é necessário que se tenha preparo para o cargo para que possam realizar um trabalho de qualidade com as crianças, os professores de educação infantil e dos anos iniciais precisam estar em constante reciclagem teórica e metodológica, numa busca pelo aprimoramento da prática pedagógica.

Considerações Importantes

O papel principal neste processo de aprendizagem é do educador. "é do entusiasmo do educador que nasce o brilho dos olhos dos aprendizes o educador é aquele que prepara uma refeição, que propõe a vida em grupo, que compartilha o alimento, que celebra o saber". (MARTINS, 1998, p.129).

O professor não é somente o produto, o resultado de um curso de licenciatura. a formação do professor não se constrói de uma só vez, mas é um processo constante, contínuo, que se dá ao longo da sua formação e da sua atuação como professor, da sua vivência na prática, assim como, nas relações e desafios que encontra em seu trabalho com as crianças, nas necessidades visíveis e não visíveis que elas apresentam ou deixam

transparecer em seus comportamentos, e na conscientização progressiva sobre o que é realmente importante que as crianças vivenciem, aprendam e construam como sujeitos da história e da cultura.

Envolver a arte no processo educacional de crianças para buscar uma educação significativa para elas, não se limita apenas em incluí-la em um currículo., a arte não pode ser encarada como mágica para provocar um desenvolvimento educacional mais rico e significativo entre as crianças, é necessário que se reconheça a importância do envolvimento do educador e da instituição escolar.

As diversas formas de aprendizagensdizem respeito à possibilidade de os alunos desenvolverem um processo contínuo e cada vez mais complexo no domínio de conhecimento artístico e estético, seja no exercício do seu próprio criador, por meio das formas artísticas, ou seja no contatocom obras de arte e com outras formas.

Através das diversas culturas ou na natureza ao educar portanto propiciar situações de cuidados brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. **Como desenvolver o potencial**

criador: um guia para a liberação da criatividade em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 1990.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Pintando, bordando, rasgando, desenhando e melecando na educação infantil. In: **Cor, som e movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 07-36.

HOLM, Anna Marie. A energia criativa natural. **Pro-Posições.** v. 15, n, 1. p. 83-95, jan./abr. 2004.

KETZER, S. M. A criança, a produção cultural e a escola. In: JACOB, S. (Org).). **A criança e a produção cultural:** do brinquedo à literatura. Porto alegre: Mercado Aberto, 2003, p. 11-27.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Teoriae Prática do Ensino de Arte**: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2010.

LOWENFELD, Viktor; MAILLET, Miguel (Trad.). **A criança e sua arte: um guia paraos pais**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PRÁTICAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL

Isabel Lopes Barbosa Anea

Resumo

O objetivo deste trabalho foi o de compreencer juntamente com os alunos, em que medida as representações construídas soclalmente influenciam sua visão sobre o valor histórico da contribuição cultural da população negra no Brasil, e, até que ponto as representaições e as atitudes que observam à sua volta geram preconceito racial entre eles.

Palavras-chave: racismo; inclusão; educação.

Introdução

Nos ultimos tempos, muito se fala no Brasil sobre o que é o respeito a diversidade, e relacionado a isso, o preconceito racial no âmbito escolar. a cultura , costumes, princípios, crencas, tradições e visões do mundo. Nesta concepção, pode-se afirmar que muitos pontos da sociedade brasileira estão imersos em símbolos e manifestações culturais dos variados grupos etnico-raciais e culturais que compõem o país, em particular, dos variados povos africanos, que sucederam sequestrados de seus ambientes de origem, no continente africano, escravizados e transportados à força para diversas partes do mundo, a maior parte do

continente americano e uma quantidade expressiva, trazido para o Brasil.

A cultura africana chegou ao Brasil com os povos escravizados trazidos da Africa durante o longo periodo em que durou o trafico negreiro transatlantico e refletiu-se na diversidade dos escravos, pertencenres a diversas etnias que falavam idiomas diferentes e trouxeram tradições distintas.

Desenvolvimento

Os africanos trazidos ao Brasil incluíram bantos, nagôs e jejes, cujas crenças religiosas deram origem as religiões afro-brasileiras, e os hauçás e malês, de religiao islamica e alfabetizados em árabe. Assim como a indígena, a cultura africana foi geralmente suprimida pelos colonizadores, na colônia, os escravos aprendiam o portugues, eram batizados com nomes portugueses e obrigados a se converter ao catolicismo

0 racismo e uma especie de preconceito etnico ou racial, ou seJa, e uma visao pejorativa, pre-concebida sabre uma etnia ou cultura de um determinado povo, percebe-se uma tendência de justificativa do racismo por potencias dominantes, exemplo do que ocorreu nos séculos XV: e XIX. na América e depois na África e Ásia.

A dominação que garante a manutenção e a reprodução dessas condições desiguais, que embasa suas reflexões, e produto dessas relações contraditórias e manifestam-se na forma de apropriação e dominação num sistema de organização social no qual uma classe produz

e outra se apropria desse trabalho [.].

Devido a isso, e na tentativa de discutir e reavaliar esses conceitos. nos últimos tempos vem-se percebendo certa movimentação por parte de alguns setores da soclecade brasileira no sentido de introduzir nos curriculos escolares uma educação inclusiva e plural.

0 instrumento de maior vigor para que isso ocorra é a Lei 10.639/03,promulgada em janeiro de 2003, essa lei tornou obrigatória a inclusão de conteudos relacionados a História e cultura africana e afro-brasileira nos curriculos do ensmo fundamental e médio, tornando-se mais um mecanismo de promoção de igualdade na educação Infantil. D iante do colocado, a intenção deste trabalho é ampliar a discussao e reflexao em torno do problema, com elementos que possam contribuir com a desconstrução da ideia de submissao e inferioridade do povo africano e afrodescendente, mostrando a sua importância para a construção da História do Brasil em todos os seus aspectos junto aos alunos da educação infantil, o respeito ao diferente, ao diverso, ou seja, ao outro independente de sua cor, etnia, crença ou classe social, com a intenção de trazer para nossa realidade escolar a discussão e reflexao sobre a questão do negro no espaço escolar.

Parte-se assim para compreencer juntamente com os alunos, em que medida as representações construídas soclalmente, influenciam sua visao sobre o valor histórico da contribuição cultural da população negra no Brasil, e, até que ponto as representaições e as atitudes que observam à sua volta geram preconceito racial entre eles.

Conclusão

Entende-se que quanto maior visibilidade se der ao assunto mais fácil seu.entendimento, especialmente se tratando do ambiente escolar, onde nos deparamos a todo o momento com imagens estereotipadas, textos. frases, atitudes.

Na escola se pode desconstruir ou reforçar a discriminação e o preconceito, tudo depende da intencionalidade no ambiente escolar que jovens adolescentes e crianças podem construir suas identidades individuais e de grupos e reconhecer a importância do respeito à cultura do outro e, nesse momento,. a figura do educador é elemento primordial para a mediação e esclarecimento dos educandos, mostrando que existem diferenças, que elas são saudáveis e devem existir, e mais, mostrar que esse talvez seja o caminho para uma educação de qualidade no sentido mais amplo da pa!avra.

Percebe-se a necessidade de uma mudança profunda e urgente no que diz respeito a questao racial no Brasil, partmdo principalmente da Escola, que se colocou acima: é a instituição capaz de promover a definição de cultura, algo complexo que significa que a cultura não é apenas arte, a cultura é princípios posturas, meios ambientes, experiências técnicas, identidades comuns e diversas, definições, conhecimento e múltiplas rotinas

Nesta concepção pode-se afirmar que muitos pontos da sociedade brasileira estão imersos em símbolos e manifestações culturais dos variados grupos étnico-raciais e culturais que compõem o país, em particular, dos variados povos africanos, que sucederam, sequestrados de seus ambientes de origem, no continente afncano escravizados e transportados à força para diversas partes do mundo, a maior parte do continente americano e uma quantidade expressiva. trazido para o Brasil.

Referências

CANDAU V. M. **Multiculturalismo e educação: questões tendências e perspectivas**. In. CANDAU, V. M. (Org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 11-101.

FERREIRA. R. F. **0 brasileiro, o racismo silencioso e a emancipção do afro-descendente.** Psicologia & Sociedade. [online]. 2002, v. 14.

GUIMARAES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 3ª Ed. Sao Paulo: Editora 34, 2009. p. 59.

MUSICALIDADE NA EDUCAÇÂO INFANTIL POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Oliveira, Leci Kleine[4]

Eixo; Arte, Educação infantil

Resumo: - Considerando a importância da música como parte da cultura popular e, portanto, como conhecimento a ser trabalhado no contexto da educação da criança e conceituar os meios de amplificar essa musicalização, e a inserção do lúdico na educação vai além de implantar e estabelecer currículos ou aplicá-los para os alunos sem nenhum recurso que desperte sua atenção, isso implica numa renovação da formação continuada do professor.

Palavras-chave: música, educação, desenvolvimento, aprendizagem.

Abstract: Considering the importance of music as part of popular culture and, therefore, as knowledge to be worked on in the context of child education and to conceptualize the means of amplifying this musicalization, and the insertion of playfulness in education goes beyond implanting and establishing curricula or applying them to students without any resources that arouse their attention, this implies a renewal of the teacher's continuing education.

Keywords: Music. Education. Development. Learning.

1. INTRODUÇÃO

[4] **Licenciada em Educação física pela UNIABC, Professora da Rede Municipal de São Paulo,**
Email lko135@hotmail.com

A musicalização nesta etapa da vida pode beneficiar o desenvolvimento integral das crianças, não só apenas como mais uma linguagem, mas como elemento socializador e ampliador de seus conhecimentos, além do melhoramento das funções motoras, psicológicas a música tem o poder do relaxamento e concentração, levando-os também a refletirem sobre sua convivência escolar e social.

Quando o ensino de Artes (música, dança, teatro, pintura, etc.) passarem a ser tido como uma matéria importante e complementar para a formação de um cidadão e apresentar-se dentro do currículo escolar ou mesmo como forma interdisciplinar, haverá uma ascensão favorável de aprendizado, levando em conta os aspectos psicológicos e físicos dos alunos, no ambiente escolar que os alunos passam uma boa parte do seu tempo e é principalmente nas séries iniciais que há aquisição de conhecimentos escolares com um importante estímulo para formar uma base mais sólida e completa, já que, cada aluno possui seu ritmo próprio e que os professores muito contribuem para essa formação assim como todo o ambiente escolar

Segundo Vygotsky (2003) nos mostra que o ambiente externo interage diretamente no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, dessa maneira acredita-se que o contato das mesmas com a cultura que a rodeia seja um elemento fundamental para o seu crescimento saudável, o objetivo geral é compreender a importância da música na infância e verificar as contribuições que o ensino da mesma, e como essa musicalização interfere no desenvolvimento da criança. Diante deste, buscou-se: apresentar a teoria e a prática da musicalização no ensino aprendizagem; discutir sobre como a música pode contribuir para o desenvolvimento da criança; verificar como esta pode promover a sociabilidade e a expressividade do aluno e promover reflexões sobre a música nas escolas e sociedade.

Sabendo que as aulas de educação artística, onde a música está inserida não tem um papel de grande destaque no currículo escolar, uma vez que as disciplinas seguem uma regra hierárquica, onde as que são tidas como as mais importantes para o desenvolvimento escolar do aluno tem um enorme destaque e são tidas como as demais necessidades para a vida escolar e social do aluno, enquanto as demais disciplinas que estão presentes no currículo são levadas em “banho-maria” nas salas de aula.

As aulas de educação artística há muito tempo vem sendo relegadas ao segundo plano, os alunos só dedicam-se as atividades artísticas dentro da escola apenas quando o professor ou a instituição tem atividades específicas ou projetos, apresentações, amostras, recitais, encontros, onde para as escolas ainda é mais , que o aluno venha a ler e escrever com maior rapidez para acompanhar os planos escolares e suas atividades diárias, facilitando assim o trabalho de acompanhar as fases individuais dos alunos, que quase sempre não são respeitaS

A música tem um grande poder de interação e desde muito cedo adquire grande relevância na vida de uma criança despertando sensações diversas, tornando-se uma das formas de linguagem muito apreciada por facilitar a aprendizagem e instigar a memória das pessoas.

Desde o nascimento que o ser humano mostra suas necessidade de comunicação, interagir com a sociedade e meio envolvente. Essa necessidade se inicia no ventre da sua mãe, onde é criada uma relação de afeto, estabelecendo formas de comunicação entre a mãe e a criança, através de simples gestos.

Segundo Andrade (1980):

> Tudo que é caracteristicamente humano depende da linguagem. O ser humano é, em primeira instância, o animal falante. O discurso representa o mais essencial – mas não o único – papel no desenvolvimento e na preservação da identidade humana e de suas aberrações, assim como faz no desenvolvimento e na manutenção da sociedade e de suas aberrações.

As comunidades podem ser identificadas pela música que escutam.

Como podemos definir taxar ou estimar o gosto musical, a cultura, classe social, se a criança não tem opção de aprofundar seu conhecimento nos diversos campos culturais oferecidos pelas artes? A música proporciona uma forma de expressão e contribui para buscar a identidade de um povo, mas, isso não quer dizer que se devem privar o mergulho em outras culturas, pois a igualdade implica no direito de não haver discriminação, sendo assim a escola tem obrigação de oferecer essa cartela de opções a seus alunos

Segundo JEANDOT (1997) afirma:

> No reconhecimento de nossa individualidade está a possibilidade de assumirmos a identidade da comunidade que fazemos parte, aquilo que nos une e nos solidariza. Consequentemente, os direitos individuais não podem ser inteiramente usufruídos ou garantidos, na ausência do respeito para com a dignidade, a integridade, a igualdade e a liberdade daquelas comunidades com as quais nos identificamos, incluindo a comunidade étnica a qual pertencemos. Na busca do reconhecimento de quaisquer de nossas comunidades [...] nós devemos reconhecer reciprocamente a legitimidade da existência e da integridade de outras comunidades, inclusive suas diferenças em relação a nós.

No Brasil ainda temos pouco incentivo para pesquisas sobre educação musical enquanto em outros países a música já é vista como obrigatória nas escolas, a finalidade da inclusão da música na escola não é tanto transmitir uma técnica particular, mas sim trazer para o aluno opções de expressão e linguagens que o ajudarão a desenvolver o gosto pela cultura e assim futuramente expressar-se através dela. Dessa maneira, é possível afirmar que no Brasil já temos uma trajetória histórica, educativa e cultural que nos permite uma reflexão crítica acerca de perspectivas e caminhos concretos que possam subsidiar a inserção da educação musical nas escolas.

A música habilita os alunos para que possam realizar funções motoras e intelectuais, bem como relacionar-se com o meio social. Essas ferramentas de trabalho caem para os professores como meios facilitadores de contribuição para deixar o ambiente escolar mais alegre, a música oferece um efeito calmante após períodos de atividades físicas e atividades que exigem esforços como visitas a ambientes externos, reduz o estresse em momentos de avaliação, e também pode ser usada como um método no aprendizado de todas as disciplinas.

O professor pode escolher várias músicas que tratem do assunto que será trabalhado em sua aula, isso tornará a aula atrativa, dinâmica e vai ajudar a rememorar as informações repassadas para as atividades posteriores, a música não somente é um simples apetrecho, além de ter fácil acesso, ela não necessita de muitos recursos e materiais, precisa-se necessariamente, de mais nada além de alunos e professores.

O som uma vez produzido, tanto por instrumentos, objetos ou pelo corpo como palmas, pode transportar os educandos para um mundo vasto de aprendizado, em que a intensidade deste seguimento varia de acordo com as diversidades individuais, no

espaço escolar, principalmente nas séries iniciais as crianças passam a desenvolver suas perspectivas intelectuais, motores, linguísticas e psicomotoras. Mas, a música também deveria ser praticada como matéria em si, como linguagem artística, forma de cultura e expressão.

A escola deve ampliar o conhecimento do aluno, favorecendo a convivência com os diferentes gêneros musicais, apresentando novos estilos, proporcionando um diagnóstico reflexivo do que lhe é apresentado, permitindo que o aluno trone-se um ser crítico.

Conforme GAIO (2000, p.45):

> Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável ao desenvolvimento.

As performances musicais executadas na escola não serão voltadas exclusivamente para a formação de músicos, e sim, através da prática e percepção da linguagem musical, proporcionar a abertura dos canais sensoriais (visual, auditivo e sinestésicos), facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura e contribuindo para a formação total do cidadão.

Não basta retratar o que já existe é preciso compreender a cultura de povos diferentes e outras épocas, de modo a vivenciar sentimentos e emoções diferenciados, ampliando o entendimento do mundo no qual o cidadão vive e as transformações que ocorreram durante o seu desenvolvimento, a necessidade básica de ações e hábitos para vir a ter consciência do que se aprende, o pensamento sistematizado e organizado, os sistemas de símbolos, associações e regras para a construção do conhecimento são pontos comuns em qualquer área.

A experiência artística ganha um espaço definido quando realmente respeita o repertório peculiar de vivências e assume o papel de classe para estender a expressão do sujeito possibilitando seu amplo desenvolvimento, que envolvem a musicalização permitem que a criança conheça melhor a si mesma e ao próximo, desenvolvendo sua

definição de esquema corporal, e também oportuniza a comunicação com o outro. Weigel (1988) e Barreto (2000) *apud* Garcia e Santos (2012), afirmam que atividades podem auxiliar de maneira durável como reforço no desenvolvimento sócio afetivo, cognitivo/ linguístico e psicomotor da criança, da seguinte forma:

- **Desenvolvimento sócio afetivo:** a criança aos poucos vai formando sua própria identidade, percebendo-se diferente dos outros e ao mesmo tempo buscando integrar-se com os demais. Por meio do desenvolvimento da autoestima ela aprende a aceitar-se, com suas limitações e capacidades. As atividades musicais em grupo melhoram o desenvolvimento da socialização, a compreensão, a participação e estimulando cooperação. Dessa forma a criança vai fortalecendo o conceito de respeito ao próximo. Além disso, ao expressar-se musicalmente em atividades que lhe geram prazer, ela libera seus sentimentos, expressa suas emoções, desenvolvendo um sentimento de segurança e realização pessoal.

- **Desenvolvimento cognitivo/ linguístico:** a origem de conhecimento da criança são as vivencias que ela já traz consigo para a escola. Nesse sentido, as experiências musicais vividas por ela em casa farão com que facilite uma participação ativa favorecendo o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua capacidade de ouvir melhor e com detalhamento de ritmos e sentimentos musicais; ao acompanhar com gestos ou danças ela está trabalhando a coordenação motora e sua atenção e concentração; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e se relacionando com o ambiente em que vive.

- **Desenvolvimento psicomotor:** as atividades musicais oferecem diversas oportunidades para que a criança aperfeiçoe suas habilidades motoras, aprende a controlar seus músculos e movimentar seu corpo com desenvoltura. O ritmo tem um papel muito importante na formação e equilíbrio do sistema nervoso. Isto porque toda expressão musical ativa age sobre a mente da criança, favorecendo um impacto emocional a mente e aliviando as tensões. Atividades como cantar fazendo gestos, dançar, bater palmas e pés, são experiências importantes para a criança, pois elas permitem que se desenvolva o senso rítmico, a coordenação motora, fatores importantes também para o processo do desenvolvimento da escrita e leitura.

Percepção sonora

A percepção sonora envolve a recepção e a análise de estímulos sonoros através da audição. Nesta percepção identificam-se algumas capacidades como a detecção do som, discriminação, sensação sonora, localização, reconhecimento, atenção, compreensão e a memória, sendo assim parte do processamento auditivo que envolve a apuração do sinal acústico assimilando a informação em modelos. Diferente dos nervos ópticos, a audição não suporta estímulos agressivos, ou seja, caso o ouvido for exposto a intervalos desafinados tem-se a impressão de que está errado, que não é belo ou em casos extremos uma peça dissonante pode causar irritabilidade a quem ouve as atividades que cercam a percepção sonora agem, além do estímulo auditivo em si, no desenvolvimento de diversos aspectos intelectivos, tais como criatividade, linguagem, memória e tantos mais que o professor possa explorar, dependendo do objetivo a ser alcançado.

Muitas atividades podem ser manuseadas com as crianças especialmente no estímulo da memória. Com objetos que provoquem sons (chocalhos, latas, sons onomatopaicos, músicas e ruídos naturais dos ambientes), localizar e treinar, identificação, reprodução e execução dos diferentes sons.

- Rimas;
- Palavras que iniciam ou terminam com o mesmo som;
- Descrever o som ouvido (desenho ou fala);
- Memorizar uma sequência de sons e depois reproduzi-los;
- Imitar animais de acordo com o som produzido de cada animal;
- Desvendar a fonte do som utilizando objetos diversos;
- Tocar instrumentos musicais (WEIGEL, 1988).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação musical necessita considerar que o ensino e a aprendizagem de música não ocorrem apenas na sala de aula, mas em circunstancias mais ampla. Por

isso, o professor não deve discutir a música na escola, mas refletir sobre em que a educação musical pode ajudar no dia a dia dos alunos, interesses e dificuldades, buscando sempre decifrar a realidade em que vivem e atuam e quais formas de conhecer e aprender.

O ato musical no espaço escolar ajuda no processo de aprendizagem despertando e estimulando a área afetiva, cognitiva e linguística das crianças. As regalias que a música proporciona nesta fase, seja pela expressão de emoções, seja pelo raciocínio, sociabilidade, concentração, comunicação, é de grande aproveitamento para a vida.

Diante da realidade que nos deparamos nas instituições de ensino, a música é desenvolvida de maneira resumida, por meio de repetição e imitação, algo quase mecânico, sem um discernimento. Podendo realizar um trabalho significativo com material reciclável para a confecção de instrumentos para exploração de sons e outras atividades que poderia contribuir para o desenvolvimento da inteligência musical, fazendo assim com que a música seja mais um suporte para a melhoria da educação das nossas crianças, tornando-as pessoas com senso crítico e cidadãos com mais aceitação e participação cultural.

Temos na musicalização um apetrecho para amparar os educandos a desenvolverem o espaço que une expressão de sentimentos, valores culturais, ideias e facilita a comunicação própria do indivíduo, portanto cabe a nós buscarmos a maior variedade de informações e inserirmos o conhecimento no nosso convívio no dia a dia para que assim interfiramos positivamente e provoquemos nos alunos a verdadeira motivação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Pequena História da Música**. São Paulo: Martins Editora, 1980.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 1996.

FRANÇA, Eurico Nogueira. **A música no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. Caminhos Pedagógicos da Educação Especial,2. ed. Petrópolis: Vozes,2004. Disponível em:<http://www.faesi.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial>. Acesso em: 10 janeiro 2023

GARCIA, Vitor Ponchio; SANTOS, Renato dos. **A importância da utilização da música na educação infantil.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, n. 169, 2012. Disponível em:< http://www.efdeportes.com/efd169/a-musica-na-educacao-infantil.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023

JEANDOT, Nicole. **Explorando o Universo da Música**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

WEIGEL, Anna Maria Gonçalves, Brincando de música. Porto Alegre: Kuarup, 1988.

O TRABALHO DO PEDAGOGO HOSPITALAR

Débora Romão Sanches

RESUMO

Acreditamos na importância da intervenção pedagógica em ambiente hospitalar, com a finalidade de que a criança e o adolescente enfermo sejam atendidas em sua integralidade e que as condições necessárias sejam disponibilizadas, para que seu desenvolvimento continue acontecendo mesmo num ambiente clínico, para tanto, a escuta pedagógica é uma ferramenta indispensável.

Palavras-chave: pedagogo; hospitalização; aprendizagens.

A criança ou adolescente hospitalizado enfrentam um período onde sua rotina, tal como seu modo de ser e agir encontram-se modificados. Nesse processo, a intervenção pedagógica auxilia a criança ou adolescente a darem um significado diferente a esse momento de suas vidas, através de dinâmicas pedagógicas e interações com a família e com a escola.

Conforme Fontana e Salamunes (2012), os profissionais da educação que atuam na área de Escolarização Hospitalar são responsáveis por fazer o possível para que os alunos/pacientes possam, na medida de sua disposição física, adquirir domínio de conceitos científicos, informações e habilidades

necessárias à sua inserção social, estabelecendo relações entre os conteúdos escolares e a sua realidade, compreendendo seus direitos e deveres na convivência democrática.

O pedagogo hospitalar deve atuar de forma a atender às necessidades educacionais do enfermo, não a sua enfermidade, ficando cada profissional responsável por sua especialidade. Além disso, precisa ter o comprometimento com práticas educativas inovadoras e não tradicionais levando em consideração as condições da criança ou adolescente hospitalizado.

De acordo com Verdi (2012), o pedagogo hospitalar vivencia sensações e emoções de forma intensa e lida com elas na medida em que auxilia a criança, da melhor forma possível, no convívio com a doença e o ambiente hospitalar. Aprender com essas novas sensações e emoções redimensiona o ensino e as ênfases cognitivas com que opera o processo ensino-aprendizagem.

O hospital não é uma escola, e assim, o comprometimento, flexibilidade e a sensibilidade do pedagogo hospitalar são fundamentais, uma vez que diferentes estados clínicos estão envolvidos nesse processo em que o foco principal é a saúde.

É de fundamental importância que o pedagogo tenha uma relação humanitária com a criança, levando em consideração seus aspectos afetivos e sociais, antecedendo assim a sua intervenção.

O trabalho realizado pelo pedagogo no ambiente hospitalar visa humanizar este espaço, pois, possibilita ao profissional trabalhar com maior flexibilidade e interação com a criança ou adolescente hospitalizado, sua família e os diversos profissionais envolvidos com o tratamento, fazendo adaptações quando necessárias.

> [...] O professor mediador, diante de um processo de desestruturação do ser humano, deve respeitar todos os sentimentos emergentes e resgatar o lado saudável de seu aluno/paciente, auxiliando-lhe na construção de sua singularidade. [...] a necessidade de atuação do professor como mediador (possibilitador, favorecedor) no processo das interações interpessoais e com os objetivos de conhecimento, sempre respeitando o contexto sociocultural de seu aluno. (Assis, 2009, p.17)

Não é qualquer ensino que promove o desenvolvimento da pessoa enferma, é preciso uma mediação do pedagogo a fim de despertar o desejo de superação e de participação da criança/adolescente no seu processo educativo dentro do contexto hospitalar.

Nesse contexto, o pedagogo é o agente de mudança, pois entendemos que a criança hospitalizada não é um escolar comum, ela se diferencia por estar doente, razão pela qual precisou de cuidados médicos, bem como necessita ainda de ajuda para vencer as consequências de sua própria hospitalização.

O trabalho do pedagogo é o de mediar à interação de um trabalho multi/inter/transdiciplinar que privilegie o escolar hospitalizado. A ação do pedagogo não deve perder de vista o alvo de seu trabalho – o ser humano – que no momento necessita de ajuda, para recuperar-se de seu estado físico e psicológico acarretado pela doença ou hospitalização.

De acordo com Ceccim (apud Mattos e Torres, 2011 p. 220) com relação ao papel do pedagogo hospitalar:

> [...] não é de apenas "*ocupar criativamente*" o tempo da criança para que ela possa "expressar e elaborar" os sentimentos

> trazidos pelo adoecimento e pela hospitalização, aprendendo novas condutas emocionais, como também não é de apenas abrir espaços lúdicos com ênfase no lazer pedagógico para que a criança "*esqueça por alguns momentos*" que está doente ou em um hospital. O professor deve estar no hospital para operar com os processos afetivos de construção da aprendizagem cognitiva e permitir aquisições escolares às crianças. O contato com o professor e com uma "*escola no hospital*" funciona, de modo importante, como uma oportunidade de ligação, com os padrões de vida cotidiana do comum das crianças, como ligação com a vida em casa e na escola. (grifo do autor)

A pedagogia Hospitalar pretende recuperar a socialização da criança por meio de um processo social-educativo, dando continuidade à sua escolarização e valorizando sua continua aprendizagem. Para tanto, o pedagogo no hospital serve como um vínculo que a criança mantém com seu mundo exterior, principalmente no aspecto escolar.

De acordo com PARE (Apud VERDI, 2012, P. 167) são competências que o pedagogo escolar deve desenvolver:

> "Estar à escuta das crianças; considerá-las como centro do trabalho e não da doença; mostrar autenticidade e autoconfiança no contato com os pacientes; ser flexível a fim de engajar na criança o processo de resiliência; não temer fracassos eventuais, como a morte de uma criança; estar aberto às oscilações de humor do paciente; ser disponível, espontâneo e relaxado."

> A função do pedagogo hospitalar não é apenas a de manter as crianças ocupadas, ele está lá para estimulá-la através do uso de seu conhecimento, catalisando e interagindo com as crianças, proporcionando condições para aprendizagem".

A importância da escuta pedagógica no processo de humanização da prática pedagógica hospitalar é nítida, visto que a criança tem a necessidade de ser observado como um todo e não apenas como um aluno, observando seu estado físico, levando em consideração que o mais importante é a sua saúde, e se for necessário cancelar aquele momento de estudo em grupo ou individual, o professor deverá fazê-lo em favor do seu bem-estar.

Ainda com relação à escuta pedagógica, Fontes (Apud CASTRO, 2012, p.47), contribui colocando:

> "O papel da educação no hospital e, com ela, o do professor, é propiciar à criança o conhecimento e a compreensão daquele espaço, ressignificando não somente a ele, como a própria criança, sua doença e suas relações nessa nova situação de vida. A escuta pedagógica, surge, assim, como uma metodologia educativa própria do que chamamos pedagogia hospitalar. Seu objetivo é acolher a ansiedade e as dúvidas da criança hospitalizada, criar situações coletivas de reflexão sobre elas, construindo novos conhecimentos que contribuam para uma nova compreensão de sua existência, possibilitando a melhora de seu quadro clínico."

A escuta pedagógica acontece diariamente, pois o professor não está ali para intervir no tratamento clínico, mas para observá-lo em seus aspectos social, afetivo, emocional e cognitivo.

Ela não se limita ao campo da fala ou do que é falado. A escuta pedagógica atenta e sensível, pode-se colaborar para o resgate da autoestima contribuindo para o bem-estar e a saúde da criança hospitalizada, pois não se restringe às palavras, mas abrange o silêncio, os gestos e expressões. Ela interpreta o desejo, o olhar e a dor da criança, lendo nas entrelinhas, e percebendo o desejo que a criança tem em viver.

No momento da escuta, o professor se torna um pesquisador, ele não julga não mede, não compara, ele se relaciona com o outro e o conhece em sua totalidade sem dar opiniões no que é dito ou feito.

A relação de observar o outro, escutar, analisar, compreender seu estado é uma relação cotidiana, dinâmica, que ocorre através da interação entre o professor e o aluno. Assim, o pedagogo atende o aluno como um ser humano e não como um objeto de trabalho, através do relacionamento com a criança hospitalizada o professor passa a adquirir novos conhecimentos, aprendendo a lidar com as emoções e superando seus limites por meio dos desafios que tem de enfrentar.

De acordo com Kryminice e Cunha (2012), a criança é um repleto de capacidades, com alegrias, sonhos, esperanças; portanto o pedagogo não deverá olhá-la segundo a sua patologia, como se o corpo adoecido estivesse impedindo-a de colocar em prática suas potencialidades e negando-a o direito de ser simplesmente criança.

É preciso aderir a uma forma de trabalho humanizada em todas as áreas da educação e principalmente no ambiente hospitalar dados os cuidados necessários com a pessoa enferma. Nesse sentido, a integração dos grupos e equipes de trabalho, assim como a escuta e atenção especializada se torna

urgente e essencial para o bom trabalho educacional e bem-estar da criança/adolescente hospitalizada.

Se o pedagogo tem espaço de atuação no hospital, é porque houve reconhecimento da necessidade de sua presença. Esse novo papel demonstra a necessidade de procedimentos relacionados à educação de crianças/adolescentes enfermos, desenvolvendo atenção pedagógica aos escolares hospitalizados e consequentemente ao próprio hospital na concretização de seus objetivos.

Se no ambiente formal o pedagogo trabalha com uma estrutura adequada com realidade estável, no ambiente hospitalar, diante do quadro clínico da criança/adolescente, é necessário um atendimento mais flexível, de acordo com as possibilidades do momento.

Os escolares hospitalizados mostram que são capazes de continuar ampliando seus conhecimentos e desenvolvendo todas as suas potencialidades, em função disso, é preciso que o pedagogo busque caminhos para aprendizagem por meio da escuta pedagógica e da observação, esta última tem importante papel na elaboração do planejamento e é o primeiro estágio do processo. O professor deve identificar e trabalhar as dificuldades que os alunos apresentam, mediando o conhecimento que eles já detêm com o conhecimento escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é imprescindível que se conheça o diagnóstico e as condições do escolar, pois, é a partir dessas informações e com o apoio da equipe médica,

que se criarão estratégias de intervenção que irão favorecer suas ações para com a criança/adolescente, sempre respeitando seu estado físico, emocional e social, sendo que, o agir pedagógico dentro do hospital implica em sensibilidade do professor, o que vai além da sua formação acadêmica, implicando em ações que ultrapassam o caráter conteudista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Walkíria de. **Classe Hospitalar: um olhar pedagógico singular.** São Paulo: Phorte, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JUSTI, Eliane Martins Quadrelli (Org.); FONSECA, Eneida Simões da; SOUZA, Luciane do Rocio dos Santos de. **Pedagogia e escolarização no hospital.** Curitiba: Ibpex, 2011.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da Animação**. 3ed. Campinas: Papirus, 2001.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira (org). **Escolarização Hospitalar: Educação e saúde de mão dadas para humanizar.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; Mugiatti, Margarida Maria Teixeira de Freitas. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde.** 6.ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; TORRES, Patricia Lupion (Orgs.). **Teoria e prática na pedagogia Hospitalar: novos cenários, novos desafios.** 2.ed. ver.e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011.

A INFORMAÇÃO E A CULTURA ORGANIZACIONAL COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Juliana da Silva Dori

Resumo

Este trabalho propôs a analisar a percepção de um grupo de diferentes trabalhadores de organizações diferentes acerca do impacto da inclusão digital como agente na melhoria dos processos de informação e para o fortalecimento da cultura organizacional. Foi destacada a importância da informação como recurso vital para o sucesso das empresas, influenciando tanto as operações internas quanto as estratégias de mercado. A pesquisa, realizada por meio de formulário eletrônico, revelando que a maioria utiliza tecnologias da informação diariamente em suas atividades profissionais, destacando a importância dessas ferramentas para a comunicação e colaboração eficazes dentro das organizações. No entanto, houve variações na percepção da eficácia das ferramentas e no treinamento adequado para seu uso. Além disso, a cultura organizacional foi discutida como um fator determinante para a inovação, o compartilhamento de conhecimento e a adaptação a mudanças tecnológicas e de mercado. Por fim, a integração entre informação, inclusão digital e cultura organizacional foi apontada como essencial para o sucesso e a competitividade das empresas. Investir no desenvolvimento de uma cultura organizacional adaptativa e orientada para a inovação foi destacado como fundamental para garantir o aproveitamento máximo das tecnologias da informação e manter a relevância no mercado atual.

Palavras-chave: Informação; Tecnologia; Competição; Cultura Organizacional

Abstract

This study aimed to analyze the perception of a group of different workers from diferente organizations regarding the impact of digital inclusion as an agent in improving information processes and strengthening organizational culture. The importance of information as a vital resource for the success of companies was highlighted, influencing both internal operations and market strategies. Digital inclusion was identified as a key element to improve information processes and strengthen organizational culture, promoting transparency, collaboration, and learning among employees, regardless of their locations or hierarchical levels. The research, conducted through an electronic form, revealed that the majority use information technologies daily in their professional activities, highlighting the importance of these tools for effective communication and collaboration

within organizations. However, there were variations in the perception of the effectiveness of the tools and adequate training for their use. Furthermore, organizational culture was discussed as a determining factor for innovation, knowledge sharing, and adaptation to technological and market changes. A culture oriented towards innovation was associated with improvements in productivity and employee satisfaction, providing a significant competitive advantage. Finally, the integration of information, digital inclusion, and organizational culture was identified as essential for the success and competitiveness of companies. Investing in the development of an adaptive organizational culture oriented towards innovation was highlighted as crucial to ensure the maximum utilization of information technologies and maintain relevance in the current market.
Keywords: Information; Technology; Competition; Organizational Culture

Introdução

No contexto empresarial contemporâneo, a informação é um recurso vital que permeia todas as dimensões da vida organizacional, exercendo um papel fundamental na determinação do sucesso e da competitividade das empresas. Tanto dentro quanto fora das fronteiras organizacionais, a capacidade de gerenciar eficazmente a informação se tornou uma competência essencial para as organizações que buscam se destacar em mercados cada vez mais dinâmicos e globalizados.

A cultura organizacional é um aspecto fundamental que permeia todas as dimensões de uma organização, influenciando desde a forma como os colaboradores interagem até as estratégias adotadas pelos líderes. Segundo Crozatti (2004), a cultura organizacional pode ser compreendida como um conjunto de valores, crenças, normas e práticas compartilhadas pelos membros de uma organização, que moldam sua identidade e influenciam seu comportamento. Esta definição ressalta a natureza complexa e multifacetada da cultura organizacional, que é constantemente moldada e redefinida pelas interações entre os membros da organização e seu ambiente externo.

Portanto, este trabalho se propõe a analisar a percepção de um grupo de diferentes trabalhadores de organizações diferentes acerca do impacto da inclusão digital como agente na melhoria dos processos de informação e para o fortalecimento da cultura organizacional. Ao analisar a interação entre informação, inclusão digital e cultura organizacional, buscamos identificar

práticas e estratégias que permitam às organizações aproveitarem ao máximo o potencial da informação como um diferencial competitivo no mercado atual.

Material e Métodos

Neste estudo, foi empregada uma abordagem de pesquisa descritiva (Gil, 2002) e qualitativa para explorar a relação entre a gestão da informação e a cultura organizacional como diferencial competitivo nas empresas. A pesquisa descritiva visa descrever características de determinado fenômeno, enquanto a pesquisa qualitativa busca compreender profundamente as experiências, percepções e significados subjacentes aos comportamentos humanos.

A amostra deste estudo foi composta por 22 colaboradores de diferentes níveis hierárquicos e áreas de atuação em empresas de médio e grande porte nos setores de tecnologia, serviços financeiros e manufatura. A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem não probabilística, utilizando critérios como diversidade de experiências e tempo de serviço na organização.

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário estruturado (Gerhardt e Silveira, 2009) por meio da ferramenta “Google Formulários”, onde cada participante recebeu o link divulgado nas redes sociais, permitindo uma abordagem flexível para explorar as percepções e experiências dos participantes em relação à gestão da informação e à cultura organizacional em suas respectivas empresas. O formulário continha questões de múltipla escolha e questões dissertativas relativas ao tema da pesquisa, conforme Apêndice A.

Baseado nos trabalhos de Silva *et al*. (2020), o formulário foi desenvolvido de modo que o participante respondesse as questões de forma objetiva, ampla e abrangente de acordo com o tema da pesquisa, divido em dados do participante (gênero, cargo, uso de tecnologias no ambiente de trabalho, etc), questões sobre tecnologia e questões sobre cultura organizacional, de modo a conduzir o participante a responder o formulário por temas.

Resultados e Discussão

Os dados foram obtidos através das respostas obtidas no formulário eletrônico

criado no “Google Formulários”, aplicado durante o mês de março de 2023. A pesquisa foi respondida por um grupo de 22 pessoas de organizações diferentes, sem distinção de cargos ocupados nas organizações, sem distinção de gênero e sem distinção de idade. O questionário foi respondido por 13 pessoas do gênero feminino e 9 do masculino. Em relação aos cargos, 8 são diretores/gerentes, 4 supervisores/coordenadores, 7 analistas e 3 funcionários se designação de cargo de liderança. Quando verificamos a idade do grupo estudado temos o que se segue:

Tabela 1 - Faixa etária dos Participantes

Faixa etária	Quantidade de Participantes
20 – 25 anos	1
26 – 30 anos	4
31 – 35 anos	1
36 – 40 anos	6
41 – 45 anos	5
46 – 50 anos	4
51 – 55 anos	0
56 anos ou mais	1

Fonte: Resultados originais da pesquisa

O grupo de participantes é formado majoritariamente por pessoas entre 36 à 50 anos, representando 68,18% da amostra. Esse dado é importante quando há um pensamento comum de que a gerações Z e Alpha são as mais adaptadas às tecnologias de informação (Kämf, 2011).

O uso das Tecnologias de Informação nas Organizações

Este estudo examinou o uso das Tecnologias da Informação [TIC] pela percepção de participantes de organizações diversas bem como a avaliação da percepção desses participantes em relação a avaliação da eficácia dessas ferramentas e o treinamento adequado para seu uso. Os resultados fornecem insights valiosos sobre a adoção e percepção das TIC no ambiente de trabalho.

Os dados revelaram que a maioria dos participantes (20 de 22) utiliza as TIC diariamente em suas atividades profissionais, evidenciando a importância dessas tecnologias para o funcionamento cotidiano das organizações. No entanto, um participante utiliza as TIC semanalmente e outro raramente, indicando variações individuais no uso e na dependência dessas ferramentas.

As ferramentas mais comuns relatadas pelos participantes incluem e-mail, videoconferência, software de gerenciamento de processos e redes corporativas. Essas ferramentas são essenciais para a comunicação e colaboração eficazes dentro das organizações. Além disso, houve relatos do uso de plataformas como Teams/WhatsApp e WhatsApp, destacando a diversidade de ferramentas utilizadas para atender às necessidadesespecíficas de comunicação e compartilhamento de informações.

Ao analisarmos os resultados da presente pesquisa, observamos que a maioria dos participantes utiliza as TIC de forma rotineira em suas atividades diárias. Este dado corroboracom as visões de Laurindo (2001), que destaca a importância estratégica da tecnologia da informação para as organizações, ressaltando sua relevância no contexto atual dos negócios. Quanto às ferramentas de informação utilizadas, o e-mail, a videoconferência, o software de gerenciamento de processos e as redes corporativas emergem como as maiscomuns entre os participantes. Essas ferramentas permitem a comunicação eficaz e o compartilhamento de informações dentro das organizações, corroborando com os estudos de Rossetti e Morales (2007), que destacam o papel crucial da tecnologia da informação na gestão do conhecimento organizacional.

A maioria dos participantes avaliou positivamente a eficácia das ferramentas de TICpara facilitar a comunicação e o compartilhamento de informações em suas organizações. Onze participantes consideraram as ferramentas eficazes, enquanto nove as consideraram muito eficazes. No entanto, dois participantes não viram relevância nessas ferramentas, destacando a necessidade de considerar as preferências individuais e a adaptação organizacional ao implementar novas tecnologias.

No que diz respeito à avaliação da eficácia das ferramentas de TIC para facilitar a comunicação e o compartilhamento de informações, a maioria dos

participantes considerou essas ferramentas eficazes ou muito eficazes. Este resultado está alinhado com as análises de Mateus (2013), que enfatiza o papel da comunicação digital na comunicação integrada dasorganizações.

Os resultados sobre o treinamento adequado para o uso das TIC mostraram uma variedade de experiências entre os participantes. Enquanto alguns relataram ter recebido treinamento total ou parcialmente, outros não receberam treinamento adequado. Esses achados ressaltam a importância de investir em programas de capacitação contínua para garantir que os funcionários estejam bem preparados para utilizar plenamente as ferramentas de TIC disponíveis.

No entanto, quando questionados sobre o treinamento adequado para o uso das TIC, os participantes apresentaram opiniões divergentes. Enquanto alguns relataram ter recebido treinamento total ou parcialmente, outros afirmaram não terem sido devidamente preparados. Essa disparidade destaca a necessidade de investir em programas de capacitação contínua, conforme discutido por Laurindo (2001), para garantir que os funcionários estejam aptos a utilizar plenamente as ferramentas disponíveis.

Essas percepções podem ser notadas na Tabela 2:

Tabela 2 - Opinião sobre uso das TICs no ambiente de trabalho

Participante	Resposta
P4	Ajuda em determinadas situações.
P6	Podem facilitar crucialmente nosso trabalho
P13	Vital importância
P15	Nos dias atuais, imprescindível.
P21	Faz grande diferença na qualidade de gestão de processos e gestão de tempo
P22	Boa quando usada com moderação, presencial é sempre melhor

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Quando questionados sobre a facilidade de acesso a informações relevantes para o desempenho de suas funções, a maioria dos participantes concordou

totalmente (16), enquanto seis concordaram parcialmente. Isso sugere que a tecnologia da informação desempenha um papel fundamental em fornecer acesso rápido e eficiente a informações cruciais para as atividades profissionais.

Também é possível perceber a relação entre percepção entre o uso das TICs no ambiente trabalho e como os participantes percebem a promoção em melhorias em TIC nas organizações, conforme visto na Tabela 3:

Tabela 3 - O que sua empresa promove em relação a melhoria ao uso das TICs

Participante	Resposta
P4	Já possui um tempo que não inovamos a respeito. A utilização das TIC é feita apenas de forma " aleatória "
P6	Treinamentos
P13	Não promove
P15	Deixa a desejar em relação a treinamentos.
P21	Destaca a importância do uso para validação das informações e para realização de indicadores
P22	Incentivos a reuniões online e eventos online

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Quando observamos as Tabelas 2 e 3, sobretudo quanto aos participantes P13 e P15, percebemos que ambos se mostram positivos relação à importância das TICs no ambiente trabalho, mas expressam frustração em relação à organização por não promoverem melhorias nas TICs ao passo que os participantes P21 e P22 também demonstram grande importância às TICS mas relatam organizações que investem em melhorias nas TICs. Tais percepções impactam diretamente na motivação desses participantes conforme descrito por Rossetti e Morales (2007) comprometendo não apenas o uso das TICs e a qualidade da comunicação, mas também reflexos na atividade laborativa e saúde física e mental.

Por fim, ao serem questionados sobre a facilidade de acesso a informações relevantes para o desempenho de suas funções, a maioria dos participantes concordou que a tecnologia da informação facilita esse acesso, corroborando

com os argumentos de Rossetti e Morales (2007) sobre o impacto positivo da tecnologia da informação na gestão doconhecimento.

Entendendo a Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um aspecto fundamental que permeia todas as dimensões de uma organização, influenciando desde a forma como os colaboradores interagem até as estratégias adotadas pelos líderes. Este texto busca explorar a cultura organizacional sob a ótica de diferentes perspectivas teóricas e estudos empíricos, utilizando como base as contribuições de Crozatti (n.18, 2004), Bastos (2017), Barale e Santos (2017), e Chiavenato (2004), com a inclusão da análise sobre o papel da Tecnologia da Informação na gestão do conhecimento, conforme discutido por Rossetti e Morales (2007). Os participantes foram questionados sobre o que entendem sobre o que é cultura organizacional, conforme visto na Tabela 4:

Tabela 4 - O que é Cultura Organizacional

Participante	Resposta
P1	Conjunto de práticas e processos compartilhados
P6	Conjunto de Valores, comportamento e crenças dos funcionários de uma organização
P12	Conjunto de elementos (crenças, valores e normas) que regem o clima de uma empresa.
P15	É o reflexo da ética e da moral que a empresa possui, ela orienta de forma natural os caminhos a serem seguidos
P17	O modo como a empresa lida com as coisas, como as pessoas interagem no ambiente corporativo baseado nas "leis" que a empresa impõe internamente.
P21	É embasada nos pilares que constroem a instituição

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Conforme percebemos, os participantes têm entendimento sobre o que é

cultura organizacional ao responderem, de maneira geral, que a cultura organizacional estácondicionada a prática (P1), crenças (P6, P12), valores (P6, P12) e também como as organizações conduzem (lideram) as estratégias conforme Crozatti (n.18, 2004), Bastos (2017). A pesquisa realizada proporcionou insights valiosos sobre a percepção dos colaboradores em relação à cultura organizacional e seu impacto na inovação e no uso eficaz da informação. Os resultados destacam a importância de uma cultura orientada para a inovação e o compartilhamento de conhecimento, bem como suas implicações para a
adaptação a mudanças tecnológicas e de mercado.

Os participantes da pesquisa identificaram diversos benefícios associados a uma cultura organizacional voltada para a inovação e o uso eficaz da informação. Em primeiro lugar, a maioria destacou que uma cultura orientada para a inovação pode melhorar significativamente a produtividade organizacional. Esse resultado está alinhado com as ideias de Crozatti (n.18, 2004), que ressalta a importância da cultura organizacional na promoção de um ambiente de trabalho que incentive a criatividade e o pensamento inovador. Além disso, os participantes mencionaram que uma cultura de inovação pode contribuir para a satisfação dos colaboradores, refletindo as conclusões de Bastos (2017), que destaca a influência da cultura organizacional na motivação e no engajamento dos funcionários.

A maioria esmagadora dos participantes expressou a crença de que suas empresas poderiam se beneficiar significativamente de uma cultura organizacional mais orientada para a inovação e o uso eficaz da informação. Essa percepção está alinhada com as conclusões de Barale e Santos (2017), que ressaltam a importância de uma cultura organizacional adaptativa e flexível para o sucesso e a competitividade da empresa no mercado atual. Apenas um pequeno número de participantes expressou dúvidas sobre os benefícios de uma cultura de inovação, sugerindo a necessidade de uma abordagem mais personalizada para promover a mudança cultural dentro da organização.

Os participantes opinaram sobre compartilhamento de comunicação interna em suas organizações conforme Tabela 5:

Tabela 5 - A percepção da comunicação interna em relação à disseminação de informações e feedback

Participante	Resposta
P1	Rádio corredor sempre informa antes do que os canais oficiais
P2	Depende muito do setor, mas os feedbacks sobre alguns assuntos são importantes para avançar no trabalho.
P4	Infelizmente, ainda pouco eficaz
P10	Bem ineficaz
P18	Hoje percebo de uma forma melhorada
P22	Fraca e insuficiente

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Quanto à valorização do compartilhamento de conhecimento e experiências entre os colaboradores, os resultados foram mistos. Enquanto a maioria dos participantes expressou algum nível de valorização pelo compartilhamento de conhecimento, uma parte significativa indicou uma valorização apenas moderada ou neutra. Esses resultados destacam a necessidade de uma abordagem mais proativa para promover uma cultura de aprendizado e colaboração dentro da organização, conforme discutido por Chiavenato (2004).

Em relação à capacidade da cultura organizacional de facilitar ou dificultar a adaptação a mudanças tecnológicas e de mercado, os resultados foram variados. Enquanto uma parcela significativa dos participantes percebeu que sua cultura organizacional facilita a adaptação, alguns identificaram obstáculos que podem dificultar esse processo. Esses resultados ressaltam a importância de uma cultura organizacional ágil e receptiva às mudanças, conforme discutido por Rossetti e Morales (2007), para garantir a competitividadee a sustentabilidade da empresa no longo prazo.

Em suma, os resultados desta pesquisa fornecem insights sobre a relação entre cultura organizacional, inovação e uso eficaz da informação, destacando a importância de uma cultura adaptativa, orientada para o aprendizado e colaboração, para o sucesso e a competitividade das organizações no

mercado atual.

A informação e a cultura organizacional como diferencial competitivo

Quando falamos de informação e cultura organizacional como diferencial competitivo devamos pensar no valor estratégico agregado a essa informação e cultura organizacional. Crozatti (2004) discute a importância da cultura organizacional na gestão eficaz da informação, enfatizando que uma cultura que valoriza a comunicação aberta e o compartilhamento de conhecimento pode ser um fator crucial para o sucesso organizacional.

Os resultados da pesquisa corroboram essa visão, evidenciando que uma cultura organizacional orientada para a inovação e o uso eficaz da informação pode ser um diferencial competitivo significativo. Isso está alinhado com as ideias de Chiavenato (2000) sobre o novo papel dos recursos humanos na valorização do capital intelectual e na promoção de uma cultura de aprendizado e inovação.

Considerações Finais

No contexto empresarial contemporâneo, a gestão eficaz da informação e a cultura organizacional emergem como diferenciais competitivos essenciais para o sucesso e a sustentabilidade das organizações. A interseção entre informação e cultura organizacional, como abordada neste estudo, oferece insights valiosos sobre como as empresas podem alavancar esses elementos para se destacar em mercados dinâmicos e globalizados.

A integração entre informação, inclusão digital e cultura organizacional emerge como um diferencial competitivo significativo para as empresas no cenário contemporâneo. A análise dos resultados obtidos nesta pesquisa revela uma série de insights valiosos sobre como esses elementos se relacionam e impactam o desempenho e a competitividade das organizações.

Inicialmente, a pesquisa destaca a importância crucial das tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ambiente de trabalho atual. A maioria dos participantes utiliza rotineiramente ferramentas como e-mail, videoconferência e softwares de gestão, evidenciando a dependência dessas tecnologias para a

comunicação e colaboração eficazes dentro das organizações. No entanto, a eficácia dessas ferramentas e o treinamento adequado para seu uso variam entre os participantes, apontando para a necessidade de investimento contínuo em capacitação para garantir o aproveitamento máximo das TIC.

Por outro lado, a cultura organizacional surge como um elemento fundamental que permeia todas as dimensões de uma organização. Os participantes reconhecem a importância da cultura organizacional na promoção da inovação, no compartilhamento de conhecimento e na adaptação a mudanças tecnológicas e de mercado. Uma cultura orientada para a inovação e o uso eficaz da informação pode melhorar significativamente a produtividade, a satisfação dos colaboradores e a capacidade de adaptação da organização, fornecendo assim um diferencial competitivo crucial.

Portanto, diante das conclusões desta pesquisa, fica claro que a integração entre informação, inclusão digital e cultura organizacional representa um diferencial competitivo essencial para as empresas no ambiente de negócios atual. Investir no desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a inovação, o compartilhamento de conhecimento e a adaptação a mudanças tecnológicas é fundamental para garantir o sucesso e a competitividade no mercado globalizado e dinâmico em que as organizações estão inseridas.

Referências

BARALE, Rômulo Ferreira; SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Cultura organizacional: revisão sistemática da literatura. Rev. Psicol., Organ. Trab., Brasília , v. 17, n. 2, p. 129-136, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S1984-66572017000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24.mar.2024.

BASTOS, P.L. Como a cultura organizacional influencia na atuação dos líderes. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação. UNIVATES. Lajeado, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/0c746b58-56b4-4711-baed- 56270a7c3791/content>. Acesso em: 23.mar.2024.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o novo papel de recursos humanos nas organizações. São Paulo: Campus, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a Teoria Geral de Administração. Editora Campos-SP,ANO. 2004

CROZATTI, J. Modelo de Gestão e Cultura Organizacional: Conceitos e interações. Cadernode Estudos. n.18. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cest/a/Y39WBST4Nv345M6JBRH7QMp/?lang=pt#>. Acesso em:22.mar.2024.

KAMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção dopensamento. ComCiência, Campinas, n. 131, 2011 . Disponível em <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23. mar. 2024.

LAURINDO, F. J. B.; SHIMIZU, T.; CARVALHO, M. M.; RABECHINI JR, R. O papel da Tecnologia da Informação (TI) na estratégia das Organizações. Gestão & Produção. v.8, n.2,p.160-179, ago 2021. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/vt5SZnMwqNVyxFnkvJnLXCH/?format=pdf&lang=pt>. Acessoem 23.mar.2024.

MANÁS, Antônio Vico. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Érica, 2002.

MATEUS, A. F. A tecnologia ao serviço da comunicação nas organizações: o papel dacomunicação digital na comunicação integrada. Lisboa. 2013. Editorial Vision Libros. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268505660_A_TECNOLOGIA_AO_SERVICO_DA_COMUNICACAO_NAS_ORGANIZACOES_O_PAPEL_DA_COMUNICACAO_DIGITAL_NA_COMUNICACAO_INTEGRADA>. Acesso em: 24.mar.2024.

ROSSETTI, A. G.; MORALES, A. B. T. O papel da Tecnologia da Informação na gestão doconhecimento. Ciência da Informação. v.36, n.1, 2007. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1191>. Acesso em: 23.mar.2024.

SANTOS, E. M dos.; A importância da cultura para as organizações. 2º Congresso dePesquisa Científica: Inovação, Ética e Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.univem.edu.br/anaiscpc2012/pdf/Artigos%20-%20A%20importancia%20da%20cultura%20para%20as%20organizacoes.pdf>. Acesso em:22.mar.2024.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TAYLOR, Carolyn. Walking the Talk: Building a Culture for Success. 2022. Edição Revisada.

OLIVEIRA JUNIOR, D. A. de. Comunidades de prática: um estudo dos grupos de usuários JAVA brasileiros. 2005. Dissertação de Mestrado - Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação, Universidade Católica de Brasília. Brasília - DF, 2005.

Apêndice A

Questionário sobre o uso de informação no ambiente de trabalho

1. Gênero:
   a) Masculino
   b) Feminino
   c) Outro: (resposta em texto)

2. Faixa Etária:
   a) 20 – 25 anos
   b) 26 – 30 anos
   c) 31 – 35 anos
   d) 36 – 40 anos
   e) 41 – 45 anos
   f) 46 – 50 anos
   g) 51 – 55 anos
   h) Mais de 56 anos

3. Qual seu cargo atual na empresa?
   a) Diretor(a) / Gerente
   b) Supervisor(a) / Coordenador(a)
   c) Analista
   d) Funcionário sem designação de cargo
   e) Estagiário(a)

4. Com que frequência você utiliza as tecnologias de informação e comunicação (TICs)no seu ambiente de trabalho?

a) Diariamente
b) Semanalmente
c) Mensalmente
d) Raramente

5. Quais ferramentas de TIC você utiliza com mais frequência? (Marque todas as opçõesaplicáveis)
   - E-mail
   - Videoconferência
   - Software de Gestão de Processos
   - Redes Sociais Coorporativas
   - Outros

6. Como você avalia a eficácia das ferramentas de TIC utilizadas na sua organizaçãopara facilitar a comunicação e o compartilhamento de informações?
   a) Muito eficazes
   b) Eficazes
   c) Neutras
   d) Ineficazes
   e) Muito ineficazes

7. Você recebeu treinamento adequado para utilizar as ferramentas de TIC disponíveisna sua organização?
   a) Sim, totalmente
   b) Sim, parcialmente
   c) Sim
   d) Não
   e) Talvez

8. Em que medida você concorda ou discorda que a tecnologia da informação facilita oacesso a informações relevantes para o desempenho do seu trabalho?
   a) Concordo totalmente

b) Concordo parcialmente
c) Neutro
d) Discordo parcialmente
e) Discordo totalmente

9. Qual a sua opinião sobre o uso das tecnologias de informação para a qualidade doseu trabalho? (Dissertativa)

10. Responda agora sobre o que sua empresa promove em relação à sua melhoria ao usodas tecnologias de informação. (Resposta dissertativa)

11. Com que frequência a sua empresa oferece treinamentos relacionados ao uso denovas tecnologias e ferramentas de informação?
    a) Regularmente
    b) Ocasionalmente
    c) Raramente
    d) Nunca

12. Você acredita que os treinamentos oferecidos pela sua empresa são adequados paracapacitar os colaboradores no uso eficaz das novas tecnologias?
    a) Sim, totalmente
    b) Sim, parcialmente
    c) Não

13. Em sua opinião, o que é cultura organizacional? (Dissertativa)

14. Em sua opinião, quais são os principais benefícios de uma cultura organizacionalvoltada para a inovação e o uso eficaz da informação?
    a) Melhoria de produtividade
    b) Maior produtividade no mercado
    c) Maior satisfação dos colaboradores
    d) Melhoria da qualidade dos produtos / serviços

15. Você acredita que a sua empresa poderia se beneficiar de uma cultura organizacionalmais orientada para a inovação e o uso eficaz da informação?
    a) Sim
    b) Não
    c) Talvez

16. Como você percebe a comunicação interna na sua organização em relação àdisseminação de informações e feedback? (Dissertativa)

17. Você acredita que a sua organização valoriza o compartilhamento de conhecimento eexperiências entre os colaboradores?
    a) Sim, muito
    b) Sim, moderadamente
    c) Neutra
    d) Não muito
    e) Não
18. Você acredita que a cultura organizacional da sua empresa facilita ou dificulta aadaptação a mudanças tecnológicas e de mercado? (Dissertativa)

PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréa de Fátima Cabral de Souza

RESUMO:

Tudo que insere o mundo infantil se torna lúdico, e o lúdico trabalha com a arte, todas as crianças são verdadeiros artistas em sua construção. É absolutamente importante o contato com a arte por crianças e adolescentes. Primeiro, porque no processo de conhecimento da arte são envolvidos, além da inteligência e do raciocínio, o afetivo e o emocional, que estão sempre fora do currículo escolar. Existe a arte como expressão e a arte como cultura. A arte como expressão, como já disse, é a capacidade de os indivíduos interpretarem suas ideias através das diferentes linguagens e formas. A arte como cultura trabalha o conhecimento da história, dos artistas que contribuem para a transformação da arte. É muito importante que o aluno tenha um leque de conhecimento acerca do seu próprio país e do mundo. Não se conhece um país sem conhecer a sua história e a sua arte. Além disso, as artes alargam a possibilidade de interculturalidade, ou seja, de trabalhar diferentes códigos culturais. A escola deve trabalhar com diversos códigos, não só com o europeu e o norte-americano branco, mas com o indígena, o africano e o asiático. Ao tomar contato com essas diferenças, o aluno flexibiliza suas percepções visuais e quebra preconceitos.

Palavras-chave: Arte; Crianças; Educação; Escola.

ABSTRACT

Everything that enters the children's world becomes ludic, and the ludic works with art, all children are true artists in their construction. Contact with art by children and adolescents is absolutely important. First, because in the process of learning about art, in addition to intelligence and reasoning, affective and

emotional aspects are involved, which are always outside the school curriculum. There is art as expression and art as culture. Art as expression, as I said, is the ability of individuals to interpret their ideas through different languages and forms. Art as culture works on the knowledge of history, of the artists who contribute to the transformation of art. It is very important that the student has a range of knowledge about his own country and the world. You don't know a country without knowing its history and its art. In addition, the arts expand the possibility of interculturality, that is, of working with different cultural codes. The school must work with different codes, not only with the European and white North American, but with the indigenous, African and Asian ones. When getting in touch with these differences, the student makes his visual perceptions more flexible and breaks prejudices.

Keywords: Art; Kids; Education; School.

INTRODUÇÃO

As artes da pedagogia, ou seja, o conjunto de habilidades, processos, técnicas, acionadas para voltar sobre si, ao atender os imperativos do presente, visibilizam, a nosso ver, a fecundidade das múltiplas pedagogias a que estamos incessantemente submetidos, uma vez que nos direcionam e conduzem no cotidiano. A criança necessita experimentar, vivenciar e brincar para adquirir conhecimentos que futuramente lhe ajudará a desenvolver de maneira mais eficiente um aprendizado formal. Através das brincadeiras a criança acaba explorando o mundo a sua volta livremente, pois é a partir daí que ela constrói seu aprendizado, e é nesse espaço que a criança acaba criando um mundo de fantasias e manifesta seus sentimentos, se sentindo cada vez mais segura para interagir. Toda teoria necessita, primeiro, de uma conceituação.

Qual é o papel da **arte** na educação. O estudo artístico auxilia o aluno a desenvolver e a trabalhar várias características, como o foco e a concentração,

a disciplina, a imaginação, o senso crítico, a criatividade, a resiliência, além de aumentar o repertório cultural e histórico do estudante. Esse tema foi escolhido por que há muito tempo discute-se a questão da arte como processo de desenvolvimento na Educação Infantil, e sua finalidade no universo lúdico, até onde esse contexto influencia o desenvolvimento psicomotor da criança. Por fim, iremos identificar a contribuição da arte como, ferramenta de estimulação no processo de aprendizagem e desenvolvimento integral da criança na educação infantil, sendo assim, determinar os objetivos precisos para que o processo pedagógico aconteça eficazmente, como agente facilitador e enriquecedor, respeitando o desenvolvimento da criança em suas especificidades.

Outra importante contribuição é o que Pires et al (2009, p. 561) trazem sobre a temática. Para estes autores, há de se buscar as seguintes ideias de outros pensadores: Em Platão, vê-se um ambiente propício para pensá-la pelo viés da reflexão não propriamente da arte, mas do belo, das ideias e do ideal. Na Estética de Hegel ela aparece como fenômeno ligado à história e ao sintoma da vida contínua, obstinada, do espírito, indicando aí o seu desenvolvimento. Nietzsche, acerca do Nascimento da Tragédia, a enxerga como potência da própria vida, entrelaçada pelo delírio dionisíaco e pela beleza apolínea, eivada de embriaguez da alma. Desse modo, espera-se que o componente Arte contribua com o aprofundamento das aprendizagens nas diferentes linguagens – e no diálogo entre elas e com as outras áreas do conhecimento –, com vistas a possibilitar aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas. A prática pedagógica como obra de arte permite que o aluno não reproduza uma norma, que mais bem se presta para ser lida e recriada. A prática pedagógica como obra de arte, como diálogo, possibilita a formação do aluno "rebelde" crítico.

OBJETIVOS DO ENSINO DE ARTES E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO

Uma noção que vislumbramos na atualidade, e que se encontra ainda fortalecida no passado, é que a educação continua em parâmetros avaliativos ultrapassados. Atentar-se para a díade cognição e arte é debruçar-se sobre as pontuações de Pontes em que, para esta autora, as mudanças na concepção de Educação e de Arte "e os estudos no sentido de resgatar esse conhecimento na escola têm colocado a importância das ações cognitivas sobre experiências estéticas e artísticas e a relevância do contato/diálogo com imagens de Arte". Nessa situação, vale lembrar os apontamentos de Pontes em que, para ela, os cursos de formação para professores contribuem para que as linguagens artísticas sejam concebidas apenas como instrumentos, pois em sua maioria não atribuem à Arte o mesmo tratamento que atribuem às demais áreas, isto é, não veem na Arte uma área de conhecimento que possui peculiaridades que poderiam ser o foco das reflexões e articulação de situações de ensino por professores.

DO NORMAL AO ESPECIAL: COMO LIDAR O ASPECTO ARTÍSTICO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Um ponto especial a ser levantado neste tópico é a expressividade do homem pela arte. Ponte ressalta que: A educação estética e artística da criança, na escola, deve partir do pressuposto de que ela está inserida no ambiente afetivo e social em que vai desenvolver seu processo de socialização, isto é, desenvolver formas de ser e estar no mundo, entre elas as das linguagens artísticas. Não fugindo a esta situação positiva, por volta da década de 80, novas abordagens foram introduzidas no ensino da Arte no Brasil. A imagem ganhou um lugar de destaque na sala de aula, o que representa uma das tendências da Arte contemporânea e uma novidade para o ensino da época. As imagens produzidas tanto pela cultura artística (pintores, escultores) como as produzidas pela mídia (propaganda de TV e publicitária gráfica, clipe musical, internet) passaram a ser utilizadas pelos professores e alunos da educação básica.

DEFINIÇÃO DE MÚSICA

Notas musicais e propriedades da música. A música (do grego *μουσική τέχνη - musiké téchne*, a arte das musas) é uma forma de arte que se constitui basicamente em combinar sons e silêncio seguindo uma pré-organização ao longo do tempo .Uma transcrição literal sobre sua definição é debruçarmo-nos sobre a seguinte situação: a música não é tarefa fácil porque apesar de ser intuitivamente conhecida por qualquer pessoa, é difícil encontrar um conceito que abarque todos os significados dessa prática. Mais do que qualquer outra manifestação humana, a música contém e manipula o som e o organiza no tempo. Talvez por essa razão ela esteja sempre fugindo a qualquer definição, pois ao buscá-la, a música já se modificou, já evoluiu. E esse jogo do tempo é simultaneamente físico e emocional.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A ARTE NO BRASIL E NO MUNDO

Voltada para a educação na escola Uma transcrição literal de arte no Brasil é o que é apontado por Barbosa em que: Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, educadores ligados à Arte têm empreendido o movimento de resgate de sua valorização profissional e da valorização da Arte como um conhecimento que deve estar presente nos currículos em todos os níveis de ensino. Articulam, assim, diretrizes diferentes para a presença desse conhecimento na escola. Essas diretrizes emergem como fruto da luta em defesa da presença da Arte no currículo e de mudanças conceituais no seu ensino. Mudança e valorização conceitual no intuito de devolver – Arte à educação é favorecer a todos o acesso aos códigos artísticos e às possibilidades de expressão desses códigos. O objetivo daqueles que acreditam nesses pressupostos conceituais é contribuir para a difusão da Arte na escola, garantindo a possibilidade igualitária de acesso ao seu conhecimento. É preciso levar a Arte, que está circunscrita a um mundo socialmente limitado a se expandir, tornando-se patrimônio cultural da maioria.

Ainda nesta perspectiva, Araújo e Fratari apontam que a disciplina de desenho, trabalhos manuais, música e conto orfeônico, fazendo parte do currículo das escolas primárias e secundárias. Com 30 anos de atividade em todo o Brasil, o canto orfeônico foi substituído pela educação musical, entre os anos 20 e 70 o ensino de arte volta-se para o desenvolvimento natural da criança. No período que vai dos anos 20 aos dias de hoje, vive-se um crescimento cultural tanto dentro quanto fora das escolas.

A vivência do mundo simbólico e a ampliação das experiências perceptivas que fornecem elementos para a representação infantil dão-se no contato com o outro. Para Pontes, tal resolutividade beneficia os laços entre o professor e o aluno que pode, através do trabalho com o aprimoramento das potencialidades perceptivas, conforme as palavras da autora, “enriquecer as experiências das crianças de conhecimento artístico e estético, e isto se dá quando elas são orientadas para observar, ver, tocar, enfim, perceber as coisas, a natureza e os objetos à sua volta”.

A linguagem simbólica é expressa pela mímica, pelo grito, pelo canto, pela música, pelo desenho, pela pintura, pela escultura e principalmente pela linguagem corporal, permeada de gestos e movimentos, uma vez que se forma a linguagem a criança se utiliza para expressar e se comunicar, tendo seu corpo como principal instrumento. Tendo em vista que as crianças possuem características artísticas individuais, ressalto a importância de serem trabalhadas essas linguagens, pois, sendo a partir das experiências em que elas vivem, constroem e reconstroem suas fantasias, ampliam o conhecimento artístico-cultural que é um de seus direitos, enquanto ampliam o conhecimento de si, do outro e do mundo. Para melhor compreensão dessas questões na perspectiva de melhor refletir sobre a influência das aulas de artes no desenvolvimento do aluno na educação infantil.

Em conversa informal com algumas mães, foram relatadas atividades desenvolvidas por seus filhos e suas observações: “Foi meu olhar de mãe, através da análise de algumas atividades desenvolvidas pelas minhas filhas na escola, que suscitou para que a pesquisa seguisse este caminho. Refletindo sobre o tema, busquei desenvolver uma pesquisa com a proposta de investigar como o ensino da arte vem sendo aplicado no espaço educativo formal, na fase

da educação infantil, articulando a esta discussão as propostas de aulas de arte em ateliers livres. No primeiro capítulo são apresentados alguns fatores relevantes quanto à importância do ensino da arte para o desenvolvimento da criança".

Como exemplo o método utilizado nas escolas da Itália, o método de Madalena Freire e o método de Fernando Hernandez, ambos buscam incentivar a exploração do ensino da arte de maneira mais flexível e dinâmica. Sugere-se a elaboração de projetos como metodologia para o ensino da arte para crianças por ser um método que explora com maior profundidade cada tema, tendo como diferencial a flexibilidade no currículo e um maior envolvimento entre alunos, professores e instituição. A partir desta pesquisa pretendo discutir a respeito da necessidade de um ambiente voltado a arte como possibilidade de experimentação expressiva da criança nesta faixa de escolarização. Um espaço de artes, dentro da escola, contendo ateliês de experimentação de várias linguagens artísticas, proporcionando vivências lúdicas significativas para a sua formação.

Durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou de grupo social ao qual ela pertencia. Por um bom período na história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar esta responsabilidade pela criança com seus pais e, com a comunidade as quais estes faziam parte. Isso permite dizer que a Educação Infantil, como se conhece hoje, realiza de forma complementar a família, é um fato muito recente. Nem sempre ocorreu do mesmo modo, pois, a história conta que, por volta do século XVII, com a implantação da sociedade industrial, foram feitas novas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho.

Enquanto desenham ou criam objetos, as crianças também brincam de "faz-de-conta" e verbalizam narrativas que exprimem suas capacidades imaginativas. Ela cria e recria individualmente formas expressivas, integrando percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade, que podem então ser apropriadas pelas leituras simbólicas de outras crianças e adultos.

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentidos a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por vários meios, dentre eles; linhas formas, pontos, etc. As Artes Visuais estão presentes no dia-a-dia da criança, de formas bem simples como: rabiscar e desenhar no chão, na areia, em muros, sendo feitos com os materiais mais diversos, que podem ser encontrados por acaso.
Artes Visuais são linguagens, por isso é uma forma muito importante de expressão e comunicação humanas, isto justifica sua presença na educação infantil.

Os primeiros anos de vida da criança também são cheios de descobertas e criatividade e as atividades de artes para educação infantil ajudam a desenvolver isso. Os pequenos querem colorir seu universo, como o veem e mostrar suas preferências em cores e desenhos quando não podem em palavras ainda. O pedagogo alemão Friedrich Fröebel, um dos grandes nomes da educação na infância, foi o maior defensor de atividades artísticas em sala de aula como tarefa lúdica, bem como o incentivo ao uso do brinquedo pelos educadores para estimular o aprendizado. A escola precisa para ser atrativa sobretudo divertida e usar elementos do dia a dia da criança é essencial para potencializar o aprendizado, por isso o brinquedo é tão importante.

A criança, desde muito pequena, ainda bebê, se interessa e sua atenção se volta para o mundo de forma peculiar. Ela emite sons, faz movimentos com o corpo, “rabisca” as paredes da casa. Ao desenvolver atividades rítmicas, ela começa a interagir com o mundo sem precisar ser estimulada pelos pais ou educadores para tal experiência.

Diante desta questão, um novo desafio se apresenta: o de reunir forças e esforços dos trabalhadores da educação e demais segmentos sociais para reverter este quadro de penumbra, vindo de longas décadas, de modo que possam com eles estabelecer vínculos fecundos, promissores, educativos. Por certo que esta é uma tarefa coletiva, dos educadores e educadoras em especial, mas não somente deles, posto que a formação das novas gerações humanas é uma tarefa da sociedade, em seu conjunto. Por último, além de se diferenciarem na forma e intensidade em que se apresentam na vasta

realidade das escolas e grupos de professores do Ensino Médio e Ensino Fundamental no Brasil, estes desafios não existiram sempre e podem deixar de existir. São realidades históricas e por isso podem ser superadas. Buscar os caminhos das soluções, criá-las e recriá-las, coletivamente, refazendo as bases das interações entre adultos, adolescentes e jovens no interior da escola e no presente, é um desafio que se sobrepõe aos demais. Essa junção de esforços parece ser o mais promissor horizonte para que os educadores em geral e os professores/as do Ensino Médio e Ensino Fundamental, em especial, possam enfrentar o nosso compromisso primeiro, que constitui o sentido e finalidade maior do ofício de mestre: o desafio humano, político, ético e estético de trabalhar na formação das novas gerações humanas, dos nossos adolescentes e jovens. Para que sejam seres verdadeiramente humanos, que auxiliem na construção de um outro mundo, possível.

A teoria froebeliana, ao considerar a arte como uma atividade espontânea, concebe suporte para o ensino e permite a variação do aprender, ora como atividade livre, ora orientada.

As concepções froebeliana de educação, homem e sociedade estão intimamente vinculadas ao aprender. Assim, a atividade livre e espontânea, é responsável pelo desenvolvimento físico, moral, cognitivo, os dons ou objetos que subsidiam atividades. Entende também que o aluno necessita de orientação para o seu desenvolvimento, perspicácia do educador levando-o a compreender que a educação é um ato institucional que requer orientação.

Ao participar da arte o aluno também adquire a capacidade da simbolização permitindo que ele possa vencer realidades angustiantes e domar medos instintivos. O aprender é um impulso natural da do educando, que aliado à aprendizagem tornar-se mais fácil à obtenção do aprender devido à espontaneidade das atividades por meio de uma forma intensa e total.

Compreender o universo da arte é indispensável para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico efetivado pelo professor que é o mediador destas ações. A arte é essencial, pois possibilita ao aluno uma aprendizagem por meio das vivências, por meio das quais podem experimentar sensações e explorar as possibilidades de movimentos do seu corpo e do espaço adquirindo um saber globalizado a partir de situações concretas.

A arte é um instrumento que possibilita que os alunos aprendam a relacionar-se com o mundo, promove o desenvolvimento da linguagem e da concentração consequentemente gera uma motivação a novos conhecimentos. O eixo da arte é o desenvolver, sendo um dos meios para o crescimento, e por ser um meio dinâmico, a arte oportuniza o surgimento de comportamentos, padrões e normas espontâneas. Caracteriza-se por ser natural, viabilizando para o aluno uma exploração do mundo exterior e interior.

O educando do Ensino Médio e Ensino Fundamental deve ser compreendido como um ser em plena aprendizagem, é importante que as escolas e os educadores, incentivem a prática do jogo, como forma de aperfeiçoar esse desenvolvimento.

A dramatização e o teatro possibilitam o aluno sonhar e fantasiar revela angústias, conflitos e medos aliviando tensões e frustrações são importantes para que se trabalhem diferentes tipos de sentimentos e a forma de lidarmos com eles.

A personalidade humana é um processo de construção progressivo, onde se realiza a integração de duas funções principais: a afetividade, vinculada à sensibilidade interna e orientada pelo social e a inteligência, vinculada às sensibilidades externas, orientada para o mundo físico, para a construção do objeto.

Conforme Antunes (2004), a aprendizagem é tão importante quanto o desenvolvimento social e o jogo constituem uma ferramenta pedagógica ao mesmo tempo promotora do desenvolvimento cognitivo e o do social. O teatro pode ser um instrumento da alegria, um aluno que dramatiza, antes de tudo o faz porque se diverte mas dessa diversão emerge a aprendizagem e a maneira como o professor após o teatro, trabalhar suas regras pode ensinar-lhes esquemas de relações interpessoais e de convívio ético.

Trabalhar com teatros é fazer com que o aluno aprenda de forma prática, interativa e alegre, ou seja, participando de atividades mais descontraídas o aluno se sente feliz e motivado e ao mesmo tempo adquire o seu conhecimento de forma prazerosa. As regras de um teatro são feitas para que o aluno adquira valores que possam ser usados durante toda a sua vida, é por isso que ao fazer as atividades o educador deve pensar quais são os

objetivos daquele jogo para aquela faixa etária e para a realidade a que pertence aquele aluno.

Os teatros são essenciais para o desenvolvimento de construção, estimulando todos os sentidos tais como: psicomotor, cognitivo, social e emocional, desenvolvendo a capacidade de pensar, refletir, abstrair, organizar, realizar e avaliar.

Quando o aluno dramatiza, ela libera e realiza suas energias e tem o poder de transformar uma realidade proporcionando condições de liberação de fantasia. De acordo com Wajskop (2001), o teatro pode ser um espaço privilegiado de interação e confronto de diferentes pessoas e personalidades com pontos de vistas diferentes. Nesta vivência criam autonomia e cooperação compreendendo e agindo na realidade de forma ativa e construtiva. Ao definirem papéis a serem representados nas peças de teatros, os alunos têm possibilidades de levantar hipóteses, resolver problemas e a partir daí construir sistemas de representação, de modo mais amplo, no qual não teriam acesso no seu cotidiano.

Uma dificuldade que essa concepção de ensinamento apresenta ,é de como diferenciar as artes e seus significados,porém cabe á nós professoras usarmos nossa visão de observação e distimguir a prática das habilidades que cada aluno traz de bagagem. Ainda, de acordo com as pesquisadoras o indivíduo no processo de aprendizagem passa por fases distintas, ampliando a sua reflexão sobre o seu sistema até chegar ao seu domínio, vivendo o lúdico.

Por meio do lúdico o aluno aprende a ganhar, perder, conviver, esperar sua vez, lidar com as frustrações, conhecer e explorar o mundo. As atividades lúdicas têm papel indispensável na estruturação do psiquismo da criança, é no ato de brincar que a criança desfruta elementos da realidade e fantasia, ela começa a perceber a diferença do real e do imaginário. É por meio do teatro que ela desenvolve não só a imaginação, mas também fundamenta afetos, elabora conflitos, explora ansiedades à medida que assume múltiplos papéis despertando competências cognitivas e interativas.

Almeida (2008) afirma que a dramatização contribui de forma prazerosa para o desenvolvimento global dos alunos, para inteligência, para a efetividade, motricidade e também sociabilidade. Por meio do lúdico o aluno estrutura e

constrói seu mundo interior e exterior. As atividades lúdicas podem ser consideradas como meio pelo qual a criança efetua suas primeiras grandes realizações. Por meio do prazer ela expressa a si própria suas emoções e fantasias.

Os educandos expressam emoções, sentimentos e pensamentos, ampliando a capacidade do uso significativo de gestos e posturas corporais.

A função da arte é ao mesmo tempo, construir uma maneira de acomodar a conflitos e frustrações da vida real. Para Piaget (1990), o brincar retrata uma etapa do desenvolvimento da inteligência, marcado pelo domínio da assimilação sobre a acomodação, tendo como função consolidar a experiência vivida. A intervenção do professor é fundamental no processo de ensino aprendizagem, além da interação social ser importante para a aquisição do conhecimento.

A arte é um estímulo natural e influência no processo de desenvolvimento dos esquemas mentais. Seus benefícios permitem a integração de várias ações como: a afetiva, a social motora, a cognitiva, a social e a afetiva. Existem algumas considerações sobre a função lúdica e educativa do teatro. A função lúdica do teatro promove prazer, diversão e até mesmo desprazer, quando escolhido voluntariamente, com função educativa o brinquedo ensina qualquer coisa que complete ao indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo.

Em nossa prática docente, precisamos propiciar situações de aprendizagem que levem ao desenvolvimento de habilidades e de conteúdos que possam responder ás necessidades dos alunos ao meio social que habitam. Trabalhar a arte com os educandos do Ensino Médio e Ensino Fundamental não é difícil, basta entrar em seu mundo, mas o que se torna difícil é ter um olhar pedagógico e voltado para o mundo que insere o aluno, isto implica entendê-lo como produção humana e compreender a forma que ele assume sob determinada organização social e qual função cumpre. Por esta razão, o ensino da arte, nem mesmo no período inicial de sua aprendizagem, se reduz ao mero domínio do código (desenhos e garatujas e interpretações do faz de conta) ,pois este é apenas um instrumento de realização de determinadas funções ,e como tal não esgota todas as possibilidades sociais

da arte ,a proposta de ensinar pressupõe o desenvolvimento da prática como forma de produção de sentido .

O professor acompanha a adequação do conhecimento e a socialização para que seja preservada a cultura, reconhecendo também a variação de posição da linguagem em diversas situações de interação pela escrita, levando em consideração as diferentes línguagens, trabalhando também o teatro e todas suas formas de dramatizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arte é um importante trabalho educativo, pois procura, através das tendências individuais, encaminhar a formação do gosto, estimula a inteligência e contribui para a formação da personalidade do indivíduo, sem ter como preocupação única e mais importante à formação de artistas.

No seu trabalho criador, o indivíduo utiliza e aperfeiçoam processos que desenvolvem a percepção, a imaginação, a observação, o raciocínio, o controle gestual. Capacidade psíquica que influem na aprendizagem. No processo de criação ele pesquisa a própria emoção, liberta-se da tensão, ajusta-se, organiza pensamentos, sentimentos, sensações e forma hábitos de trabalho. Dando exemplos da área de artes visuais: Há três processos fundamentais para a formação do professor de arte, primeiro o fazer arte para seu próprio crescimento perceptivo e inventivo, tanto da imagem considerada arte pelos críticos, como das imagens que nos cercam – da embalagem de suco de laranja às revistas. Esse processo é a porta aberta para a interdisciplinaridade, o diálogo com outras disciplinas. A história, por exemplo, é o momento de descobrir como aquilo que você está vendo se realiza em diferentes culturas, e assim vai se formando a arte.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de**. EDUCAÇÂO LÚDICA**: técnicas e jogos pedagógicos São Paulo Loyola, 1995.

ANTUNES, Celso. **O Jogo e a Educação Infantil**.2º Ed.Petrópolis-RJ: Coleção de sala de aula,vol 15, vozes.2004.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÉS, Philippe**. História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. LTC, 1978.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC,1981.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Autores citados: Erasmo Pilotto,Marcelo Cunha Bueno, Rubem Alves ,Paulo freire, Vigotsky BAQUERO,Ricardo,Vigotskye **a aprendizagem escolar**,Porto Alegre:artMed,1998.

DANIELS,Harry(org).Vigotsky **em foco,pressupostos e desdobramentos**.São Paulo:papirus,1997.

BARRETO, Ângela M. R. **Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto**. Subsídios para o recenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BASTOS. M. H. C. Jardim de Crianças – o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). IN: MONARCHA. C. **Educação da infância brasileira** 1875 – 1983. Campinas: Autores Associados, 2001.

BARROSO, J. **Gestão local da educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilização coletiva**. In: MACHADO, L.; FERREIRA, N. (Org.). Política e gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A; ANPAE, 2002.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A.C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: Educação infantil, política, formação e prática docente**. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BOMTEMPO, E. **A brincadeira de faz-de-conta: lugar do simbolismo, da representação do imaginário.** In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1990.
Educação e Pesquisa, São Paulo. (ORG). **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte:autêntica,1999.

PEDAGOGIA E MEIO AMBIENTE

Rogério Pereira de Oliveira

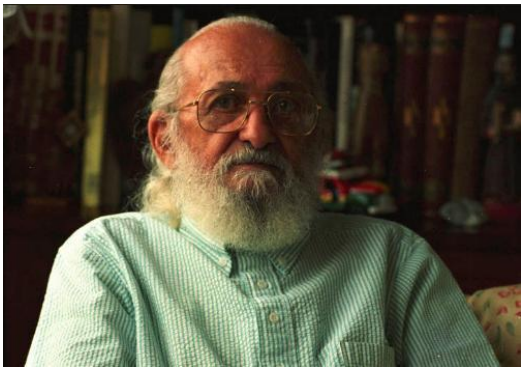
RESUMO

Mesmo que em nossa sociedade haja pessoas com pensamentos e propósitos convergentes (como a questão ambiental, por exemplo), há outros fatores que podem fazer com que as divergências se sobreponham. Sem um embasamento e uma visão holística, a tendência é acatar as propostas de outros sem grandes questionamentos, pelo simples fato de que não conseguimos entregar alguma melhor ou desconhecemos o assunto em questão. Daí a importância do conhecimento: ele empodera.

Palavras-chave: desenvolvimento; meio ambiente; conservação.

DESENVOLVIMENTO

Quem discorreu sobre essa proposta de ensino foi o escritor Paulo Freire, educador brasileiro conceituado em todo mundo. Suas propostas para a



educação e métodos de ensino eram pautadas no **senso crítico, respeito, ética, valorização da identidade cultural e dignidade**. Em uma de suas principais obras, “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”, Paulo Freire critica o ensino tradicional a partir da função do educador autoritário que faz da sala de aula uma via de conhecimento com mão

única: ele é o emissor e o aluno o receptor na mensagem, sem que este possa processá-la e devolvê-la. Não há troca.

O autor defende a ideia que somos seres humanos inacabados e em constante transformação, logo, a vivência e a experiência de vida de cada um (mesmo que sejam poucos anos) tem o seu valor e sempre agregará. Para isso, ressalta a importância do educador em modificar sua metodologia de ensino, dando espaço aos seus educandos de se expressarem, mostrar de onde vieram e exercerem a curiosidade, respeitando suas origens, peculiaridades e onde qualquer forma de discriminação ou subjulgo deve ser descartada; dessa forma, com segurança e autoconfiança, poderão desenvolver um pensamento questionador e tratarão os outros da mesma forma como foram tratados, com respeito e com troca.

Para Paulo Freire, o ensino conservador tenta desconstruir os jovens para reconstruí-los dentro de moldes padronizados, aceitáveis pela maioria da sociedade. Aos mais favorecidos, fazer com que os menos favorecidos não tenham senso crítico para questionar a realidade ao seu redor e aceitar situações como imutáveis é muito conveniente – para que seu próprio estilo de vida também seja imutável. O autor coloca o educador como peça chave para o efeito transformador e de ruptura, onde a **Pedagogia da Autonomia** deve estar baseada em experiências que estimulem a autonomia e a responsabilidade. Na referida obra (p. 43), Paulo Freire avalia:

> Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a *escutar,* mas é *escutando* que aprendemos a *ferir com eles.* Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele.* Mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para

> poder falar com é falar *impositivamente.* Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala *com* ele.

Essa obra de Paulo Freire foi publicada pela primeira vez em 1996 (hoje, já está em sua 57ª edição). Coincidentemente, no mesmo ano em que foi escrito o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI de 1996 (Educação – um Tesouro a Descobrir) da UNESCO, coordenado pelo francês Jacques Lucien Delors. Basicamente, os registros de Freire e da UNESCO indicam a mesma direção: a educação progressista como caminho para transformar os alunos em indivíduos críticos, éticos e com pensamento próprio.

O referido relatório da UNESCO, por exemplo, reverência os Quatro Pilares da Educação:

Aprender a Conhecer: desenvolver nos alunos seus próprios instrumentos para a busca do conhecimento, tais como a dedução, o raciocínio lógico, a memória, a autonomia e a curiosidade. Interpretar, relacionar e dar sentido às informações. A ampliação do conhecimento

auxilia os alunos na apreciação de lugares e situações que sempre lhes passaram despercebidos, mas que passam a ter um toque especial. Isso eleva as possibilidades de diversão e diminui o preconceito.

Aprender a Conviver: desenvolver nos alunos a empatia, fazendo-os repensar antes de ter atitudes intempestivas se colocando no lugar do outro. Incentivar projetos em grupo, a valorizar qualidades nos outros colegas que lhe possam ser complementares, evitar e administrar conflitos.

Aprender a Fazer: desenvolver nos alunos técnicas práticas, a iniciativa, a cooperatividade e a humildade de pedir ajuda e sanar dúvidas, estar pronto para novas situações, sem negligenciar potencialidades.

Aprender a Ser: basicamente, o resultado dos três aprendizados anteriores. Desenvolvimento da inteligência, da percepção, da ética, do senso estético, da criatividade, do pensamento crítico. É o desenvolvimento do indivíduo de forma integral, pois essa é a essência da educação. Ou seja, vai além da escola, pois todo esse desenvolvimento será levado para a vida.

Direcionando os quatro pilares especificamente para a questão ambiental, alguns aspectos, podem ser trabalhados. Em **Aprender a Fazer**, por exemplo, os alunos precisam aprender os significados de palavras típicas do tema, tais como preservação, degradação, socioambiental, sustentabilidade, dentre outros. A partir do entendimento do conceito, o aluno precisa aprender a estabelecer o que foi aprendido com o seu cotidiano; perceber ao seu redor o que foi explicado na escola. E temos o **Aprender a Conhecer**. Continuando esse desenvolvimento de reflexões, o pensamento crítico se fortalecerá, pois o aluno começará a questionar as consequências de suas ações, bem observar degradações ao redor. Estamos, então, a caminho do **Aprender a Ser**. Para que, então, problemas ambientais sejam resolvidos e melhorias possam ser feitas, se outros alunos tiverem o mesmo questionamento e se eles conseguirem

convencer a comunidade em que vivem, juntarão forças para a gestão do lixo, a limitação dos recursos naturais, a importância do meio ambiente e, principalmente, da vida marinha, onde vive o maior símbolo de seu lar, a tartaruga ~~*caretta*~~ *Caretta* *caretta.* Conhecendo a história do local e da espécie, o senso de responsabilidade sobre consumo e o descarte de resíduos fará com que eles se coloquem como corresponsáveis pelo local onde vivem e entendam que não há a divisão entre a casa da tartaruga e a minha casa: tudo faz parte do mesmo contexto, como indica o **Aprender a Conviver**.

Em uma sociedade pautada pela perspectiva da exploração desenfreada dos recursos naturais e do trabalho humano, gerando concentração de riquezas e desigualdades, deve se buscar no ensino o freio para que tais mazelas, pelo menos, diminuam. Nesse processo, todos os *stakeholders,* ou seja, todos os membros da escola e seus parceiros precisam refletir, discutir e mobilizar.

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

A escola é o espaço físico da educação. Ir além das aulas teóricas e práticas é essencial para que os estudantes compreendam o que de fato é a sustentabilidade – o aprendizado vem do exercício e da observação, com a participação externa, de quem queira se integrar; o espaço precisa estar pronto para recepcionar. A prática e o espaço pedagógico precisam ser como laboratório dos estudantes, onde eles possam aguçar e por em prática seu senso investigativo; ser voltado para a sensibilização do aluno como indivíduo, simultaneamente ao despertar de competências para trabalhos coletivos. As aulas teóricas sendo colocadas em prática a partir do tema meio ambiente ajuda na fixação do conteúdo de matéria dada e evita uma geração alienada, pois ela passa a entender a questão ambiental na prática e, potencialmente, será seu defensor.

A escola precisa **inspirar** quem nela está; precisa ser a referência, o exemplo, caso assuma seu papel de multiplicadora da responsabilidade socioambiental. Mas afinal, o que uma escola precisa apresentar para ser considerada uma escola sustentável? A resposta vai além do quesito ecológico, visto que se o ser humano é complexo, as situações que o envolve também são. E para que cheguemos no objetivo principal – a conscientização ambiental e a consequente preservação das tartarugas marinhas – alguns quesitos precisam ser trabalhados. Podemos destacar alguns deles:

- Oferecer uma educação onde saberes e práticas sejam pautadas pelo estímulo e não somente pela obrigação, orientandos os alunos a cuidarem de si mesmos, dos outros e do meio ambiente.
- Respeitar a diversidade social, cultural, étnica e de gênero.
- Estimular a pró-atividade dos alunos e a divisão de
- responsabilidades. Ressaltar a importância da saúde das pessoas e do meio ambiente e, principalmente, que ambas são indissociáveis.
- Ser acessível e segura a quem necessita de mobilidade especial.

A escola sustentável é um lugar para aprendizado, diálogo, gestão participativa e, fisicamente, é necessário ser um lugar ajardinado e arborizado, oferecendo um cenário lúdico para o convívio social. Eficiência energética, uso racional da água, acessibilidade e recipientes adequados para a destinação correta de resíduos, ao mesmo tempo em que é sustentável e ambientalmente responsável, educa e dá o exemplo. A busca pela integração de parceiros, *stakeholders* locais, também faz parte do processo. Não se sabe o que fazer com a coleta, por exemplo, de óleo ou eletrônicos velhos coletados na escola? Algum profissional da área de gestão de resíduos pode se tornar parceiro da escola e fazer essa coleta; sendo assim, a escola passa a ser um dos fornecedores de matéria-prima do seu negócio. Não há profissionais exerçam trabalhos dessa natureza no entorno? A escola pode estimular a comunidade para que surja um novo negócio a partir da demanda. Isso estimula a economia solidária e

local. É apenas um de muitos exemplos. Organizações de bairro, microempresas, incubadoras de novas tecnologias (*start up)* que eventualmente não conhecem umas às outras, podem se relacionar a partir da escola e, porque não, fazer dela seu ponto de encontro. Tudo isso gera uma corrente contínua de boas práticas, se retroalimenta, tanto na escola quanto na comunidade em que ela está inserida.

Como ruptura de paradigmas, a promoção do conhecimento leva sempre ao próximo passo, ultrapassa os muros e estimula a participação de alunos, professores, gestores e comunidade, sendo responsável, portanto, ao senso de coletividade e exercício da cidadania. A escola sustentável é um projeto pedagógico que vê o ambiente escolar como uma incubadora de mudanças com qualidade e constância. É cuidar e educar.

"Horta Pedagógica": projeto de meio ambiente e agricultura sustentável em escola pública da cidade de São Paulo, BR *(Imagem: Rogério P. Oliveira)*

CONCLUSÃO

Caro educador: para o projeto político pedagógico das escolas, a educação ambiental precisa ser vista como imprescindível, intransferível e inevitável.

A escola é – já por concepção – um espaço que produz e multiplica conhecimento; logo, precisa assumir seu papel nesse cenário e onde seus educadores são os protagonistas.

O futuro agradece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 21 global (síntese). Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Agenda_21_Globa l_Sintese.pdf >

Aprendendo com a natureza. Projeto MAVA – Centro de Educação Ambiental. 2018.

ÁREAS PROTEGIDAS DA ILHA DE BOA VISTA. **Educação ambiental.**

Crianças e ambiente. Disponível em: <http://areasprotegidasboavista.blogspot.com/2015/06/educacao-ambiental-criancas-ambiente.html>

BIOS CV. **Investigação de tartarugas.**

Disponível em < http://www.bioscaboverde.com/investigacao-tartarugas.php >

BLAUTH, Guilherme. **Jardim das brincadeiras.** Brasil: Ministério da Cultura. 2013.

Boas práticas para excursões na natureza (Nature tourism manual interactive). Projeto Biodiversidade. The Travel Foudation Cabo Verde. Tui Care Foudation

BOA VISTA OFICIAL. Disponível em <https://www.boavistaofficial.com/pt-pt/>

BORBA, Mônica Pilz. OTERO, Patrícia. **Consumo sustentável.** São Paulo: 5
Elementos Instituto : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

CORNELL, Joseph. **A Alegria de Aprender com a Natureza.** São Paulo: Editora Melhoramentos. 1997.

CORNELL, Joseph. **Brincar e Aprender com a Natureza.** São Paulo: Editora Melhoramentos. 1996.

CZAPSKI, Silvia. **Mudanças ambientais globais. Pensar e agir na escola e na comunidade. Água, ar, terra e fogo.** Brasil: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). 2008.

Curiosidades sobre as tartarugas marinhas. Projeto Tartaruga Boa Vista.

D'ASSUNÇÃO. Kátia Regina. **Projeto férias ambientais. Guia para monitores.** Sal Rei: Projeto MAVA. 2018.

Declaração de Tbilisi. Disponível em
<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conte ud
o=72>

Dia do município Boa Vista – Dados estatísticos 2016-2017. Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. 2018.

E se não houvessem mais tartarugas? Disponível em
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/animais/2018/10/e-se-nao-houvesse-mais-tartarugas-jabutis-cagados-extincao-marinha>

ELIAS, Helena. FORTES, Elsa. GODFREY, Amaka. **Abordagens &**

metodologias para IEC em água, saneamento e higiene. Manual de apoio para formadores e animadores. Cabo Verde: Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS). 2017.

FORTES, Cleiton da Cruz. **Avaliação ambiental em Cabo Verde.** 69 fls. (Trabalho de Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente). Portugal: Universidade do Porto. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 1996.

GOMES, Margarida. **Guia de Auditoria Ambiental.** Portugal: Fundação para Educação Ambiental Associação Bandeira Azul. 2011.

Grande depósito de lixo no Pacífico contém 87 mil toneladas de plástico. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/03/grande-deposito-de-lixo-do-pacifico-contem-87-mil-toneladas-de-plastico.shtml>

LEGAN, Lúcia. **Criando habitats na escola sustentável.** Brasil: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2009.

Linha do tempo das grandes conferências climáticas. Disponível em < http://sustentaculos.pro.br/assets/02-linha_do_tempo_2.jpg >

LOPES, Sónia Araújo. **Apresentação de Resultados do Programa de Conservação de Tartarugas Marinhas Resultado Temporada 2018 Nacional.** Cabo Verde: Taola : Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde. 2018.

MENDONÇA, Rita. **Atividades em áreas naturais**. São Paulo: Instituto Ecofuturo. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE BRASIL. **Responsabilidade socioambiental.** Disponível em < http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html >

MONTEIRO, Vanda. RAMOS, Vito. **Relatório nacional de avaliação das actividades terrestres que podem ser fontes de poluição marinha e costeira de Cabo Verde.** 2014: Disponível em <http://www.fao.org/3/a-br718o.pdf>

MOREIRA, Tereza. **Vamos cuida do Brasil com escolas sustentáveis.** Brasil: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). 2012.

OLIVEIRA, Rogério P. **Sustentabilidade.** São Paulo: SESCOOP-SP. 2016.

Pegada ecológica. Disponível em < http://www.ecologiaintegral.org.br/Folheto-PEGADA%20ECOL%D3GICA.pdf>

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em < http://www.pnud.org.br >

PROJETO TAMAR. Disponível em <http://tamar.org.br/index.php>

Raio-X da Tartaruga. Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/sustentabilidade/raio-x-tartaruga-cabecuda/#>

REIS JÚNIOR, Alfredo M. **A formação do professor e a educação ambiental.** Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil. 2003.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável. Relatório à conferência Rio+20.** 2012. Disponível em
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1036capeverdesum
mary.pdf>

REPÚBLICA DE CABO VERDE – IMPRENSA OFICIAL. **Boletim oficial. Série I**. Nº 31, p. 696. 21 de maio de 2018.

SANTOS, Ana Elisa Martins dos. **Educação ambiental para conhecer e conservar as tartarugas marinhas.** Trabalho de conclusão do curso de Ciências Biológicas. Universidade do Vale do Paraíba. Brasil. 2012.

SAUVÉ, Lucie. **A educação ambiental – uma relação construtiva entre a escola e a comunidade.** Montreal: Projeto EDAMAZ, UQAM. 2000.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Semana pedagógica: espaço educador sustentável.** Brasil. 2019. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev _2019/agentes_roteiro4_semana_pedagogica_fevereiro2019.pdf>

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Roteiro para elaboração de projetos de educação ambiental.** Brasil. 2013.

Sobre o tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global < http://fiosdegaia.com.br/sobre-o-tratado-de-educacao-ambiental/ >

Sobrepesca aumenta população de águas-vivas e ameaça peixes.
Disponível em < https://nacoesunidas.org/sobrepesca-aumenta-populacao-de-aguas-vivas-e-ameaca-peixes-alerta-fao/>

Tartarugas marinhas e os ciclos que se renovam. Brasil: Projeto TAMAR. 2015.

TRAJBER, Rachel. N.B. *et al.* **Formando com-vida. Construindo a Agenda 21 na escola.** Brasil: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). 2012.

Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global: Disponível em < http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado_Educacao_Ambi ental.pdf>

TURTLE FOUNDATION. Disponível em < https://www.turtle-foundation.org/en/cape-verde/>

UNESCO. **Educação para os objetivos do desenvolvimento sustentável – objetivos de aprendizagem.** ONU Brasil.2017.

ENSINO E METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA BNCC PARA O LETRAMENTO MATEMÁTICO

Danilo Tarrão Cardoso

RESUMO

Este artigo discute o ensino de Matemática no Ensino Fundamental à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), analisando orientações, competências e habilidades, bem como metodologias compatíveis com esse documento normativo. Por meio de revisão bibliográfica de estudos brasileiros recentes, examinam-se práticas pedagógicas que favorecem o letramento matemático, o pensamento algébrico e a aprendizagem contextualizada. Conclui-se que a BNCC apresenta um referencial sólido, mas sua efetividade depende de formação docente, adequação curricular e adoção de metodologias ativas centradas em problemas e na realidade sociocultural dos estudantes.

Palavra-chave; ensino, metodologia matemática, BNCC.

INTRODUÇÃO

A homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 representou um avanço na normatização curricular da Educação Básica brasileira, definindo direitos de aprendizagem, competências gerais e específicas, habilidades e objetos do conhecimento orientadores da prática pedagógica. No campo da Matemática, a BNCC organiza o currículo em cinco unidades temáticas: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística. Essa estrutura busca integrar aspectos conceituais e procedimentais, fortalecendo um ensino orientado ao desenvolvimento do letramento matemático (SANTOS; MARTINS; NUNES, 2021).

Comparada a documentos anteriores, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a BNCC propõe maior integração entre temas e maior ênfase no uso social da Matemática. Tal perspectiva exige abordagens inovadoras, centradas na resolução de problemas, na argumentação e na contextualização dos conteúdos.

O objetivo deste artigo é analisar como a BNCC orienta o ensino de Matemática no Ensino Fundamental e discutir metodologias compatíveis com seus princípios. Além disso, busca-se identificar desafios e possibilidades para a prática docente, considerando pesquisas brasileiras recentes sobre o tema.

A BNCC E OS FUNDAMENTOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

Organização curricular da Matemática na BNCC

A BNCC organiza o ensino de Matemática no Ensino Fundamental em cinco unidades temáticas, definindo progressões de aprendizagem ao longo dos nove anos. Essa organização é considerada coerente com o desenvolvimento cognitivo dos estudantes e permite explorar a Matemática como uma ciência viva, investigativa e interdisciplinar (SANTANA, 2021).

Cada unidade temática articula habilidades específicas, garantindo continuidade e aprofundamento dos conteúdos. A presença de Probabilidade e Estatística desde os primeiros anos reforça a necessidade de formação cidadã e crítica, altamente relevante no contexto contemporâneo.

O letramento matemático como eixo estruturante

O conceito de letramento matemático é central na BNCC e implica a capacidade de o estudante mobilizar conhecimentos matemáticos para interpretar e intervir na realidade, resolver problemas e argumentar logicamente. Tal perspectiva rompe com o ensino tradicional baseado em memorização mecânica e algoritmos descontextualizados (SANTOS, 2020).

Como afirmam Teixeira e Moreira (2020), o letramento matemático envolve compreender, comunicar, representar, formular e resolver problemas, o que exige atividades que dialoguem com usos reais da Matemática.

3 METODOLOGIAS DE ENSINO COERENTES COM A BNCC

Metodologias nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Nos anos iniciais, estudos brasileiros destacam a importância de práticas contextualizadas e do letramento matemático para promover sentido ao aprendizado (SANTOS, 2020). Trabalhar com situações reais, jogos matemáticos, investigações e atividades manipulativas favorece a construção de conceitos e relações numéricas.

O ensino de álgebra nos anos finais

A inclusão explícita da Álgebra como unidade temática demanda práticas que desenvolvam pensamento algébrico desde cedo, por meio de padrões, equivalências, generalizações e representações (SANTOS; MARTINS; NUNES, 2021). A transição da aritmética para a álgebra deve ser contextualizada e gradual.

Resolução de problemas como eixo metodológico

A BNCC destaca que a resolução de problemas deve ser o eixo estruturante do ensino. Essa abordagem estimula o raciocínio lógico, a criatividade, a autonomia e o uso significativo de estratégias (TEIXEIRA; MOREIRA, 2020). Problemas devem incluir contextos culturais, sociais e econômicos próximos da realidade dos estudantes.

A formação docente e o papel do professor

A literatura evidencia que a implementação adequada da BNCC exige reflexão crítica e formação docente continuada. Muitos professores ainda se apoiam em práticas transmissivas, pouco investigativas (UTSUMI; SILVA, 2022). Assim, o

desenvolvimento profissional docente é requisito para a consolidação de metodologias alinhadas à BNCC.

DESAFIOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA À LUZ DA BNCC

Diversas pesquisas apontam desafios significativos:

- formação insuficiente para trabalhar com resolução de problemas e letramento matemático;
- dificuldades dos docentes em integrar unidades temáticas de modo interdisciplinar;
- materiais didáticos que nem sempre dialogam com as diretrizes da BNCC;
- descompassos entre expectativas de aprendizagem e condições reais das escolas;
- implementação desigual nos sistemas municipais, gerando distorções curriculares.

Esses desafios reforçam a necessidade de políticas educacionais de apoio, infraestrutura e formação continuada.

PROPOSTAS PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA ALINHADA À BNCC

1. **Planejamento centrado no letramento matemático**, articulando conteúdos à vida cotidiana.
2. **Uso frequente da resolução de problemas**, não como exercício adicional, mas como eixo estruturante.
3. **Promoção do pensamento algébrico** desde os primeiros anos, por meio de padrões, sequências e representações.
4. **Integração entre unidades temáticas**, explorando relações entre números, geometria, estatística e medidas.
5. **Formação docente continuada**, com estudo da BNCC, práticas reflexivas e trocas entre professores.

6. **Avaliação formativa** e diversificada, que inclua portfólios, observações, projetos e autoavaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Matemática no Ensino Fundamental, orientado pela BNCC, apresenta potencial significativo para formar estudantes críticos, autônomos e capazes de aplicar conhecimentos matemáticos em situações reais. No entanto, a efetividade desse currículo depende de práticas pedagógicas coerentes, da formação docente e de condições adequadas de ensino.

As metodologias analisadas — especialmente aquelas centradas em resolução de problemas e letramento matemático — mostram-se compatíveis com as diretrizes da BNCC e adequadas às necessidades educacionais contemporâneas. A consolidação desse processo exige investimento contínuo em formação docente, produção de materiais didáticos coerentes e valorização da prática reflexiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos. **A BNCC, a sala de aula de Matemática e possibilidades metodológicas**. *Intermaths*, v. 2, n. 1, 2021.

SANTOS, Maria José Costa. **O letramento matemático nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. *REMATEC*, 2020.

SANTOS, Manoel dos; MARTINS, Ana Célia de Jesus; NUNES, Célia Barros. **Ensino de Álgebra no sexto ano do Ensino Fundamental: orientações didático-pedagógicas com base na BNCC**. *Revista Educação Matemática em Foco*, 2021.

TEIXEIRA, Cristina de Jesus; MOREIRA, Geraldo Eustáquio. **As estratégias de uso de problemas identificadas na BNCC**. *Seminário Internacional de Educação Matemática*, 2020.

UTSUMI, Luciana Miyuki S.; SILVA, Adelmo Carvalho da. **Práticas pedagógicas de professores de Matemática dos anos iniciais e a BNCC**. *Hipátia*, 2022.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

Alexis Caio Modesto Alves

RESUMO

A Educação Física escolar desempenha papel fundamental no processo de formação integral dos estudantes, contribuindo não apenas para o desenvolvimento das capacidades motoras, mas também para aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais. Durante muito tempo, a Educação Física esteve associada predominantemente à prática esportiva e ao desenvolvimento físico. Entretanto, as concepções contemporâneas compreendem o componente curricular como espaço de aprendizagem, reflexão, convivência e apropriação da cultura corporal de movimento. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Física escolar para o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando suas contribuições para a formação cidadã, a promoção da saúde, a socialização, a inclusão e o desenvolvimento da autonomia. A pesquisa fundamenta-se em documentos oficiais da educação brasileira e em estudos de autores da área. A Base Nacional Comum Curricular reconhece a Educação Física como componente da área de Linguagens e propõe o desenvolvimento de competências relacionadas às diferentes práticas corporais, à saúde, à cultura, à inclusão e à participação social. Conclui-se que a Educação Física possui papel indispensável na formação dos estudantes e deve ser desenvolvida de maneira planejada, inclusiva e articulada ao projeto pedagógico da escola.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Desenvolvimento integral. Práticas corporais. Educação. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A escola contemporânea possui o desafio de promover uma educação que ultrapasse a transmissão de conteúdos e contribua para a formação integral dos estudantes. Nesse contexto, diferentes componentes curriculares assumem responsabilidades específicas na construção de conhecimentos, competências, valores e atitudes necessários à vida em sociedade. Entre eles, a Educação Física ocupa posição relevante por trabalhar diretamente com o corpo, o movimento, as relações sociais, a cultura e diferentes formas de expressão humana.

A Educação Física escolar, entretanto, nem sempre foi compreendida dessa maneira. Durante determinados períodos históricos, sua prática esteve fortemente relacionada ao desenvolvimento da aptidão física, à disciplina corporal e à preparação esportiva. Essa visão limitada contribuiu para que, em

alguns contextos, a disciplina fosse reduzida à realização de exercícios ou à prática de determinadas modalidades esportivas.

As concepções pedagógicas desenvolvidas ao longo das últimas décadas ampliaram essa compreensão. O movimento corporal passou a ser analisado como manifestação cultural e como forma de conhecimento, possibilitando compreender que jogos, brincadeiras, danças, esportes, lutas, ginásticas e outras práticas corporais carregam significados históricos e sociais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao compreender as práticas corporais como manifestações culturais que permitem aos estudantes experimentar, conhecer, apreciar, recriar e refletir sobre diferentes formas de movimento.

Nesse sentido, a Educação Física deixa de ser compreendida exclusivamente como espaço destinado ao exercício físico e passa a assumir uma dimensão pedagógica mais ampla.

A BNCC estabelece dez competências específicas para a Educação Física no Ensino Fundamental. Entre elas estão a compreensão da cultura corporal de movimento, a reflexão sobre a relação entre práticas corporais e saúde, o combate aos preconceitos, o reconhecimento das práticas corporais como elementos da identidade cultural e a compreensão do acesso às práticas corporais como direito do cidadão.

Essa concepção demonstra que a disciplina possui potencial para contribuir com diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

O estudante que participa de uma atividade coletiva, por exemplo, não está apenas desenvolvendo habilidades motoras. Ele também pode aprender a respeitar regras, lidar com situações de cooperação e competição, resolver conflitos, tomar decisões, reconhecer limites, trabalhar em equipe e compreender diferentes formas de participação.

Da mesma maneira, ao conhecer diferentes danças, jogos e manifestações culturais, o estudante entra em contato com diferentes modos de expressão e com elementos da identidade de diferentes grupos sociais.

A Educação Física pode, portanto, contribuir para uma educação que reconheça o estudante em sua integralidade.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da Educação Física escolar para o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando suas contribuições para o desenvolvimento motor, cognitivo, social, afetivo e cultural, além de discutir a importância da inclusão e do papel do professor na construção de práticas pedagógicas significativas.

2 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Educação Física integra o currículo da Educação Básica e possui importante função na formação dos estudantes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a Educação Física como componente curricular da Educação Básica, integrada à proposta pedagógica da escola.

Essa definição é importante porque evidencia que a Educação Física não deve ser tratada como uma atividade complementar ou como um momento destinado exclusivamente ao lazer.

Trata-se de um componente curricular que possui conhecimentos próprios, objetivos pedagógicos e conteúdos que precisam ser planejados e desenvolvidos de acordo com as características dos estudantes e das diferentes etapas da escolarização.

A BNCC organiza a Educação Física dentro da área de Linguagens no Ensino Fundamental. Nessa perspectiva, o corpo e o movimento constituem formas de linguagem e expressão que possibilitam aos sujeitos comunicar-se, interagir e produzir significados.

Essa compreensão amplia significativamente o papel do componente curricular.

As práticas corporais são produzidas historicamente pelas sociedades. O futebol, por exemplo, não representa apenas uma atividade física. Ele envolve aspectos culturais, econômicos, sociais e históricos. O mesmo ocorre com a dança, as lutas, os jogos tradicionais e as diferentes modalidades esportivas.

Ao trabalhar essas manifestações na escola, o professor pode proporcionar aos estudantes oportunidades de conhecer sua origem, compreender suas transformações e refletir sobre os significados atribuídos a elas.

Dessa forma, a Educação Física também contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico.

O estudante pode, por exemplo, analisar os padrões de beleza divulgados pelos meios de comunicação, discutir questões relacionadas ao corpo, refletir sobre preconceitos existentes em determinadas práticas esportivas e compreender que diferentes culturas apresentam diferentes maneiras de vivenciar o movimento.

A própria BNCC estabelece entre as competências específicas da Educação Física a análise crítica dos padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal disseminados socialmente, bem como a identificação e o enfrentamento de preconceitos relacionados às práticas corporais.

Portanto, o trabalho pedagógico não deve se limitar à execução dos movimentos.

É necessário possibilitar momentos de experimentação, reflexão, discussão e construção de conhecimentos.

3 CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR

Uma das contribuições mais evidentes da Educação Física escolar está relacionada ao desenvolvimento motor.

Durante a infância e a adolescência, os estudantes vivenciam importantes processos de desenvolvimento das capacidades motoras, da coordenação, do equilíbrio, da lateralidade, da orientação espacial e temporal e de diferentes habilidades relacionadas ao movimento.

As experiências corporais proporcionadas pela escola podem contribuir para ampliar o repertório motor dos estudantes e favorecer uma relação mais consciente com o próprio corpo.

Atividades como correr, saltar, lançar, receber, equilibrar, rolar, chutar e manipular objetos possibilitam experiências diversificadas e favorecem o desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais.

Entretanto, é importante destacar que o objetivo da Educação Física escolar não deve ser selecionar estudantes considerados mais habilidosos. A função pedagógica da disciplina consiste em garantir oportunidades de aprendizagem para todos.

Uma prática baseada exclusivamente no desempenho pode gerar sentimentos de incapacidade e exclusão entre estudantes que apresentam dificuldades motoras ou que não possuem experiência prévia em determinadas modalidades.

Por isso, o professor precisa adaptar atividades, materiais, regras e espaços quando necessário.

O processo de avaliação também deve considerar a evolução individual do estudante e não apenas seu desempenho em comparação com os demais.

Materiais disponibilizados pelo próprio Ministério da Educação apresentam experiências pedagógicas que defendem a avaliação da Educação Física como oportunidade para identificar aprendizagens, dificuldades e progressos, valorizando o movimento corporal e as particularidades de cada estudante.

Essa perspectiva é importante porque permite compreender a aprendizagem como processo.

Um estudante que inicialmente apresentava dificuldade para realizar determinada atividade pode demonstrar avanços significativos ao longo do tempo. Esses avanços precisam ser reconhecidos pelo professor.

A valorização do progresso individual também contribui para aumentar a autoestima e a motivação dos estudantes.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Embora muitas vezes seja associada prioritariamente ao desenvolvimento físico, a Educação Física também possui importantes relações com os processos cognitivos.

Durante uma atividade esportiva ou um jogo, os estudantes precisam interpretar regras, tomar decisões, elaborar estratégias, antecipar movimentos, solucionar problemas e adaptar suas ações diante de diferentes situações.

Essas experiências podem contribuir para o desenvolvimento de capacidades relacionadas ao raciocínio e à tomada de decisões.

Os jogos, por exemplo, exigem atenção, memória, planejamento e capacidade de compreender diferentes possibilidades de ação.

Em um jogo coletivo, o estudante precisa observar o comportamento dos colegas e dos adversários, identificar oportunidades e tomar decisões em determinado intervalo de tempo.

Dessa maneira, o corpo em movimento também constitui uma forma de aprendizagem.

A BNCC destaca que as práticas corporais possibilitam experiências e conhecimentos específicos que não podem ser plenamente substituídos por outras formas de aprendizagem. As práticas corporais são apresentadas como manifestações culturais que podem ser experimentadas, interpretadas e recriadas pelos estudantes.

Essa concepção reforça a importância de superar a oposição entre corpo e mente.

O desenvolvimento humano ocorre de maneira integrada. O estudante pensa enquanto se movimenta, sente enquanto aprende, interage enquanto participa e constrói conhecimentos por meio de experiências corporais.

Por isso, uma Educação Física planejada pedagogicamente pode contribuir para o desenvolvimento de competências que ultrapassam o espaço da quadra ou do pátio.

5 EDUCAÇÃO FÍSICA, SOCIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ

Outro aspecto fundamental da Educação Física escolar está relacionado à socialização.

Grande parte das práticas corporais desenvolvidas na escola envolve interação entre os estudantes. Jogos, esportes, danças e atividades coletivas criam situações nas quais os alunos precisam estabelecer relações, respeitar regras e lidar com diferentes comportamentos.

Essas experiências podem contribuir para o desenvolvimento de valores como cooperação, respeito, responsabilidade e solidariedade.

As situações de competição também podem ser utilizadas pedagogicamente. Competir não precisa significar excluir ou humilhar o adversário. Ao contrário, pode constituir oportunidade para aprender a lidar com vitórias, derrotas, frustrações e desafios.

O professor possui papel importante na construção desse processo.

Cabe a ele estabelecer regras claras, promover o respeito entre os participantes e evitar situações que transformem a competição em mecanismo de exclusão.

Além disso, atividades cooperativas podem ser utilizadas para estimular a participação de estudantes com diferentes níveis de habilidade.

A formação cidadã também está presente quando os estudantes aprendem a respeitar regras construídas coletivamente e compreendem que seus direitos estão acompanhados de responsabilidades.

Nesse sentido, a Educação Física constitui espaço privilegiado para vivenciar princípios democráticos.

A BNCC estabelece como uma das competências específicas da área o reconhecimento das práticas corporais como direito do cidadão e a produção de alternativas para sua realização nos contextos comunitários.

Portanto, ensinar Educação Física também significa ensinar a conviver, participar, respeitar e reconhecer o direito de todos ao acesso às práticas corporais.

6 O PAPEL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A atuação do professor é determinante para que a Educação Física alcance seus objetivos educacionais.

O professor precisa conhecer seus estudantes, compreender suas características, planejar as atividades e estabelecer estratégias que possibilitem a participação de todos.

Isso significa abandonar uma prática baseada apenas na reprodução de exercícios e construir experiências que façam sentido para os estudantes.

O planejamento deve considerar os objetivos de aprendizagem, os conteúdos, os recursos disponíveis, as características da turma e as possibilidades de adaptação.

Também é importante estabelecer relações entre as práticas corporais e questões presentes na sociedade.

Temas como saúde, alimentação, imagem corporal, preconceito, inclusão, gênero, cultura, lazer, qualidade de vida e mídia podem ser abordados de maneira adequada à faixa etária dos estudantes.

Assim, o professor de Educação Física atua não apenas como orientador de movimentos, mas como educador responsável pela construção de conhecimentos relacionados ao corpo, à cultura e à sociedade.

7 EDUCAÇÃO FÍSICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE

A relação entre Educação Física e saúde constitui uma das dimensões importantes do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas. Entretanto, abordar saúde nas aulas de Educação Física não significa limitar o trabalho à realização de exercícios físicos ou à busca por determinado padrão corporal.

A concepção contemporânea de saúde envolve diferentes dimensões da vida humana, incluindo aspectos físicos, psicológicos, sociais e culturais. Dessa maneira, a Educação Física pode contribuir para que os estudantes desenvolvam conhecimentos que lhes permitam compreender o próprio corpo, reconhecer a importância da prática regular de atividades físicas e refletir criticamente sobre os hábitos e comportamentos relacionados à saúde.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece entre as competências específicas da Educação Física a compreensão das relações entre as práticas corporais e os processos de saúde e doença, bem como a utilização dos conhecimentos construídos para cuidar de si e dos outros. (BRASIL, 2018).

Essa perspectiva é particularmente relevante diante das mudanças nos hábitos cotidianos das crianças e adolescentes. O aumento do tempo dedicado às telas, a redução de oportunidades espontâneas de movimento e as mudanças nas formas de lazer tornam ainda mais importante a construção de uma relação positiva com as práticas corporais.

Nesse cenário, a escola constitui espaço privilegiado para proporcionar experiências diversificadas de movimento.

Entretanto, o objetivo não deve ser responsabilizar individualmente o estudante por questões relacionadas à saúde. A escola precisa compreender que os hábitos de vida são influenciados por condições sociais, econômicas, culturais e familiares.

Por essa razão, trabalhar saúde nas aulas de Educação Física também significa discutir as condições que favorecem ou dificultam o acesso às práticas corporais.

Questões relacionadas à disponibilidade de espaços públicos, segurança, acesso a equipamentos esportivos, condições de alimentação, tempo livre e oportunidades de lazer podem ser discutidas de acordo com a faixa etária dos estudantes.

Essa abordagem amplia a compreensão sobre saúde e evita que o componente curricular reproduza discursos simplificados ou culpabilizadores.

Outro aspecto importante é a valorização do prazer e do bem-estar proporcionados pelo movimento. Quando o estudante associa a atividade física apenas à obrigação, ao rendimento ou à aparência corporal, pode desenvolver uma relação negativa com essas práticas.

Por outro lado, quando encontra atividades significativas e diversificadas, aumenta a possibilidade de compreender o movimento como parte de uma vida ativa e saudável.

A Educação Física escolar, portanto, pode contribuir para a construção de conhecimentos que ultrapassem o período em que o estudante permanece na escola, favorecendo escolhas conscientes ao longo da vida.

8 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão constitui um dos principais desafios da Educação Física escolar. Garantir que todos os estudantes participem das atividades exige planejamento, conhecimento das necessidades individuais e disposição para adaptar práticas tradicionalmente estruturadas a partir de padrões de desempenho.

Durante muito tempo, determinadas práticas esportivas escolares foram organizadas considerando principalmente estudantes que apresentavam maior habilidade motora. Esse modelo acabava produzindo situações de exclusão, especialmente para alunos com deficiência, dificuldades motoras, baixa aptidão física ou pouca experiência esportiva.

A Educação Física inclusiva precisa superar essa lógica.

O princípio fundamental deve ser o reconhecimento de que todos os estudantes possuem direito à participação e à aprendizagem. Isso não significa oferecer exatamente a mesma atividade para todos, mas garantir oportunidades adequadas às características e possibilidades de cada indivíduo.

A adaptação pode ocorrer por meio da alteração das regras, dos materiais, do espaço, do tempo de execução, da organização dos grupos ou da forma de participação.

Um jogo coletivo, por exemplo, pode ser modificado para que todos os estudantes tenham oportunidades reais de participação. Uma atividade esportiva pode utilizar bolas de diferentes tamanhos, materiais alternativos ou regras adaptadas.

Essas mudanças não diminuem o valor pedagógico da atividade. Ao contrário, demonstram que o professor compreende o processo de ensino como construção de oportunidades de aprendizagem.

A inclusão também envolve os aspectos sociais. Não basta permitir que o estudante com deficiência esteja fisicamente presente na aula. É necessário

favorecer sua interação com os colegas e garantir que ele seja reconhecido como participante efetivo do grupo.

A BNCC estabelece como competência específica da Educação Física a identificação das formas de preconceito, bem como a problematização das diferentes formas de discriminação presentes nas práticas corporais, posicionando-se contrariamente a elas. (BRASIL, 2018).

Assim, as aulas podem constituir espaço para discutir e combater atitudes discriminatórias.

O professor pode trabalhar situações relacionadas ao preconceito contra pessoas com deficiência, ao racismo, à discriminação de gênero, à exclusão de estudantes considerados menos habilidosos e aos padrões corporais impostos socialmente.

Essa dimensão amplia o papel da Educação Física e aproxima o componente curricular dos princípios da educação inclusiva e da formação cidadã.

9 DIVERSIDADE CULTURAL E CULTURA CORPORAL

As práticas corporais são manifestações culturais construídas historicamente pelos diferentes grupos sociais. Dessa forma, trabalhar Educação Física na escola também significa possibilitar aos estudantes o contato com diferentes culturas.

Jogos tradicionais, danças populares, lutas, brincadeiras, manifestações indígenas, práticas de matriz africana e diferentes modalidades esportivas constituem exemplos de manifestações que podem ser utilizadas como conteúdos pedagógicos.

Essa diversidade permite que os estudantes compreendam que não existe apenas uma maneira de movimentar o corpo ou de vivenciar determinadas práticas.

A cultura corporal é plural e está relacionada às histórias e experiências dos grupos que a produzem.

Nesse sentido, trabalhar manifestações culturais brasileiras pode contribuir para fortalecer a identidade dos estudantes e valorizar diferentes comunidades.

A escola pode utilizar brincadeiras tradicionais, danças regionais e manifestações culturais presentes no território como ponto de partida para desenvolver conhecimentos.

Essa aproximação também possibilita valorizar saberes que muitas vezes não estão presentes nos currículos tradicionais.

A Educação Física pode, portanto, contribuir para uma educação intercultural, na qual diferentes manifestações sejam conhecidas, respeitadas e analisadas criticamente.

Ao conhecer uma prática corporal de determinado grupo, o estudante pode investigar sua origem, compreender seus significados e reconhecer sua importância cultural.

Esse processo contribui para combater preconceitos e estereótipos.

10 ESPORTE NA ESCOLA: PARA ALÉM DA COMPETIÇÃO

O esporte ocupa posição de destaque nas aulas de Educação Física e faz parte da cultura contemporânea. Futebol, voleibol, basquetebol, handebol, atletismo e diversas outras modalidades fazem parte do repertório cultural de crianças e adolescentes.

Entretanto, é necessário diferenciar o esporte praticado na escola do esporte de alto rendimento.

Enquanto o esporte de alto rendimento está voltado principalmente para desempenho e resultados competitivos, o esporte escolar possui finalidade educacional.

Isso significa que o professor deve utilizar as modalidades esportivas como instrumentos para desenvolver conhecimentos, habilidades e valores.

A competição pode fazer parte desse processo, desde que seja conduzida de maneira pedagógica.

Uma competição escolar não deve servir para separar estudantes entre “bons” e “ruins”. Deve criar situações nas quais todos possam aprender.

Por isso, o professor pode utilizar diferentes estratégias, como formação de equipes equilibradas, rodízio de posições, adaptação de regras e valorização da cooperação.

Também é possível desenvolver atividades nas quais o objetivo seja superar desafios coletivos, em vez de simplesmente derrotar outra equipe.

Essa abordagem contribui para ampliar o significado do esporte.

O estudante pode compreender que uma modalidade esportiva envolve aspectos técnicos, táticos, históricos, culturais e sociais.

Pode também analisar questões relacionadas ao esporte profissional, como mídia, patrocínio, profissionalização, desigualdade de oportunidades, preconceito e participação feminina.

Dessa maneira, o esporte deixa de ser apenas uma prática corporal e transforma-se em objeto de conhecimento.

11 JOGOS E BRINCADEIRAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS

Os jogos e as brincadeiras possuem grande importância no processo educativo, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Brincar constitui uma forma de interação com o mundo e possibilita às crianças experimentar diferentes movimentos, construir regras, desenvolver estratégias e estabelecer relações sociais.

Na Educação Física, os jogos podem ser utilizados para trabalhar habilidades motoras, cooperação, criatividade, tomada de decisões e resolução de problemas.

Além disso, as brincadeiras tradicionais permitem estabelecer relações entre escola, família e comunidade.

Muitas brincadeiras são transmitidas entre gerações e representam parte do patrimônio cultural de diferentes grupos.

Resgatar essas práticas pode contribuir para valorizar a memória cultural e possibilitar que as crianças conheçam formas de lazer diferentes das oferecidas atualmente pelos meios digitais.

Isso não significa rejeitar a tecnologia. Significa ampliar o repertório de experiências dos estudantes.

O professor pode, inclusive, desenvolver propostas nas quais os estudantes pesquisem brincadeiras realizadas por seus familiares, registrem suas regras e posteriormente apresentem essas práticas aos colegas.

Essa metodologia transforma o estudante em participante ativo do processo de aprendizagem.

12 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL

As experiências proporcionadas pela Educação Física também podem contribuir para o desenvolvimento de aspectos socioemocionais.

As atividades coletivas colocam os estudantes diante de situações que envolvem frustração, desafio, cooperação, tomada de decisões e convivência com diferenças.

Aprender a perder uma partida, reconhecer o mérito do adversário, pedir ajuda, ajudar um colega ou persistir diante de uma dificuldade são experiências que podem contribuir para a formação socioemocional.

Contudo, é importante evitar transformar a Educação Física em uma disciplina exclusivamente voltada para comportamentos.

As competências socioemocionais devem ser desenvolvidas articuladamente aos conhecimentos específicos do componente curricular.

Por exemplo, ao trabalhar determinado jogo, o professor pode discutir as regras, as estratégias, os movimentos envolvidos e, simultaneamente, estimular atitudes de respeito e cooperação.

Dessa forma, os aspectos cognitivos, motores, sociais e afetivos são desenvolvidos de maneira integrada.

Essa perspectiva está relacionada à concepção de formação integral presente nas políticas educacionais brasileiras.

A Educação Física pode contribuir para que o estudante compreenda seu corpo, reconheça suas potencialidades, respeite seus limites e estabeleça relações mais positivas com os demais.

13 DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Apesar de sua importância, a Educação Física escolar enfrenta desafios que podem dificultar a realização de um trabalho pedagógico de qualidade.

Entre eles está a falta ou inadequação de espaços físicos. Algumas escolas possuem quadras, pátios e materiais esportivos limitados, o que exige criatividade e planejamento por parte dos professores.

A ausência de materiais adequados, entretanto, não deve impedir o desenvolvimento das aulas. Materiais alternativos podem ser utilizados quando pedagogicamente adequados, desde que sejam seguros e possibilitem alcançar os objetivos estabelecidos.

Outro desafio é a visão de que a Educação Física representa apenas um momento de recreação.

Essa concepção pode reduzir a importância do planejamento e da avaliação do componente curricular.

A aula de Educação Física precisa possuir objetivos definidos, conteúdos, estratégias metodológicas e critérios de avaliação.

O professor deve ser reconhecido como profissional responsável por desenvolver conhecimentos específicos.

Também existe o desafio relacionado à participação dos estudantes. Alguns demonstram grande interesse pelas práticas esportivas, enquanto outros apresentam resistência ou insegurança.

A diversificação dos conteúdos pode contribuir para ampliar a participação.

Além dos esportes tradicionais, o professor pode trabalhar danças, lutas, ginásticas, jogos, brincadeiras, práticas corporais de aventura e outras manifestações previstas no currículo.

Essa diversidade permite que diferentes estudantes encontrem práticas com as quais se identifiquem.

Outro desafio está relacionado à formação continuada.

As transformações sociais e educacionais exigem que os professores estejam preparados para trabalhar temas contemporâneos, inclusão, diversidade, tecnologias, saúde e novas metodologias.

A formação continuada pode contribuir para ampliar o repertório pedagógico e favorecer a construção de aulas mais inclusivas e significativas.

Por fim, é necessário reconhecer que a valorização da Educação Física depende também da própria organização escolar.

Quando a equipe gestora compreende o componente curricular como parte fundamental da formação dos estudantes, cria melhores condições para o planejamento, utilização dos espaços e desenvolvimento das atividades.

Assim, a valorização da disciplina deve ser um compromisso coletivo da escola.

14 METODOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR SIGNIFICATIVA

A construção de uma Educação Física escolar comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes depende, entre outros fatores, da utilização de metodologias que considerem a diversidade das turmas e valorizem o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

Uma metodologia significativa não deve se limitar à repetição de movimentos ou à reprodução de técnicas esportivas. É necessário proporcionar situações nas quais os estudantes possam experimentar, refletir, criar, tomar decisões e construir conhecimentos a partir das práticas corporais.

Nesse sentido, o professor pode utilizar diferentes estratégias pedagógicas, como jogos cooperativos, resolução de problemas motores, circuitos, atividades rítmicas, projetos interdisciplinares, pesquisas, debates, produção de registros e práticas esportivas adaptadas.

A diversificação metodológica é importante porque os estudantes possuem diferentes formas de aprender. Enquanto alguns demonstram maior facilidade para atividades práticas, outros podem apresentar maior interesse por discussões, pesquisas, observações ou registros relacionados às práticas corporais.

A BNCC orienta que as práticas corporais sejam trabalhadas de modo a possibilitar aos estudantes experimentar, recriar, analisar e compreender diferentes manifestações da cultura corporal de movimento (BRASIL, 2018).

Assim, a aula pode envolver momentos distintos.

Em uma atividade sobre determinado esporte, por exemplo, os estudantes podem inicialmente experimentar movimentos básicos, posteriormente discutir regras, pesquisar a origem da modalidade e, finalmente, criar adaptações que favoreçam a participação de todos.

Essa proposta amplia as possibilidades de aprendizagem e demonstra que a Educação Física não precisa ficar restrita ao espaço da quadra.

Também é possível estabelecer relações interdisciplinares.

Uma atividade relacionada às danças tradicionais pode envolver conhecimentos de História, Geografia e Artes. Uma discussão sobre alimentação e saúde pode dialogar com Ciências. A elaboração de regras ou registros das atividades pode envolver conhecimentos de Língua Portuguesa.

A interdisciplinaridade não significa eliminar as especificidades da Educação Física, mas estabelecer relações entre diferentes áreas do conhecimento.

Outro recurso metodológico importante é a utilização dos conhecimentos prévios dos estudantes.

As crianças e adolescentes chegam à escola trazendo experiências relacionadas a jogos, esportes, danças, brincadeiras e outras práticas. Essas experiências podem ser utilizadas como ponto de partida para novas aprendizagens.

Ao reconhecer os conhecimentos dos estudantes, o professor também fortalece sua participação e seu sentimento de pertencimento.

15 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A avaliação constitui uma dimensão fundamental do processo educativo e precisa estar presente também nas aulas de Educação Física.

Entretanto, avaliar Educação Física não significa simplesmente verificar quem corre mais rápido, quem consegue realizar determinado movimento ou quem apresenta melhor desempenho esportivo.

Uma avaliação exclusivamente baseada no rendimento pode reproduzir desigualdades e excluir estudantes que apresentam diferentes níveis de habilidade.

A avaliação deve considerar o processo de aprendizagem.

O professor pode observar a participação, a evolução das habilidades motoras, a compreensão das regras, a capacidade de elaborar estratégias, o conhecimento sobre as práticas corporais e a participação nas discussões.

Também podem ser utilizados diferentes instrumentos, como observação, registros, autoavaliação, atividades escritas, pesquisas, trabalhos coletivos e produções realizadas pelos estudantes.

A autoavaliação merece destaque porque possibilita que o estudante reflita sobre seu próprio processo de aprendizagem.

Perguntas como “O que aprendi?”, “Quais foram minhas dificuldades?”, “Como evoluí?” e “Como contribuí para o grupo?” podem estimular a reflexão sobre a própria trajetória.

A avaliação também deve fornecer informações para o professor.

Ao identificar que grande parte da turma apresenta dificuldade em determinado conteúdo, o docente pode reorganizar sua metodologia e propor novas experiências.

Assim, avaliar não significa apenas atribuir uma nota. Significa compreender o processo e tomar decisões pedagógicas.

16 EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO INTEGRAL

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstra que a Educação Física possui contribuições que ultrapassam o desenvolvimento motor.

As experiências corporais podem favorecer simultaneamente dimensões físicas, cognitivas, sociais, afetivas e culturais.

Ao participar de um jogo, o estudante movimenta-se, pensa, toma decisões, interage, respeita regras e lida com diferentes emoções.

Ao participar de uma dança, desenvolve movimentos, conhece manifestações culturais, expressa sentimentos e interage com os colegas.

Ao participar de uma atividade de luta, aprende movimentos específicos, compreende regras, desenvolve autocontrole e conhece uma manifestação cultural.

Ao praticar uma modalidade esportiva, desenvolve habilidades motoras, estratégias, cooperação e capacidade de lidar com situações de vitória e derrota.

Esses exemplos demonstram que o desenvolvimento humano ocorre de maneira integrada.

A concepção de formação integral presente nas políticas educacionais brasileiras considera o estudante em suas múltiplas dimensões. A Educação Física contribui diretamente para essa perspectiva ao trabalhar experiências que envolvem corpo, movimento, cultura, relações sociais e conhecimentos.

A própria organização da BNCC evidencia essa dimensão ao estabelecer competências que articulam práticas corporais, saúde, cultura, cidadania, inclusão, respeito e pensamento crítico (BRASIL, 2018).

Portanto, valorizar a Educação Física significa reconhecer sua contribuição para a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de participar da sociedade.

17 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Para que essas possibilidades sejam concretizadas, o professor de Educação Física precisa assumir uma postura de mediador da aprendizagem.

Sua função não consiste apenas em demonstrar movimentos e organizar atividades. Ele precisa criar situações pedagógicas que desafiem os estudantes e possibilitem a construção de conhecimentos.

Isso exige planejamento.

Antes de desenvolver determinada atividade, o professor precisa estabelecer quais aprendizagens deseja alcançar, quais estratégias utilizará, quais recursos serão necessários e como acompanhará o desenvolvimento dos estudantes.

O planejamento também deve considerar a diversidade.

Em uma mesma turma, podem existir estudantes com diferentes níveis de habilidade, interesses, experiências culturais e necessidades educacionais.

Uma proposta pedagógica democrática precisa reconhecer essa diversidade e oferecer diferentes possibilidades de participação.

Nesse sentido, o professor deve estar atento para evitar situações de constrangimento ou exposição.

Um estudante que possui dificuldade para realizar determinada atividade não deve ser ridicularizado diante dos colegas. O erro deve ser compreendido como parte do processo de aprendizagem.

Essa postura contribui para construir um ambiente de confiança.

Quando o estudante sente-se seguro para experimentar, errar e tentar novamente, aumenta sua possibilidade de aprendizagem.

O professor também precisa atuar como mediador das relações entre os estudantes.

Conflitos podem surgir durante jogos e atividades coletivas. Em vez de simplesmente interromper a atividade e punir os envolvidos, o professor pode utilizar essas situações como oportunidades educativas para discutir regras, respeito, diálogo e responsabilidade.

Assim, a própria dinâmica das aulas pode constituir espaço de formação cidadã.

18 A EDUCAÇÃO FÍSICA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Uma escola comprometida com a formação integral precisa garantir que a Educação Física seja acessível a todos.

A inclusão deve estar presente desde o planejamento das atividades.

Isso implica reconhecer que os estudantes possuem diferentes possibilidades de movimento e que a participação pode ocorrer de diferentes maneiras.

A adaptação das atividades não deve ser vista como privilégio ou concessão, mas como estratégia pedagógica para garantir o direito de aprendizagem.

Além disso, a inclusão pode ser trabalhada como conteúdo.

Os estudantes podem conhecer modalidades esportivas adaptadas, discutir a participação de pessoas com deficiência no esporte e refletir sobre as barreiras que dificultam o acesso às práticas corporais.

Essas experiências contribuem para desenvolver empatia e combater preconceitos.

A Educação Física também pode contribuir para questionar padrões corporais e estéticos.

A sociedade contemporânea apresenta frequentemente modelos de corpo considerados ideais, especialmente por meio das redes sociais e dos meios de comunicação.

Essas representações podem afetar a autoestima de crianças e adolescentes.

A escola pode contribuir para desenvolver uma visão mais crítica sobre o corpo, mostrando que não existe um único modelo corporal associado à saúde, à beleza ou à capacidade.

A valorização da diversidade corporal é, portanto, uma dimensão importante da Educação Física contemporânea.

19 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Embora os avanços conceituais sejam significativos, ainda existem desafios para a consolidação de uma Educação Física escolar voltada ao desenvolvimento integral.

Entre esses desafios estão a falta de infraestrutura, a insuficiência de materiais, a necessidade de formação continuada, a desvalorização do componente curricular em determinados contextos e a permanência de concepções tradicionais que associam a disciplina exclusivamente ao esporte.

Superar esses obstáculos exige ações em diferentes níveis.

As políticas públicas precisam garantir condições adequadas de infraestrutura e recursos materiais. As escolas precisam valorizar o planejamento e garantir espaço para o desenvolvimento do componente curricular. Os professores precisam ter acesso à formação continuada e às possibilidades de atualização profissional.

Também é necessário fortalecer a articulação entre Educação Física e projeto pedagógico da escola.

Quando a disciplina está integrada aos objetivos institucionais, torna-se mais evidente sua contribuição para a formação dos estudantes.

Outro aspecto importante é a aproximação entre universidade e escola.

Pesquisas e experiências acadêmicas podem contribuir para a renovação das práticas pedagógicas, enquanto as experiências dos professores da Educação Básica podem oferecer importantes contribuições para a produção de conhecimentos sobre o ensino.

A perspectiva futura da Educação Física escolar deve ser marcada, portanto, pela valorização da diversidade, pela inclusão, pela interdisciplinaridade e pelo reconhecimento das práticas corporais como manifestações culturais e formas de conhecimento.

20 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física escolar ocupa lugar fundamental na formação integral dos estudantes. Sua importância não está restrita ao desenvolvimento das capacidades físicas ou motoras, mas envolve também dimensões cognitivas, sociais, afetivas e culturais.

Ao longo deste artigo, verificou-se que as concepções contemporâneas da Educação Física ampliaram a compreensão sobre o papel do componente curricular na escola. As práticas corporais passaram a ser compreendidas como manifestações culturais e como formas de conhecimento que possibilitam aos estudantes experimentar, criar, refletir e interagir.

A Educação Física pode contribuir para a promoção da saúde, para o desenvolvimento motor, para a socialização, para a formação cidadã e para a valorização da diversidade.

As aulas também constituem espaços privilegiados para trabalhar questões relacionadas à inclusão, ao preconceito, à cooperação, ao respeito e à convivência.

Entretanto, para que essas possibilidades sejam concretizadas, é necessário superar a concepção de que a Educação Física é apenas um momento de recreação ou prática esportiva.

A disciplina possui objetivos pedagógicos próprios e precisa estar articulada ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

O professor de Educação Física exerce papel essencial nesse processo. Por meio do planejamento, da mediação e da avaliação, pode construir experiências capazes de envolver todos os estudantes e promover aprendizagens significativas.

A diversificação das práticas corporais é igualmente importante. Jogos, brincadeiras, esportes, danças, lutas, ginásticas e práticas corporais de

aventura possibilitam ampliar o repertório cultural dos estudantes e favorecer diferentes formas de participação.

A avaliação também precisa acompanhar essa concepção. Mais do que medir desempenho físico, deve considerar o processo de aprendizagem, a evolução individual, a participação, a compreensão dos conteúdos e a capacidade de refletir sobre as práticas corporais.

Outro aspecto fundamental é a inclusão. Uma Educação Física verdadeiramente democrática deve garantir que todos os estudantes tenham oportunidade de participar, respeitando suas características, possibilidades e necessidades.

A inclusão não significa oferecer atividades menos desafiadoras, mas criar condições para que cada estudante possa aprender e desenvolver suas potencialidades.

Dessa forma, a Educação Física contribui para a construção de uma escola mais inclusiva, participativa e comprometida com a formação humana.

Conclui-se que valorizar a Educação Física escolar significa reconhecer que o corpo também aprende, comunica, expressa cultura, estabelece relações e participa da construção do conhecimento.

O movimento corporal, quando trabalhado pedagogicamente, torna-se instrumento de aprendizagem e de formação cidadã.

Assim, a Educação Física precisa ser compreendida como componente indispensável da Educação Básica e como espaço de construção de conhecimentos, desenvolvimento de autonomia, promoção da saúde, valorização da diversidade e exercício da cidadania.

Uma Educação Física escolar comprometida com o desenvolvimento integral não busca apenas formar estudantes mais habilidosos fisicamente, mas sujeitos capazes de compreender o próprio corpo, respeitar o corpo do outro, participar das práticas corporais de maneira crítica e reconhecer o movimento como parte essencial da vida, da cultura e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1997.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

TANI, Go et al. **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EPU, 1988.

WWW.SLEDITORA.COM
WHATSAPP (11)978414455
SLEDITORA.ARTIGOS@GMAIL.COM